

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

GISELLE MACHADO BARBOSA

***AS MADAMES DO PARTO: PARTEIRAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS NO RIO
DE JANEIRO (1822-1889)***

RIO DE JANEIRO

2016

GISELLE MACHADO BARBOSA

**AS MADAMES DO PARTO: PARTEIRAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS NO RIO
DE JANEIRO (1822-1889)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Tânia Salgado Pimenta

Rio de Janeiro

2016

GISELLE MACHADO BARBOSA

**AS MADAMES DO PARTO: PARTEIRAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS NO RIO
DE JANEIRO (1822-1889)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Tânia Salgado Pimenta (Fiocruz) - Orientadora

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Fiocruz)

Prof. Dr. Maria Renilda Nery Barreto (CEFET-RJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca (Fiocruz)

Prof. Dr. Maria Martha de Luna Freire (UFF)

Rio de Janeiro

2016

Ficha Catalográfica

B238m Barbosa, Giselle Machado

As madames do parto: parteiras através dos periódicos no Rio de Janeiro (1822-1889) / Giselle Machado Barbosa – Rio de Janeiro: s.n., 2016.

161 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)
- Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
Bibliografia: 156-161 f.

1. Parteira Leiga. 2. Parto. 3. Publicações Periódicas. 4. Mulheres - história. 5. Rio de Janeiro.

CDD 618.20233

AGRADECIMENTOS

Em especial, agradeço a meus pais, Angela e Luiz, por oferecerem o carinho e o aconchego tão preciosos e por terem me apoiado de várias formas, inclusive financeiramente. Além de sempre terem incentivado que eu continuasse os estudos. Aos demais parentes e familiares que de alguma forma me acompanharam entenderam algumas ausências em reuniões familiares.

Ao meu namorado Miguel, por ter me apoiado e incentivado para que eu concluísse este trabalho e por ter me proporcionado carinho, amor e compreensão em todos os momentos, sou grata.

Aos amigos queridos Renata, Bruna, Letícia, Verônica, Bruno e Bruno Garcia que estiveram presentes, ainda que virtualmente, por meio de rede social, durante o período de estudos. Mesmo com nossos poucos encontros, as risadas e as conversas que tivemos foram muito importantes para eu continuar a seguir em frente. Sou grata pela amizade.

Aos colegas do mestrado que ingressaram junto comigo em 2014, agradeço pelas trocas, tanto de material de estudo quanto de ideias. Pelos momentos de descontração que proporcionaram alívio diante de algumas situações.

Agradeço de forma especial à minha orientadora, Tânia, por toda a dedicação, contribuição e paciência.

Aos professores que estiveram na minha banca de qualificação Luiz Otávio e Maria Renilda pela leitura crítica de meu trabalho em sua fase inicial e por terem contribuído com reflexões importantes. Assim como pelas dicas e pelo material de leitura emprestado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, que ofereceram as disciplinas eletivas e obrigatórias no curso de mestrado, apresentando aulas de excelência, através das quais aprendi muito. Assim como os funcionários da COC, sempre muito atenciosos. Sou grata a todos eles.

Por fim, agradeço ao apoio financeiro oferecido pela CAPES.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o de investigar a atuação das parteiras no Rio de Janeiro no período de 1822 a 1889. Para isso, analisamos os periódicos que circulavam na cidade como o *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanaque Laemmert*, *Correio Mercantil*, *O Pacote do Rio* e *O Despertador*. Nesses impressos, as parteiras publicaram anúncios de suas atividades como forma de adquirir clientela. Muitas delas, de origem estrangeira, por ainda não serem conhecidas pela comunidade, necessitavam desse meio para propagandear o seu trabalho e, assim, conseguir se estabelecer na cidade. Nas páginas dos periódicos podemos encontrar não apenas o parto como atividade, mas diversos outros serviços nos quais as parteiras atuavam, incluindo aluguel de amas de leite, tratamento de doenças, consultas, aluguel de quartos, aulas de parto e casas de maternidade.

Por meio dessas fontes, em conjunto com documentos oficiais da Câmara Municipal em que constam dados referentes às parteiras, como reconhecimento de diplomas e pedidos de revogação de multas consideradas injustas, podemos verificar informações de interesse que nos revelam aspectos da vida e das atividades feitas por essas mulheres. Demonstraremos com a apresentação das fontes e da bibliografia que as parteiras apresentavam multiplicidade em seu ofício. Apontaremos que o perfil social e de atuação dessas mulheres deve ser entendido como heterogêneo, já que diferentes tipos coexistiram no período estudado.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the performance of midwives in Rio de Janeiro from 1822 to 1889. For this purpose, we analyzed the periodicals that circulated in the city, such as the *Diário de Rio de Janeiro*, *Almanac Laemmert*, *Correio Mercantil*, *O Pacote do River* and *The Alarm Clock*. In these forms, the midwives published advertisements of their activities as a way to acquire clientele. Many of them, of foreign origin, because they were not yet known to the community, needed this means to propagandize their work and thus to establish themselves in the city. In the pages of the periodicals we can find not only childbirth as an activity, but several other services in which the midwives worked, including hiring of daughters, treatment of diseases, consultations, room rent, childbirth classes and maternity homes.

Through these sources, in conjunction with official documents of the City Hall containing data on midwives, such as the recognition of diplomas and requests for the revocation of fines considered unfair, we can verify information of interest that reveals aspects of life and activities done by these women. We will demonstrate with the presentation of the sources and the bibliography that the midwives presented multiplicity in their office. We will point out that the social and actuarial profile of these women should be understood as heterogeneous, since different types coexisted in the studied period.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - O ofício de Parteira no Brasil: algumas considerações.....	16
1. Parteiras e história da parturição.....	18
2. Artes de curar e a prática das parteiras	20
3. Formação de parteiras: manuais, cursos de partos e a obstetrícia.....	29
4. Alguns aspectos sobre a formação e prática de parteiras diplomadas no Brasil.....	38
CAPÍTULO II - O trabalho das parteiras nos periódicos	45
1. Os periódicos	45
2. Levantamento de dados	47
3. Atuação das parteiras ao longo do tempo	57
4. Parteiras formadas.....	70
5. Parteiras Estrangeiras.....	75
6. Atuação: serviços oferecidos pelas parteiras	80
6.1. Aluguel de Amas de leite	86
6.2. Aluguel de quartos	91
6.3. Maternidades das parteiras ou casas de maternidade	96
7. Casas de Saúde com maternidade	101
8. Homens no parto: médicos obstetras e parteiros	108
9. As parteiras nos folhetins.....	110
10. As críticas às parteiras	112
CAPÍTULO III - Geografia das parteiras, casas de saúde e maternidades.....	116
1. Parteira Durocher	118
2. Parteiras examinadas.....	121
4. Atividades diversas	136
5. Maternidades e Casas de Saúde	144

CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	156
1. Referências Documentais:	156
2. Referências Eletrônicas:	156
3. Referências Bibliográficas	156

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1: Anúncio no Diário do Rio de Janeiro em 1840.....	55
Figura 2: Página de anúncios no <i>Almanaque Laemmert</i> em 1864.....	56
Figura 3: Anúncio de Madama Pourtois em 1849 no <i>Almanaque Laemmert</i>	66
Figura 4: Anúncio em uma página do <i>Diário do Rio de Janeiro</i> de 1842.....	82
Figura 5: Anúncio de <i>Mme Victorine Borgé</i> publicado no <i>Diário do Rio de Janeiro</i> em 1860.....	85
Figura 6: Anúncio de maternidade de <i>Mme Daure</i> em 1873 no <i>Almanaque Laemmert</i>	99
Figura 7: Anúncio da maternidade São Vicente de Paula de <i>Mme Daure</i> em 1875 no <i>Almanaque Laemmert</i>	99
Figura 8: Anúncio da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória em 1862 no <i>Almanaque</i>	106
Figura 9: Anúncio do dr. Pedro Bandeira de Gouvea, parteiro, em 1863.....	108
Figura 10: Endereços da Parteira Durocher (1837-1889).....	120
Figura 11: Endereços das parteiras examinadas (1822-1832).....	123
Figura 12: Endereços de examinadas (1832 a 1842).....	125
Figura 13: Endereços de examinadas (1842-1852).....	126
Figura 14: Endereços de 1852 a 1869, ano do último anúncio de parteira examinada encontrado nos periódicos pesquisados.....	127
Figura 15: Endereços de formadas de 1837 a 1847.....	129
Figura 16: Endereços de formadas e licenciadas de 1848 a 1858.....	131
Figura 17: Endereços de formadas e examinadas entre 1859 e 1869.....	132
Figura 18: Endereços das não diplomadas e das formadas, entre 1885 e 1889.....	134
Figura 19: Endereços diversas atividades, entre 1822 e 1842.....	137
Figura 20: Endereços de diversas atividades entre 1842 e 1862.....	140
Figura 21: Endereços de parteiras que ofereciam aluguel de quartos entre 1833 e 1889.....	142
Figura 22: Endereços de maternidades ou casas de maternidades no período de 1874 a 1882.....	145
Figura 23: Endereços de Casas de Saúde com parteiras trabalhando, de 1862 a 1880.....	148

Figura 24: Endereços de Casas de maternidade e Casas de Saúde, entre 1874 e 1882.....	151
--	-----

GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de parteiras anunciantes por periódico (1822-1889).....	49
Gráfico 2: Total de anúncios por periódico (1822-1889).....	50
Gráfico 3: Número de anúncios das parteiras por ano no <i>Almanaque Laemmert</i> (1844-1889).....	51
Gráfico 4: Número de anúncios das parteiras por ano no <i>Diário do Rio de Janeiro</i> (1822-1878).....	52
Gráfico 5: Número comparativo de anúncios entre <i>Almanaque Laemmert</i> e <i>Diário do Rio de Janeiro</i> por ano (1822-1889).....	53
Gráfico 6: Parteiras que anunciaram por até 10 anos (1822-1889).....	58
Gráfico 7: Parteiras que atuaram entre 11 e 20 anos (1822-1889).....	63
Gráfico 8: Parteiras com mais de 20 anos de atuação (1822-1889).....	67
Gráfico 9: Serviços diversos anunciados por parteiras nos periódicos (1822-1889).....	81

QUADROS

Quadro 1: Parteiras anunciantes somente no <i>Diário</i> (Apenas em um ano) (1822-1878).....	59
Quadro 2: Parteiras anunciantes no <i>Almanaque Laemmert</i> (um anúncio) (1844-1889).....	60
Quadro 3: Parteiras que anunciaram por período de 9 a 10 anos (1822-1889).....	61
Quadro 4: Parteiras que atuaram entre 11 e 20 anos (1822-1889).....	64
Quadro 5: Parteiras anunciantes por período superior à 20 anos (1822-1889)	68
Quadro 6: Parteiras com formação em faculdade ou aprovada em maternidade (1822-1889).....	70
Quadro 7: Parteiras que se declararam estrangeiras (1822-1889).....	76
Quadro 8: Parteiras que podem ter nacionalidade estrangeira de acordo com sua formação (1822-1889).....	79
Quadro 9: Casas de maternidade de parteiras (1822-1889).....	96
Quadro 10: Parteiras atuantes em casas de saúde (1822-1889).....	102

INTRODUÇÃO

As parteiras apresentam características diversas, sendo, portanto, praticantes de um ofício que pode ser entendido como múltiplo.¹ Tanto porque sua função ia além de ajudar a dar à luz, podendo desempenhar papel de conselheira, na prescrição de medicamentos naturais, tratamentos de doenças genitais, cuidados com bebês recém-nascidos, como por possuírem *status* de conhecimento e titulação ou formação variados. Dessa forma, não podemos falar do ofício de parteira como homogêneo, mas sim de um trabalho que englobava diferentes perfis de mulheres que desempenhavam práticas variadas, sendo a principal o parto.

Elas serão o objeto de estudo da presente dissertação de mestrado, na qual se buscará realizar uma análise acerca do perfil profissional no Rio de Janeiro, durante a maior parte do século XIX, com o recorte temporal entre 1822 e 1889. Nesse período, percebe-se uma crescente veiculação de anúncios de parteiras nos periódicos da cidade. A partir dessas publicações, investigaremos como se deram as suas práticas, atuações, relações de amizade e concorrência, a importância ou não da formação e titulação e o reconhecimento do ofício na sociedade e dentro do campo da medicina à luz da historiografia especializada e de outras fontes documentais da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, tais como pedidos de reconhecimento de diplomas e de retiradas de multas aplicadas às parteiras.

Cabe destacar que o período escolhido para análise compreende os anos em que os anúncios de parteiras começaram a circular na cidade por meio desses periódicos, sendo o primeiro deles em 1822, no *Diário do Rio de Janeiro*. O ano final, 1889, corresponde ao último exemplar do *Almanaque Laemmert* disponível na base de dados digitalizada a que tivemos acesso. Desse modo, percorremos todo o período em que os diários e o anuário apresentaram publicações de parteiras, tendo em vista também a possibilidade de seu acesso nos sites em que consultamos.

O interesse pelo objeto de estudo se deu, primeiramente, com a elaboração de monografia de conclusão de curso *Lato sensu* em História do Brasil Colonial no ano de 2013. Nesse trabalho, pesquisei o ofício de parteira entre os anos 1808 e 1828, período de atuação da Fisicatura-mor, órgão responsável pela fiscalização das práticas de curar nos domínios portugueses. As parteiras, englobadas no grupo das artes de curar, deveriam pedir licença junto a Fisicatura-mor para exercer a prática sem o risco de sanções. A partir dos registros de

¹ Afirimo na forma verbal presente já que as parteiras se mantêm até os dias atuais exercendo de maneira múltipla o seu trabalho, como pode ser verificado em alguns trabalhos historiográficos recentes.

confirmação das licenças das parteiras, localizados no acervo do Arquivo Nacional, analisei os dados referentes apenas às praticantes legalizadas. O objetivo foi verificar quantas eram essas mulheres e, ainda, quem eram; a que grupos sociais pertenciam; o quanto gastavam no processo de legalização; entre outras informações. Dessa forma, procurou-se tanto investigar o perfil das parteiras que conseguiram obter licença, como também avaliar o alcance da Fiscatura-mor no que tange a questão das legalizações.

Diante dos resultados obtidos no trabalho monográfico, procuramos levar para o mestrado a ideia de ampliar o recorte temporal e analisar com maior detalhe as práticas realizadas pelas parteiras. Após uma série de leituras, modificações e ajustes, decorrente de um processo de desenvolvimento da pesquisa, o qual se pode destacar a qualificação como momento de reavaliação do que já se havia produzido, pudemos apresentar os resultados obtidos na pesquisa com a presente dissertação.

Para isso nos debruçamos sobre os registros das parteiras na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e anúncios e notícias nos periódicos, tais como *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O pacote do Rio*, *O despertador* e *Almanaque Laemmert*, entre os anos 1832 e 1889. Os jornais apresentam a possibilidade de detectar anúncios das parteiras com divulgação dos trabalhos, além de opiniões sobre esta prática. Já os documentos da Câmara nos fornecem informações sobre algumas parteiras, tais como nacionalidade, ano de migração para o Brasil quando estrangeiras, se possuíam diploma de parteira e qual órgão o emitiu, denúncias e pedidos de retirada de multas. A leitura da documentação possibilitou o levantamento sobre aspectos da vida desses indivíduos, em vários âmbitos, tanto institucional, por meio de documentos oficiais, como também por sua própria “voz” através dos anúncios de jornais. Os documentos analisados na pesquisa pertencem ao acervo do *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* (AGCRJ) e ao acervo digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Cabe ressaltar que nosso trabalho possui relação com os campos da História Social da Cultura e a História das Mulheres, uma vez que a questão central se encontra na análise dos modos de atuação das parteiras na sociedade, mulheres de baixo *status* social que faziam parte de uma cultura popular. Deste modo, os pressupostos de E.P. Thompson a respeito de “cultura” e “classes subalternas” norteiam as ideias desta pesquisa, tanto quanto o entendimento das mulheres como agentes históricos, assinalado por Michelle Perrot.

A História Social da Cultura é entendida como uma aproximação entre os campos de História Social e História Cultural, ao levar em consideração as questões de cultura na análise

de classes e não apenas fatores econômicos. De acordo com Sampaio,² a partir da década de 1960 os historiadores acadêmicos passaram a estudar a cultura popular, também chamada de cultura das classes subalternas, empregando o termo “cultura” como referência a um conjunto de atitudes, crenças e códigos de comportamento dessas classes, conceito já trabalhado pela antropologia cultural. Com isso, os historiadores buscavam resgatar a participação dos “de baixo” como agentes históricos, tomando os critérios culturais como profundamente importantes para pensar processos sociais e entender relações e conflitos entre as classes. Desta forma, o estudo da História Social da Cultura tem a finalidade de compreender as atitudes das classes trabalhadoras, os “de baixo”, tanto no sentido do conflito das relações com os “de cima” e também nas relações horizontais estabelecidas no interior das classes.

Ao delimitar a noção de cultura popular, E.P. Thompson³ adverte sobre o uso problemático da homogeneização dos sujeitos que dela compartilham. Ele ressalta que “cultura é um termo emaranhado que ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode confundir e ocultar distinções que precisam ser feitas”.⁴ Para o autor, então, a única maneira de não esvaziar o conceito de cultura popular é através do estudo firmado em contextos históricos específicos. Dessa forma, a cultura deve ser localizada dentro de uma análise cuidadosa das relações sociais levando em consideração a experiência dos sujeitos específicos. Em relação às classes subalternas, o autor defende a chamada “história vista de baixo”, ao abordar no centro da discussão a experiência dos sujeitos “subalternos”, pessoas comuns, a massa esquecida pela historiografia tradicional. Assim, a categoria das parteiras será compreendida a partir das experiências vividas por essas mulheres ao observar as práticas sociais em que elas estão inseridas. Será levado em consideração o pertencimento delas a “classe subalterna”, já que numa sociedade patriarcal, o papel social determinado às mulheres era limitado aos trabalhos domésticos, sendo a sua função permanecer em casa e se ocupar com os filhos. As mulheres de classe média ou baixa poderiam trabalhar em atividades com menor especialização e pouco prestígio.⁵ Outro ponto é que o trabalho de modo geral era desvalorizado por ser associado à escravidão,⁶ sobretudo os menos especializados ou manuais, no qual se inclui o ofício de parteira. Além disso, a atividade era colocada num patamar inferior dentro do campo médico, entendida, portanto, como uma função de baixo *status*.

² SAMPAIO, G. R. História e cultura. In: ALVES, Paulo César. (Org.). *Cultura: múltiplas leituras*. Bauru, SP e Salvador, BA: Edusc e EDUFBA, 2010, v. 11, p. 141-16.

³ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴ *Idem*, p. 22.

⁵ VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Unesp, 2013. p. 39.

⁶ *Ibidem*, p.29.

O diálogo com a História das mulheres se dá a partir de algumas reflexões de Michelle Perrot a respeito deste campo. A autora afirma que este tem relação com a concepção de que as mulheres têm história e não são destinadas apenas à reprodução, entendendo, portanto, que elas são agentes históricos e com historicidade relativa às ações cotidianas.⁷ Desta forma, se buscará apresentar uma contribuição a esse campo ao propor como tema central a história de mulheres que atuavam como parteiras, compreendendo-as como sujeitos históricos.

No primeiro capítulo, *Ofício de parteira no Brasil: algumas considerações*, abordaremos algumas questões que consideramos importantes dentro do debate sobre história das parteiras. Entre os tópicos estudados estão a história das parteiras na Europa no século XIX, destacando-se Portugal, Espanha e França, locais que podem ter contribuído, tanto através da migração de parteiras como da criação de cursos em Faculdade, com as práticas desenvolvidas no Brasil. Há ainda a relação entre as fiscalizações e maneiras de controle por parte do Estado sobre a prática das parteiras, que pode ser detectado em países da América Latina como México e Peru. Nesse sentido, também se faz importante o entendimento das formas de controle existentes no Brasil em relação às parteiras tradicionais, descritas e analisadas pela historiografia sobre artes de curar e também sobre medicina no Brasil no século XIX. Além desses pontos, destacamos a atuação de parteiras num cenário atual, entre as décadas de 1990 e 2000, já que o ofício prossegue sendo praticado em algumas áreas do Brasil, mesmo com as transformações ocorridas ao longo do tempo no campo obstétrico e na medicina que pudessem restringi-lo.

No segundo capítulo intitulado *O trabalho das parteiras através dos periódicos* além de apresentar o material pesquisado, dedicamo-nos a investigar os anúncios das parteiras nos quais constavam serviços e atividades feitas por elas. Assim, a partir de questões pertinentes quanto à prática das parteiras, procuramos responder com base no que era veiculado nos periódicos analisados. Dentre os pontos estão as estratégias de propaganda, os tipos de trabalho oferecidos fora da parturição, a formação ou titulação dela, além de críticas às parteiras por parte dos médicos e associações com médicos.

No terceiro capítulo denominado *Geografia das parteiras, casas de saúde e maternidade* procuramos examinar, ainda a partir dos anúncios, os endereços das parteiras para assim, localizar em plantas da época. Dessa forma, pudemos compreender as relações de amizade e concorrência que havia entre as parteiras. Foi possível localizar casas de

⁷ PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, UNICAMP, v. 4, 1995. p. 9.

maternidade, as casas em que as parteiras recebiam mulheres grávidas para conceberem, e as Casas de Saúde, que atendiam todo tipo de doença como também mulheres em trabalho de parto. Portanto, buscou-se fazer uma análise sobre as relações estabelecidas entre as parteiras entre si e entre esses estabelecimentos.

CAPÍTULO I

O ofício de Parteira no Brasil: algumas considerações

Ao longo do tempo, o ofício de parteira sofreu diversas transformações em relação à regulamentação, à formação exigida, às nomenclaturas ou à atuação das praticantes. Desde o século XIX, no Brasil, quando se buscou o controle sobre a prática, algumas normas passaram a ser obrigatórias para que as parteiras continuassem o exercício do seu trabalho. Dessa forma, algumas parteiras buscaram acompanhar os requisitos impostos, tanto através do licenciamento, no período da Fisicatura-mor, de 1808 a 1828, quanto pela formação acadêmica, após 1832. Apesar disso, a autorização não foi o único fator determinante para a sua atuação, pois havia a possibilidade de parteiras que não preenchessem esse requisito permanecessem em atividade, como será visto neste capítulo. Sobre a questão da delimitação da atividade, podemos dizer que, na prática, se estendeu ao longo dos anos, permanecendo até hoje. Questiona-se, ainda, a sua escolarização e a importância do papel social da parteira, que como veremos ocorre de diferentes formas se compararmos regiões mais centrais, onde há maior concentração de hospitais e maternidade, com áreas periféricas.

Na presente dissertação, o objetivo será o de analisar a atuação das mulheres que obtiveram autorização mediante algum tipo de exame ou regulamentação, não deixando de fora da análise, todavia, as parteiras tradicionais, e, na medida do possível, buscar suas formas de atuação e interação com outras parteiras no Rio de Janeiro entre os anos 1822 a 1889. Pela natureza das nossas fontes, de documentos oficiais, temos acesso aos dados relativos àquelas praticantes avaliadas formalmente e pouquíssima informação sobre as que não eram, pois essas não divulgavam seus serviços em jornais de grande circulação. As parteiras que serão o principal objeto de nossa investigação são as anunciantes de periódicos, tanto examinadas quanto as que se intitulavam *madames*, termo que expressa o seu *status* social e o seu reconhecimento na sociedade, mais do que a sua nacionalidade ou formação. Como apontou a historiadora Maria Lucia Mott e será mostrado no trabalho, o uso do título não decorre de uma nacionalidade francesa, estado civil, se casada ou não, mas principalmente da fama alcançada e da sua autoridade conquistada como parteira perante a clientela. A autora cita em um de seus trabalhos, que em algumas regiões do Brasil a “madama” se tornou sinônimo de parteira.⁸

⁸ MOTT, Maria Lucia. Parteiras: O outro lado da profissão. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, 2005. pp. 117-140.

A respeito das transformações ocorridas em torno da prática das parteiras no Brasil durante o século XIX, diversos autores se empenharam em investigar a partir das mais variadas fontes, principalmente em periódicos, o que gerou uma quantidade significativa de trabalhos sobre o tema. Dentre os primeiros escritos investigando a atuação das parteiras tradicionais e a fiscalização sobre elas, podemos destacar o artigo *Deve ou não haver parteiras*, de 1871, produzido pela famosa parteira Durocher. O texto foi analisado pela historiadora Maria Lucia Mott, sendo uma fonte de grande interesse por se tratar da “voz” de uma parteira do período sobre seu próprio ofício.⁹ De acordo com a autora, a parteira defendia o exercício profissional das colegas, que deveriam frequentar um curso de partos mais longo que visasse uma formação mais apropriada, pedindo também que fosse ampliada a fiscalização. Apesar de muito ter se discutido sobre isso no período, segundo Mott, muito pouco foi posto em prática. As medidas que acabaram sendo tomadas nesse sentido contribuíram ainda mais para o afastamento dessas mulheres da faculdade e, com isso, culminaram na delimitação do trabalho das parteiras, com restrições à sua atuação nos partos. Assim, elas continuaram tendo sua atividade diminuída e limitada a partos simples ou sem dificuldades. Por vezes, rejeitadas por médicos, sobretudo no que concerne às parteiras tradicionais, pobres, que não tinham acesso ao ensino superior.

Essas transições e mudanças foram construídas com o passar dos anos e para compreendê-las é importante analisar quais pensamentos e discursos estiveram envolvidos na constituição do que é ser parteira. O debate que engloba diversos aspectos relacionados ao período tais como formação acadêmica e curso de partos, fiscalização de práticas, discursos médicos, punições entre outros pontos. Nesse sentido, apresentaremos neste capítulo questões referentes às definições, nuances e mudanças relacionadas à prática da parturição e às parteiras no Brasil. Buscaremos, através de algumas produções historiográficas, empreender um debate sobre o tema, privilegiando-se o período abordado nessa pesquisa. Dessa forma, o objetivo neste capítulo será tanto o de apresentar as principais discussões acerca das definições do ofício ou profissão de parteira, questão que permanece em aberto até o tempo presente, como o de relacionar os principais trabalhos sobre o tema, de modo revisitar a história da prática dessas mulheres.

⁹ MOTT, Maria Lucia. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, p. 133-160, Nov. 1999.

1. Parteiras e história da parturição

No que se refere aos estudos sobre parteiras e sua prática no Brasil, estão incluídos no debate diversos trabalhos como teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos para revistas especializadas. Na presente dissertação, apesar de apresentar como enfoque o período do século XIX, algumas pesquisas sobre outros períodos, inclusive, de momentos mais recentes, farão parte das referências. Elas são de interesse por possibilitar uma visão mais ampla a respeito da prática e ofício pesquisados, uma vez que a prática não deixa de existir, mas se transforma ao longo do tempo, ganhando novas características.

Os trabalhos selecionados para o presente estudo podem ser relacionados às seguintes linhas: os autores que contemplaram os temas das artes de curar no Brasil e da história da medicina no Brasil, uma vez que eles se dedicaram a pesquisar os momentos iniciais do controle sobre a prática das parteiras no começo do século XIX. E os que, de maneira mais específica, se debruçaram sobre a história das parteiras nos oitocentos e no século XX, e assim, debateram sobre formação, disputas, conflitos e interações tanto entre as parteiras, como entre essas e os médicos. Levando-se em consideração que há um grande número de publicações e a impossibilidade de se dar conta de todas nesta dissertação, destacamos alguns dos trabalhos de referência no âmbito nacional e que apresentam temas de interesse como discussão central. Esses trabalhos serão apresentados a seguir de acordo com as questões suscitadas que ajudam a compreender a história das parteiras.

Da historiografia a respeito das parteiras e obstetizas no século XX, encontram-se o artigo das autoras Carvalho, Chacham e Viana¹⁰ e o de Riesco e Tsunechiro¹¹ que apresentam visões sobre a situação atual das parteiras no Brasil, demonstrando, com o auxílio de pesquisas de opinião e tabelas, os perfis das parteiras que atuam nos dias de hoje no Brasil e também os impasses e questões envolvidas na prática. Já no que se refere à historiografia que versa sobre o período estudado, incluímos as produções dos anos 1990 e nos anos 2000, trabalhos de Mott,¹² Brenes,¹³ Barreto¹⁴ e Martins.¹⁵ Há, ainda, trabalhos mais recentes como

¹⁰ CARVALHO, I; CHACHAM, A.S; VIANA, P. Parteiras tradicionais e suas práticas na área rural de Pernambuco – 1996. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, UFMG, 1998. pp. 873-888.

¹¹ RIESCO, Maria Luiza G; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetizas e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Estudos Feministas*: São Paulo, 2002. pp. 449-459.

¹² SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, 1998; MOTT, Maria Lucia de Barros. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, Nov. 1999. pp. 133-160; *Idem*. Assistência ao parto: Do domicílio ao hospital (1830-1960). *Proj. História*. São Paulo, (25), dez. 2002. pp. 197-219; *Idem*. Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil

o de Medeiros.¹⁶ São também de interesse nessa dissertação, algumas publicações internacionais que dão conta do exercício do ofício ou profissão em outros países. Encontram-se nessa categoria os trabalhos de Hilary Marland e Anne Marie Rafterly,¹⁷ pesquisadoras e organizadoras do livro *Midwives, society and childbirth: debates and controversis in the modern period*, no qual foram abordados aspectos relativos aos países europeus, destacando-se o de Ortiz,¹⁸ no caso da Espanha. Os artigos de Blauvalet-Boutouyrie,¹⁹ a respeito das parteiras na França e Carneiro em relação ao parto e a história das parteiras em Portugal;²⁰ Laura Robles e Luciano Sandoval²¹ e Carrillo²² sobre parteiras no México, Lissell Quiroz,²³ a respeito da obstetrícia no Peru.

Destaca-se a contribuição do artigo de Maria Lucia Mott, intitulado *Bibliografia comentada sobre assistência ao parto no Brasil (1972-2002)*,²⁴ no qual a autora empreendeu

(1972-2002). *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, Fev. 2002. pp. 493-507; *Idem*. “Parteiras: O outro lado da profissão”. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, pp. 117-140. 2005.

¹³ BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência*. COOPMED (Pelicano): Belo Horizonte, 2005; *Idem*. História da Parturição no Brasil, século XIX. *Análise, Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 7 (2):135-149, abr/jun, 1991; *Idem*. Um olhar brasileiro sobre o caso de Paris: o conflito parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, século XIX. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 1996.

¹⁴ BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 219-236. 2007; *Idem*. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out-dez. 2008; *Idem*. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005; *Idem*. Corpo de mulher: a trajetória do desconhecido na Bahia do século XIX. *História: Questões & Debates*, Editora da UFPR: Curitiba, n. 34, 2001. pp. 127-156; *Idem*. *Nascer na Bahia do século XIX. Salvador (1832-1889)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

¹⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: Visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

¹⁶ MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. *Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

¹⁷ MARLAND, Hilary e RAFFERTY, Anne Marie. *Midwives, society and childbirth – debates and controversis in the modern period*. Nova Iorque: Routledge, 1997.

¹⁸ ORTIZ, Teresa e MARTINEZ PADILLA, Clara. “How to be a midwife in late nineteenth century Spain”. In: MARLAND, Hilary e RAFFERTY, Anne Marie. *Midwives, society and childbirth – debates and controversis in the modern period*. Nova Iorque: Routledge, 1997, pp. 61-80.

¹⁹ BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlet. As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstetras antes do tempo? *Estudos Feministas*: Florianópolis, 2002. v 2, pp. 403-413.

²⁰ CARNEIRO, Marinha. *Ajudar a nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV-XX)*. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2003; *Idem*. Ordenamento sanitário, profissões em saúde e cursos de parteiras no século XIX. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*. Porto, III série, v. 8, 2007. pp. 317-354.

²¹ ROBLES, L. C.D e SANDOVAL, L. O. Las parteras de Guadalajara (México) en el siglo XIX: el despojo de su arte. *Dynamis*: 2007. v. 27, pp. 237-261.

²² CARRILLO, Ana Maria. Nacimiento y muerte de una profesión. Las Parteras tituladas em México. *DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.* 1999, 19, 167-190.

²³ QUIROZ, Lissell. La comadrona a la obstetiz: nacimiento y apogeo de la profesión de partera titulada em el Peru del siglo XIX. *Dynamis*, 2012. v. 32 (2), pp. 415-437.

²⁴ MOTT, Maria Lucia. *Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil (1972-2002)*. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, Fev. 2002. pp. 493-507.

um importante levantamento dos trabalhos atualizados sobre a assistência ao parto. A autora ainda dividiu as produções por subtemas do parto como gestantes, parteiras e recém-nascidos. Além disso, Mott apresentou as correntes e as tendências dos trabalhos mais atuais, mostrando as diversas linhas de pensamento a respeito tanto da história das mulheres como da história das parteiras e do parto.

2. Artes de curar e a prática das parteiras

A história das parteiras e da parturição no Brasil não pode ser dissociada da história das artes de curar, já que, até que se processem mudanças na legislação em relação à sua prática, com a criação do curso de partos em 1832, elas integravam o grupo que parte da historiografia denominou de terapeuta popular. Deve-se ressaltar, no entanto, que há diferenças em relação à atuação dessas parteiras e as que começaram a aparecer posteriormente. Isto é, os perfis das parteiras não se mantiveram os mesmos ao longo do século XIX, o que significa que havia diferenças entre as parteiras tradicionais, as formadas e as diplomadas. Ao mesmo tempo, não compreendemos a partir de uma perspectiva teleológica, na qual um novo tipo de parteira, composto pelas diplomadas e estrangeiras, deu lugar ao antigo, formado pelas licenciadas e não licenciadas. Entendemos que a presença de outras categorias de parteiras, verificada a partir da década de 1830, contribuiu com novas interações, relações e formas de atuações. Assim, as categorias de parteiras não foram excludentes entre si, mas conviveram no mesmo espaço e tempo.

Consideramos que a importância do estudo da categoria de parteira pertencente às artes de curar se dá em razão de elas terem exercido suas atividades ao longo de boa parte do século XIX. O que foi possível perceber através dos anúncios e demais documentações encontradas nas pesquisas, constatando-se assim que parteiras enquanto terapeutas populares continuaram atuando. Dessa forma, ressaltamos a relevância dos trabalhos sobre o tema das artes de curar, sobretudo no que tange à atividade das parteiras para a compreensão de questões referentes à história dessas mulheres.

A respeito desses estudos, podemos entender que, até a década de 1990, as obras que se dedicaram à história da medicina no século XIX, deram pouco destaque aos praticantes das artes de curar. Os trabalhos voltados à pesquisa das práticas populares de cura, até aquela década, não abordaram os curadores no centro do debate. A maior parte deles apresenta como enfoque a medicina acadêmica, numa perspectiva na qual ela se desenvolve e se sobressai aos outros. Sendo assim, parteiras, boticários, sangradores e curandeiros foram categorias pouco

contempladas com estudos historiográficos até aquele período. Assim, o tema das parteiras, e no sentido mais amplo, dos praticantes das artes de curar, apresenta uma variedade de perspectivas que refletem as mudanças nas tendências historiográficas e nos estudos sobre o assunto.

A partir da década de 1990, diversos trabalhos foram produzidos por historiadores com interesse voltado às artes e ofícios de curar no Brasil no século XIX. Esses estudos apresentaram novos questionamentos e abordagens em relação às publicações anteriores. Nesse grupo, destacamos: Sampaio, Ribeiro, Weber, Pimenta, Marques, Figueiredo, Soares, Witter, Xavier, Bertucci, Diniz.²⁵ Essas publicações, muitas delas dissertações de mestrado e teses de doutorado, apresentam como característica geral o questionamento em relação ao papel dos praticantes das artes de curar no Brasil. Entre esses, há os que se dedicaram à perspectiva na qual o curador popular aparece como personagem central e os que pesquisaram temas diretamente relacionados a esses curadores.

De acordo com Witter, esse grupo questionou o uso do termo “medicina popular”, deixando de usá-lo, pois remete à ideia de um saber construído em oposição a outro. A expressão foi substituída por *artes de curar e práticas de cura*. Esses dão um significado mais apropriado para a abrangência que podem ter essas atividades, assim como a própria palavra medicina passou a ser identificada no plural, por identificar mais adequadamente a amplitude do seu significado.²⁶ De modo geral, eles apresentam em seus trabalhos preocupações semelhantes e argumentações que se aproximam. Witter aponta que há neles, a compreensão

²⁵ SAMPAIO, Gabriela. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001; RIBEIRO, Márcia Moisés Ribeiro. *Ciência nos Trópicos – a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997; WEBER, Beatriz. *As Artes de Curar – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense (1889-1928)*. Bauru, SP/ Santa Maria, RS, EDUSC/ Ed. da UFSM, 1999; PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX*. Dissertação de mestrado, UNICAMP: 1997 e PIMENTA. *O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003; MARQUES, Vera. *Natureza em boiões – medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1999; FIGUEIREDO, Betânia. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 2002; SOARES, Marcio de Souza. *A doença e a cura – saberes médicos e cultura popular na corte imperial*. Niterói, RJ, UFF, 1999 (Dissertação de Mestrado); WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi Feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880)*. Porto Alegre: EDIPUC, 2001; XAVIER, Regina. “Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista.” Sidney Chalhoub *et alii* (Orgs.), *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003; BERTUCCI, Liane. “Influenza, a medicina enferma. Ciência e Práticas de Cura na época da gripe espanhola em São Paulo.” Campinas: UNICAMP, 2002 (Tese de Doutorado); DINIZ, Ariovaldo. “As artes de curar nos tempos do cólera, Recife, 1856.” Sidney Chalhoub *et alii* (Orgs.), *op. cit.*, 2003; Apud Witter, N. A. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo*: Rio de Janeiro, n.19, abril. 2005. pp. 13-25, 2005.

²⁶ PIMENTA e SAMPAIO Apud WITTER. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Op. cit.* p. 6.

de que as regulamentações que procuraram controlar as práticas de cura não puseram um fim a elas, uma vez que a população não considerava a oficialização uma necessidade.²⁷

A respeito das parteiras que atuavam no começo do século XIX, podemos destacar algumas características das suas atividades. Em geral, essas mulheres poderiam ser leigas, chamadas também de tradicionais ou licenciadas. Elas tinham como base do seu conhecimento a experiência e a tradição, como afirmado por Brenes (1991) e Barreto (2008). De acordo com Brenes, as parteiras leigas eram conhecidas por diversos nomes como "curiosas", "comadres" e "aparadeira", mas o termo mais utilizado na língua portuguesa foi "comadre", que significa "com a mãe". Eram pessoas de confiança, sendo majoritariamente mulatas, negras forras ou brancas portuguesas pertencentes aos setores populares. Consultavam-nas sobre diversos temas do universo feminino, como os cuidados com o corpo e doenças venéreas.²⁸

Barreto aponta que, de maneira geral, entre o século XVI e XVIII, a parteira aprendia o seu ofício com outra aparadeira ou comadre mais experiente. Ela também obtinha conhecimentos a partir da sua própria experiência como mãe, no caso das parteiras casadas ou com filhos. Como não possuía um saber acadêmico e nem mesmo provenientes de livros, aprendia a arte da parturição de modo empírico-sensorial, assim como a maioria dos praticantes populares das artes de curar. Para a parteira, mais importante que o conhecimento técnico ou "científico" era o nível da sua experiência, assim, as redes de relações femininas faziam parte do processo de aprendizagem das mulheres iniciantes na arte da parturição. Elas costumavam ter parentes com as quais aprendiam o ofício, sendo, portanto, filhas, noras, sobrinhas e irmãs de parteiras experientes.²⁹

A principal atividade da parteira relacionava-se com todas as etapas da gestação, desde o cuidado com a parturiente até os primeiros estágios do recém-nascido. Além de dar orientações à mãe sobre alimentação e cuidados básicos com o bebê, ela também auxiliava no trato de doenças femininas que poderiam se relacionar tanto à sexualidade quanto à genitália. Para tanto, a parteira ou comadre, poderia indicar remédios naturais, à base de ervas, e prestar outras recomendações quanto à saúde da mulher.³⁰ Entre os anos 1808 e 1828, no Brasil, as práticas das artes de curar eram controladas pela Fisicatura-mor, sendo o principal representante deste órgão, o Físico-mor. Juntamente ao Cirurgião-mor, ele concedia ou

²⁷ WITTER. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura *op cit.*, 2005, pp. 7-8.

²⁸ BRENES, Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. *Op. Cit.* p. 135.

²⁹ BARRETO. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. *Op. Cit.* p. 904.

³⁰ *Ibidem.* p. 904.

cassava licenças sobre atividades relacionadas com a prática médica.³¹ O órgão, que tinha como principal objetivo a fiscalização das práticas médicas, fossem elas academicamente reconhecidas ou praticadas por terapeutas populares, atuava como um dos meios de controle do Estado. Para as parteiras, tornava-se necessário seguir os regulamentos definidos pela Fisicatura-mor, caso decidissem que sua prática fosse legalizada. As que optavam, ou as que não conseguiam obter a licença, atuavam na clandestinidade, sob o risco de receberem sanções.

Sobre a questão dos licenciamentos das parteiras, que faz parte do debate sobre as práticas das artes de curar no Brasil, foram produzidos diversos estudos que trouxeram importantes reflexões. Ao analisar as práticas de cura do século XIX através da documentação da Fisicatura-mor, Pimenta mapeou e investigou as caixas dos documentos relativas a esse órgão, formando um *corpus* documental que somam mais de 2500 processos produzidos no período de 1808 a 1828. São compostos de pedidos de exames, auto de exame, pedido de carta e algumas denúncias de práticas ilícitas. A análise dessas fontes concorre para o entendimento das relações entre a instituição e as praticantes da parturição, além da prática da parteira em si e como esta era vista na sociedade. Seu objetivo foi investigar as relações entre essa instituição e as pessoas às quais autorizava o exercício das suas atividades.³² No estudo, a autora afirma que Fisicatura-mor tinha a tarefa básica de fiscalizar as práticas médicas, somente com a sua autorização é que as pessoas poderiam exercer as atividades de cura. No entanto, esse controle apresentava fragilidades, uma vez que as práticas ocorriam a despeito do mesmo, já que nem a população e nem os praticantes de cura sentiam a necessidade de obter a licença. Pimenta utiliza alguns estudos de casos encontrados a respeito dos praticantes das artes de curar, ressaltando a importância da rede de contatos entre as pessoas numa sociedade em que as relações clientelares tinham grande peso. A autora também abordou esse assunto, em sua tese de doutorado, através da qual realizou um debate com novas fontes e estudos de caso para as duas décadas após a extinção da Fisicatura.³³

Segundo Pimenta, no decorrer da primeira metade do século XIX, os médicos se empenhavam para conseguir exercer um monopólio sobre as práticas médicas. Esses profissionais se organizavam em torno de associações, de periódicos especializados e Faculdades. Esses homens, ligados ao saber acadêmico, baseavam seus argumentos no

³¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Verbo, Verbetes: Parteira; Fisicatura-mor. 1994. p. 352.

³² PIMENTA, T. S. Artes de curar. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX. *Op. cit.* p. 2

³³ PIMENTA, T. S. O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855). *Op. Cit.*

discurso higienista para desqualificar e desautorizar as terapias realizadas por populares, como as dos sangradores. A Fisicatura-mor reconhecia a maioria dessas atividades de cura, porém, elas sofriam restrições, sendo cada uma bem delimitada. Assim, tornavam-se legalizados aqueles que praticassem uma atividade já reconhecida pela Fisicatura-mor. Os sangradores, por exemplo, podiam sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas, os médicos podiam prescrever remédios, os cirurgiões eram responsáveis por “moléstias externas” e os boticários manipulavam e vendiam medicamentos. No entanto, as denominações de sangrador, parteira e curandeiro não abrangem a diversidade das práticas empreendidas por eles no dia a dia.³⁴

Outros estudos partiram de fontes diferenciadas para apontar algumas conclusões semelhantes aos trabalhos já mencionados. Soares, através de documentação composta por relatos de viajantes e indícios sobre a formação médica no Brasil, aponta que a falta de médicos não foi o fator determinante para a popularidade das práticas de cura consideradas leigas. Ele demonstra que não é a ausência de médicos no período que explica a aceitação de curandeiros, mas a concepção que ligava doença e cura à religiosidade.³⁵ Para a população, os curandeiros possuíam a capacidade de intervir em questões sobre-humanas, possibilitando assim a cura da enfermidade. Dessa forma, ainda que houvesse médicos ao alcance dos doentes, não era dada a eles a preferência ao atendimento, mas aos que eram de confiança, e, sobretudo, aos que pudessem auxiliar também no campo religioso ou espiritual.³⁶ Esse argumento está presente também nos trabalhos já citados a respeito das artes de curar³⁷

Figueiredo, em oposição aos autores destacados acima, afirmou que o isolamento da população em relação aos conhecimentos médicos durante o período colonial favoreceu o surgimento dos tradicionais recursos de cura no Brasil. Essa tradição, no entanto, foi

³⁴ PIMENTA, T. S. Entre Sangradores e doutores: Práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59 abril. 2003, pp. 91-102.

³⁵ SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e mezinheiros na corte imperial: uma herança colonial. *Op. Cit.* pp. 407-438.

³⁶ *Ibidem*, pp. 407-438.

³⁷ SAMPAIO. *Nas Trincheiras da Cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Op. Cit.*; RIBEIRO. *Ciência nos Trópicos – a arte médica no Brasil do século XVIII. Op. cit.*; WEBER. *As Artes de Curar – medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense (1889-1928). Op. cit.*; PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX. Op. Cit.* e PIMENTA. *O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855). Op. cit.*; MARQUES, Vera. *Natureza em boiões – medicinas e boticários no Brasil setecentista. Op. Cit.*; SOARES. *A doença e a cura – saberes médicos e cultura popular na corte imperial. Op. Cit.*; WITTER. *Dizem que foi Feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845-1880). Op. Cit.* XAVIER. “Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista”, Sidney Chalhoub *et alii* (Orgs.), *Op. Cit.*; BERTUCCI. *Influenza, a medicina enferma. Ciência e Práticas de Cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Op. Cit.*; DINIZ. “As artes de curar nos tempos do cólera, Recife, 1856.” Sidney Chalhoub *et alii* (Orgs.), *op. cit.*; *Apud* Witter, N. A. *Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. Tempo: Rio de Janeiro*, n.19, abril. 2005. pp. 13-25, 2005.

absorvida e negociada a partir do século XIX com os discursos científicos. Assim, em alguma medida, ela permaneceu até os dias atuais. Ao longo do seu trabalho, a autora defende que as práticas de cura no século XIX na Província de Minas Gerais apresentam como característica principal a pluralidade. Elas tanto se contradizem como se integram em determinados momentos. Assim, para a autora, não é apropriado explicá-las a partir da oposição entre as culturas erudita e popular, ou entre o moderno e o tradicional. Figueiredo aponta, ainda, a preferência da população pela utilização dos recursos tradicionais de cura em detrimento do desempenhado por médicos acadêmicos. Dessa forma, esses condenavam as práticas populares, considerando-as supersticiosas, e seus praticantes, charlatães. A respeito das parteiras, a autora dedica apenas uma seção em capítulo na qual procura apontar, de forma sintética, algumas características sobre a atuação delas, não se aprofundando no debate.³⁸

Um trabalho mais recente sobre o tema das artes de curar é o de Dantas,³⁹ dissertação defendida em 2013. O autor, seguindo a linha dos estudos sobre as artes de curar desenvolvidos a partir da década de 1990, analisa a trajetória de barbeiros sangradores no século XIX. Ele destaca algumas mudanças ocorridas em torno do perfil desses práticos e da própria atividade, a partir da década de 1850. Nesse período, os escravos passaram a ser desautorizados pela medicina acadêmica e, ao mesmo tempo, imigrantes portugueses começaram a exercer essa atividade, porém com características diferentes em suas práticas. Ele demonstra, através de mapas e anúncios de periódico, que barbeiros passaram a exercer atividade estética, apesar das práticas relativas à cura continuarem a ser executadas, em lojas e de forma itinerante. É importante destacar que o autor analisa a trajetória de uma prática de cura no século XIX por meio do estudo do *Almanaque Laemmert*, uma das fontes da nossa pesquisa, além disso, apresentou uma perspectiva da qual trabalharemos que envolve a análise através do local, ou seja, dos endereços ocupados.

Os trabalhos sobre as artes de curar no Brasil, sobretudo a corrente voltada à História Social, são fundamentais no desenvolvimento dessa dissertação, já que a partir deles é possível conhecermos um pouco mais de alguns aspectos relativos às condições de vida no período em questão, com a análise de fontes variadas. Pelo fato de a parturição ser entendida como uma arte de curar, podemos observar a partir das pesquisas, indícios a respeito dessas

³⁸ FIGUEIREDO. B. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Op. Cit. p. 13.

³⁹ DANTAS, Rodrigo Aragão. *Barbeiros-sangradores: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz: Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

mulheres, que nos possibilitam compreender a atuação delas e o contexto em que estão inseridas.

A bibliografia com enfoque na história da medicina no Brasil também se dedicou a explicar os processos de controle das artes de curar, porém a partir de outra abordagem. Esses trabalhos apresentaram visões diferentes tanto a respeito das práticas de cura, quanto das atividades das parteiras, desde períodos mais remotos até o final do século XIX. São trabalhos que apresentam uma série de postulados já superados pela historiografia mais recente, anteriormente mencionada. Eles, no entanto, possuem o mérito de serem os primeiros estudos no tratamento do assunto, com o desenvolvimento de pesquisas com uma ampla gama de fontes.

Entre esses autores, podemos citar o médico Lycurgo Santos Filho, que publicou em 1947 um trabalho extenso, reeditado com dois volumes em 1977.⁴⁰ É considerada uma referência importante, apesar da abordagem pautada no discurso médico, que remete à ideia triunfalista da medicina acadêmica e marginaliza os praticantes populares de cura. Para o autor, a medicina popular era marcada pela ignorância e pela superstição, tendo sido superada pela instituição das Escolas de Cirurgia do Rio de Janeiro e da Bahia a partir de 1808. Santos Filho atribui a existência e a atuação de sangradores, curandeiros e parteiras à falta de médicos no Brasil durante o período colonial e parte do século XIX. Apesar disso, o autor reconhece que esses praticantes eram bem aceitos e até preferidos pela população no lugar de médicos. Menciona que, por vezes, os habitantes solicitavam às câmaras municipais que não impedissem o exercício da arte de curandeiros estimados por eles, manifestando assim, sua predileção aos praticantes populares.⁴¹ Ainda assim, o autor afirma que essa escolha da população se devia tanto à sua própria ignorância e desconhecimento, como também à inexistência de uma ciência médica desenvolvida.

Santos Filho afirma que o poder público desempenhou o papel de controlar o exercício das artes de curar desde o período colonial, tornando-se mais intensificado no início do século XIX. Em sua análise, a Fisicatura-mor, como também diversos organismos do governo que foram criados com o objetivo de fiscalizar e controlar as práticas médicas no Brasil e em Portugal, atuou coibindo as práticas populares, consideradas danosas por ele. O autor se baseia, sobretudo, em artigos históricos do início do século XX, manuais médicos do século XIX, legislações e documentos oficiais. Assim, seus argumentos se alinham ao olhar dos médicos acadêmicos, escritores desses manuais, que criticavam veementemente os praticantes

⁴⁰ SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. Hucitec/ Edusp: São Paulo, 1977. V. I e II.

⁴¹ *Ibidem.*, Vol. I, p. 262.

das artes de curar. De maneira geral, o autor entende a história da medicina numa perspectiva teleológica, na qual a superioridade do conhecimento produzido nas academias suplantou os saberes e as práticas populares, consideradas atrasadas, culminando no estágio da medicina em que a ciência atingiu alto grau de desenvolvimento.

Outros trabalhos pioneiros escritos por médicos e que seguiam uma linha semelhante à de Lycurgo Santos Filho são os de Magalhães, Torres, Silva, Vasconcellos, Coni, Araújo e Silva,⁴² cuja característica em comum foi dar destaque às instituições médicas, no qual ressaltaram aspectos como o ensino médico no Rio de Janeiro e na Bahia, atuação médica em instituições públicas, assistência médica hospitalar e o serviço de saúde do Exército. De acordo com Edler, nessas publicações, os autores procuraram estabelecer um contraste com as práticas e instituições médicas do passado, apresentando características memorialistas. Assim, para os autores mencionados, a medicina atingiu pleno desenvolvimento no período em que se encontravam.⁴³

Na década de 1970 também no âmbito da história da medicina, encontra-se *Danação da norma: Medicina social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil*, produzida por Roberto Machado e co-autores e *Ordem médica e Norma Familiar* de Jurandir Freire Costa.⁴⁴ Essas publicações possuem em comum, principalmente, o viés inspirado no pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Segundo Edler, eles apresentam semelhança nos seguintes aspectos: fazer emergir a problemática da correlação entre a produção do pensamento médico e a constituição do Estado brasileiro; inaugurar uma nova tradição analítica, ao lançar mão de novos conceitos, rompendo, assim, com a historiografia de caráter tradicionalista produzida pelos médicos.⁴⁵

Em capítulo sobre as artes de curar, os autores de *Danação da Norma*, traçaram a trajetória de órgãos do poder público que tinham função de regular a prática de medicina, do século XIV até o século XIX. Para a análise, Machado e autores utilizam diversos decretos,

⁴² ARAÚJO, A. R. de. *A assistência médica hospitalar no Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Federal de Cultura, 1982; CONI, A. C. *A Escola Tropicalista Baiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima*. Salvador, Tip. Beneditina, 1952; MAGALHÃES, F de. *O centenário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro 1832-1932*. Rio de Janeiro, Typ. A.B. Barthel, 1932; SILVA, A. N. *O centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro -1829-1929*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929; SILVA, A. L. da. *O serviço de saúde do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958. TORRES, O. *Esboço histórico dos acontecimentos mais importantes da vida da Faculdade de Medicina da Bahia. 1808-1946*. Salvador, Imprensa Vitória, 1952; VASCONCELLOS, V. J. *Médicos e cirurgiões da Imperial Câmara-reinados de Pedro I e Pedro II*. *Revista dos Tribunais*, Rio de Janeiro, 1964.

⁴³ EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclépio Revista de Historia de La Medicina y de La Ciencia*, Espanha, v. L, n. 2, 1998, pp. 170.

⁴⁴ LOUREIRO; LUZ; MACHADO e MURICY. *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978; COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

⁴⁵ EDLER. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *op. cit.* pp. 174.

leis, regimentos e outros códigos legislativos para enunciar as competências e funções dos órgãos e dos funcionários que os compunham, numa descrição minuciosa a respeito de cada. Além dessas informações, os autores se concentram, no capítulo 1, na atuação da Fisicatura-mor. O órgão, de acordo com os autores, fazia parte do aparelho jurídico do Império português, considerado um verdadeiro tribunal e o físico-mor, um juiz. E que, contando com uma pesada burocracia, possuía atuação mais jurídica do que médica. Para eles, a instituição não é o lugar da enunciação do discurso médico, tendo em vista a orientação para a prática, mas é unicamente um lugar político, de regulação dessa prática. A fiscalização seria, nesse sentido, essencial para o cumprimento da finalidade do órgão. Sendo assim, os autores apresentam uma perspectiva que parte do poder do Estado sobre a população, como algo imposto e definitivo sobre as artes de curar. Eles não levam em consideração a atuação dos praticantes populares de cura ou da população como determinantes para a medicina do período abordado. Os autores desenvolvem o trabalho com base nos conceitos de *medicalização da sociedade*, *polícia médica* e *medicina social*.

Os trabalhos de base foucaultiana, como Costa e Machado e co-autores, assim como os marcados pelo memorialismo na história da medicina, como de Santos Filhos e outros, começaram a ser questionados a partir da década de 1990. Nesse período, destacam-se estudos que contribuíram para a história da medicina através do enfoque na institucionalização da medicina, nas disputas e conflitos entre os médicos e os praticantes da medicina popular e entre os acadêmicos, dentro da própria escola de medicina, mostrando a heterogeneidade do grupo. Inseridos nesse grupo, destacamos os trabalhos *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884*, dissertação de mestrado de Flavio Coelho Edler,⁴⁶ e *O Nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX* de Luiz Otávio Ferreira.⁴⁷

De modo geral, eles procuraram demonstrar como era formado o grupo dos médicos e como era sua organização. Embora houvesse muitas divergências, apontam que os médicos levaram adiante um projeto de divulgação e popularização dos seus conhecimentos, com vistas à monopolização das práticas de cura. As instituições acadêmicas e os periódicos médicos tiveram um papel preponderante para atingir esse objetivo. Apesar disso, a tradição permaneceu nas práticas da população. Assim, esses estudos possibilitam refletir a respeito

⁴⁶ EDLER, F. C. *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, Departamento de Pós-graduação em História: São Paulo, 1992.

⁴⁷ FERREIRA, Luiz Otávio. *O Nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, Dep. de História, São Paulo, 1996.

das práticas das parteiras, tanto as tradicionais como as diplomadas, e as disputas que se processaram ao longo do século XIX em relação à ciência médica e as instituições formadas por médicos. A análise do papel das parteiras frente à busca de dominação dos médicos é uma questão de interesse a partir da qual esses trabalhos se apresentam como referências importantes. Já os trabalhos de Machado e Santos Filho, destacam-se devido à vasta coletânea de fontes que oferece, uma vez que relatam diversos documentos, decretos, leis, regimentos e outros códigos legislativos, possibilitando o conhecimento acerca do papel dos dispositivos legais e seus impactos na atuação das parteiras. Ao tomar o olhar cuidadoso diante desses trabalhos é possível, portanto, um diálogo com eles.

3. Formação de parteiras: manuais, cursos de partos e a obstetrícia

Sobre o licenciamento de parteiras que se processou entre os anos 1808 e 1828, através da Fisicatura-mor, além dos trabalhos já citados inseridos na história das artes de curar, há o artigo escrito por Barreto que contempla as parteiras licenciadas na Bahia.⁴⁸ A autora faz uma investigação sobre as parteiras tradicionais e licenciadas naquela província, na qual pesquisou tanto os registros de óbito e batismo como os registros de licença contidos nos livros da Fisicatura-mor. Apesar do seu recorte espacial ser a Bahia, ela analisa a história da parturição e as formas como ocorriam os exames, aplicados a todo o império incluindo Portugal, enquanto metrópole. Ela propõe um debate historiográfico que inclui autores ingleses, espanhóis, americanos, franceses, pois entende que os conhecimentos e práticas de medicina e também da parturição circularam pela Europa seguindo um modelo semelhante. Dessa forma, é possível conhecer ou, ainda, aproximar-se da maneira pela qual se davam os exames de admissão para legalização e a transmissão do saber do ofício entre essas mulheres.

A atuação das parteiras na sociedade baiana do século XIX foi analisada a partir de documentos oficiais institucionais e periódicos, mas também há depoimentos e relatos de época diversos, que oferecem uma aproximação maior com a cultura popular e o pensamento social do período. Como aponta a autora, essas fontes permitem o encontro com aquilo que foi silenciado pelas instituições, possibilitando o acesso às vozes dos excluídos, como é o caso das mulheres no século XIX. Oferece-se assim uma contribuição à história das mulheres no Brasil ao compreender a história mais por sua perspectiva do que pela dos homens.⁴⁹

⁴⁸ BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do século XIX. Salvador (1832-1889). Op. Cit.*

⁴⁹ *Ibidem.*

Os licenciamentos de parteiras também foram tema de estudo na monografia *A arte de partejar no Brasil: As parteiras legalizadas pela Fisicatura-mor (1808-1828)*,⁵⁰ na qual realizei uma pesquisa a respeito do perfil social das parteiras licenciadas no Brasil e em Portugal, das instituições que buscavam o controle e fiscalização da atividade e sobre o documento que garantia às parteiras a autorização do seu ofício. O período abordado foi o de 1808 a 1828, que corresponde ao da existência e atuação da Fisicatura-mor, órgão responsável pelas licenças.⁵¹ O estudo, apesar de inicial, apresentou algumas informações a respeito de quem eram essas mulheres e o que, hipoteticamente, as levaria a buscar a regulamentação da sua atividade. Verificou-se que a maior parte delas era branca, casada, e, moradora de regiões centrais, e em menor escala, negras, pardas e solteiras. O custo para a realização dos exames, a burocracia, as exigências estabelecidas e o questionamento acerca da importância do licenciamento podem ter contribuído para o afastamento de diversas mulheres praticantes da arte de partejar a passar pelo crivo da Fisicatura-mor. Assim, as licenças representaram apenas uma pequena parcela das parteiras no Império e não a sua totalidade, apesar de ser um importante indício a respeito de quem eram essas mulheres.

Antes da criação dos dispositivos de fiscalização, as parteiras exerciam a atividade de maneira mais ampla, para além do parto, obtendo seu aprendizado de maneira empírica, ou seja, pela experiência. Com as mudanças nas instituições ligadas à medicina, percebe-se o delineamento de um novo perfil de parteira, cuja relação com a parturição recebeu novo *status*. O licenciamento, como foi dito, contribuiu para o controle e para a delimitação do ofício das parteiras. Mas para a sua efetivação era necessário, na visão dos médicos e autoridades, que as parteiras seguissem cartilhas ou manuais, o que de acordo com eles, evitaria danos à saúde e à vida das mulheres. No entanto, é possível que houvesse também interesses de cirurgiões em médicos quanto às restrições na prática das parteiras.

As leis que passaram a regulamentar o exercício da parturição na Europa, entre os séculos XVIII e XIX, incorporaram a divisão do trabalho, na qual cirurgiões e parteiras tiveram que seguir os limites estabelecidos para sua atuação. Os cirurgiões defendiam que

⁵⁰ BARBOSA, Giselle Machado. *A arte de partejar no Brasil: As parteiras legalizadas pela Fisicatura-mor (1808-1828)*. Monografia (Especialização em História do Brasil Colonial) – Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013.

⁵¹ Nesse trabalho, analisei os dados referentes apenas às parteiras legalizadas. O objetivo foi verificar quantas eram essas mulheres e, ainda, quem eram; a que grupos sociais pertenciam; e quanto gastavam no processo de legalização; entre outras informações. Dessa forma, procurou-se tanto investigar o perfil das parteiras que conseguiram obter licença, como também avaliar o alcance da Fisicatura-mor no que tange a questão das legalizações. O marco temporal desse trabalho situou-se entre os anos 1808 a 1828, período de atuação da Fisicatura-mor. O *corpus* documental analisado era composto pelos registros de confirmação das licenças das parteiras, localizados no acervo do Arquivo Nacional.

eles deveriam intervir nos casos de partos complicados, alegando estarem mais bem preparados. Eles não estavam preocupados com a especialização ou treinamento para as parteiras, ao contrário, preferiam que as mesmas tivessem seu espaço de atuação reduzido. Possuindo *status* inferior dentro da medicina, os cirurgiões necessitavam de um mercado em que pudessem atuar sem competir com os médicos. Dessa forma, a partir do século XVII, optaram pela parturição como alternativa, uma vez que poderiam, através de um saber acadêmico baseado em estudos anatômicos, desenvolver um campo específico que os diferenciavam das parteiras: a obstetrícia.⁵²

Segundo Martins, ao longo do século XVII, a obstetrícia ainda não era completamente reconhecida tanto pelo meio médico como pelo público leigo. Apesar disso, alguns médicos tiveram papel fundamental na intensificação do interesse pelo corpo feminino e, a partir disso, contribuíram para a produção de tratados e manuais médicos sobre a mulher. Somente nas últimas décadas daquele século é que começou uma campanha de transformação do parto num evento controlado por eles e exclusivo ao ambiente hospitalar. Essa transição se deu por completo apenas a partir da segunda metade do século XX, com a hospitalização dos partos nos centros urbanos.⁵³

Com a institucionalização da medicina obstétrica e criação de escolas de parto, muitas parteiras se dedicaram ao estudo de manuais produzidos pelo meio acadêmico voltados para elas.⁵⁴ A respeito dos manuais, há outros trabalhos de Barreto em que a autora aborda a questão, são eles: *A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia*⁵⁵ e *A “ciência do parto” e a atuação de Joaquim da Rocha Mazarém (século XIX)*.⁵⁶ No primeiro, a autora afirma que a maior parte dos médicos e cirurgiões, através dos manuais de obstetrícia e parto dos séculos XVIII e XIX, defendiam uma instrução parcial das parteiras, deixando-as subordinadas e garantindo, assim, a divisão do trabalho. Com isso, a atuação das parteiras deveria ficar restrita ao acompanhamento de partos naturais, ligando-as a “arte de partejar” e afastando-as da “ciência do parto,” pertencente aos médicos.⁵⁷ Em outro trabalho, Barreto desenvolve uma análise sobre o manual escrito pelo cirurgião Joaquim da Rocha Mazarém, que teve um papel de destaque na instrução das parteiras e sua inserção na chamada “ciência do parto”. De acordo com a autora, Mazarém não partilhava da divisão de trabalho rígida

⁵² BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. *Op. Cit.*, pp. 220-221.

⁵³ MARTINS, Ana Paula Vosne. A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX. *Op. Cit.*, p. 61.

⁵⁴ BARRETO, Maria Renilda Nery. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. *Op. Cit.*, p. 904.

⁵⁵ *Idem*. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Op. Cit.*, pp. 219-236.

⁵⁶ *Idem*. A ciência do parto e a atuação de Joaquim da Rocha Mazarém (século XIX). *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 219-236, 1. sem. 2007.

⁵⁷ *Idem*. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Op. Cit.*, pp. 226 - 232.

entre cirurgiões e parteiras, assim, o conflito entre esses dois é relativizado para a questão portuguesa.⁵⁸ Essas análises permitem verificar que a relação das parteiras com os médicos e cirurgiões poderia ser de parceria também, não sendo, portanto, restrita a uma disputa ou conflito por local de atuação.

Dessa forma, de acordo com a autora, esses manuais de obstetrícia portugueses produzidos no século XVIII e início do XIX, cujas postulações chegaram ao Brasil, auxiliam na compreensão do processo do afastamento entre as “artes de partejar” e a “ciência dos partos” aqui. A autora também expõe, na sua tese de doutorado, a forma pela qual os manuais possibilitaram a disseminação de valores científicos, propiciando a referida dicotomia.⁵⁹ Para ela, os manuais não alcançavam o público feminino, já que as mulheres não detinham o saber acadêmico dos cirurgiões-parteiros por não frequentarem universidades até a década de 1830. O conteúdo desses manuais foi formulado de forma a responsabilizar as parteiras por graves danos causados às parturientes e aos fetos e recém-nascidos. O desconhecimento e a ignorância atribuídos às parteiras comprometeram a manutenção desta prática como ofício, fazendo com que, com o tempo, ela se tornasse uma ciência. A instrução parcial e diferenciada da parteira defendida pelos manuais garantiu, como foi afirmado, a sua subordinação ao cirurgião, levando a cabo a divisão do trabalho e a formação de um mercado.⁶⁰

Para Brenes⁶¹, a entrada de médicos no campo da parturição, até então destinado à mulher, levou à produção de um saber anatômico e fisiológico da mesma, criado a partir da perspectiva masculina. Esse saber incorporado nos manuais de obstetrícia encontrou espaço para se consolidar com a implantação das Escolas de Medicina no Rio de Janeiro e em Salvador. Esse fator contribuiu para o surgimento de uma arte obstétrica no Brasil ao longo do século XIX, que cada vez mais procurava manter as mulheres afastadas.

Em Portugal, no século XIX, segundo Carneiro, as transformações no ofício de parteira estariam ligadas a um maior controle da atividade por parte de cirurgiões.⁶² Os cursos teriam o papel de conferir às parteiras práticas a habilidade e o saber necessários à atuação nos partos, mas também de submetê-las à organização liderada por médicos e cirurgiões, tornando-as examinadas. Se antes, a parteira era uma mulher que adquiria sua prática a partir

⁵⁸ BARRETO. A ciência do parto e a atuação de Joaquim da Rocha Mazarém (século XIX). *Op. cit.*, p. 15.

⁵⁹ *Idem*. A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851). *Op. Cit.*

⁶⁰ *Ibidem*, p. 226.

⁶¹ BRENEs. Anayansi C. História da Parturição no Brasil, século XIX. *Op. Cit.*

⁶² CARNEIRO, Marinha. *Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no século XIX. Op. Cit.*

da experiência, com a escolarização, passou a ser aquela com grandes chances de ser solteira e com pouca experiência maternal ou da prática profissional, sem a possibilidade de apresentar conhecimento que lhe conferisse autonomia. Essas parteiras saídas do curso formal seriam as diplomadas, de habilitação profissional e não apenas “examinadas” ou “curiosas”. A autora afirma que esses tipos coexistiram ainda durante longo tempo, com a mesma designação de parteira, ainda que houvesse divergência quanto a suas práticas e formação.⁶³

A historiadora empreende uma análise de fôlego em torno do que era ser parteira em Portugal, levando em conta os modelos de atuação, formação e títulos profissionais.⁶⁴ Ela salienta a pluralidade e a coexistência dos diferentes tipos de parteiras, como as parteiras práticas, as examinadas e as formadas. Afirma que desde o momento em que os médicos passaram a tutelar e ministrar a formação das parteiras se assistiu o surgimento de uma nova visão de mundo e de identidade dessas mulheres, na qual a cultura médica se manteve hegemônica.⁶⁵ Seu trabalho é extenso, tanto no que se refere a questão temporal, abarcando seis séculos, como no que tange às problemáticas, já que a autora abre um leque de questões que estão ligadas à prática das parteiras. Esses englobam os sistemas sanitários na Europa e suas reformas, as escolas médicas, a atuação dos médicos e cirurgiões no parto e na formação das parteiras, propostas curriculares nos cursos de partos, a reforma Pombalina e seu impacto na universidade de Coimbra, enfermarias e maternidade, os manuais de obstetrícia, a cultura obstétrica e os instrumentos utilizados, entre outros pontos. Dessa forma, o livro se apresenta como um amplo estudo sobre as parteiras em Portugal.

A partir do trabalho de Teresa Ortiz e Clara Martinez Padilla, pode-se afirmar que o processo de controle que se deu em Portugal também ocorreu na Espanha.⁶⁶ Ao apresentar análise das mudanças em relação ao acesso à profissão e à prática da parturição na cidade de Granada no começo do século XX, as autoras apontam para a regulação das profissões em saúde na primeira metade do século XIX. Com isso, os cirurgiões passaram a controlar o acesso ao estudo da prática do parto, dirigindo o treinamento de parteiras em colégios de cirurgia. Já a situação das matronas foi mantida até 1861, quando foram impostos novos regulamentos. As autoras destacam a Lei Moyano, que regulava a educação pública através, dentre outras coisas, do estabelecimento de regras para o treinamento de parteiras. Assim, a

⁶³ CARNEIRO, Marinha. *Ordenamento sanitário, profissões de saúde e cursos de parteiras no século XIX*. *Op. Cit.*, p.318.

⁶⁴ *Idem*. *Ajudar a Nascer – Parteiras, Saberes Obstétricos e Modelos de Formação (sécs. XV-XX)*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2003.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 25.

⁶⁶ ORTIZ, Teresa e MARTINEZ PADILLA, Clara. *How to be a midwife in late nineteenth century Spain*. In: MARLAND, Hilary e RAFFERTY, Anne Marie. *Op Cit.*, p. 61-80.

atividade dessas se tornou limitada ao atendimento de partos normais. As autoras destacam o aumento dos locais de formação para parteiras na Espanha. Entre 1868 e 1874, momento da Revolução liberal, buscou-se a extensão de direitos individuais, descentralização política da educação e liberdade de aprender e ensinar. Nesse contexto, a Lei de Liberdade de Educação permitiu que parteiras fossem professoras em instituições educacionais. Houve também algumas publicações de parteiras. Ortiz e Padilla analisam a produção das parteiras Francisca Iracheta e Pilar Jauregui. Cada uma apresentou um posicionamento diferente a respeito da prática da parturição. A primeira se preocupava em diferenciar a matrona da parteira. A segunda defendia o estudo de obstetrícia normal e difícil para parteiras. Com o fim da Lei de Liberdade de Educação, em 1876, algumas práticas continuaram, no entanto, as autoras afirmam que não se sabe se a escola de parteiras continuou.

De acordo com o que foi estudado pela historiografia apresentada, há algumas semelhanças em relação ao controle das práticas das parteiras no Brasil, em Portugal e na Espanha. Ainda no contexto europeu, uma referência importante é o trabalho organizado por Hilary Marland e Anne Marie Rafferty⁶⁷. Os autores participantes trazem diferentes recortes e abordagens de pesquisa para a temática, compondo um material rico de estudo. Na introdução, as organizadoras apresentam de forma sucinta as especificidades relacionadas a cada país, dentre os que foram analisados nos capítulos.

De modo geral, as autoras apontam que, a partir do século XIX, e, sobretudo, nas primeiras três décadas do século XX, o ofício das parteiras sofreu um declínio, enquanto os médicos ganhavam destaque nas maternidades. Nos artigos, de acordo com Marland e Rafferty, levou-se em consideração a questão tempo e espaço como elementos que variaram tanto em relação os fatores culturais como de regulamentação da profissão. Segundo as autoras, na prática, os elementos contidos nos requerimentos legais e nas regulações poderiam divergir da realidade vivida pelas parteiras.⁶⁸ Portanto, é necessária a análise crítica em relação aos documentos oficiais para depreender os fatores culturais e sociais presentes no exercício desta profissão.

Ainda em relação à Europa, o estudo das parteiras na França é de interesse no nosso trabalho, já que muitas que atuaram no Brasil eram provenientes desse país. Em tese de doutorado, Brenes apresenta a questão do conflito entre profissionais na França e seus desdobramentos na cidade do Rio de Janeiro. Esses conflitos se deslocaram tanto devido à

⁶⁷ MARLAND, Hilary e RAFFERTY, Anne Marie. *Midwives, society and childbirth – debates and controversies in the modern period. Op. Cit.*

⁶⁸ *Ibidem*, p. 3.

chegada de parteiras francesas, como a partir do modelo francês de ensino que inspirou a escola de partos no Brasil. Sobre as imigrantes que aqui se instalaram para exercer sua arte, a autora contabilizou um total de 167 parteiras entre 1844 e 1913.⁶⁹ Além disso, a autora lança um olhar sobre o perfil dessas mulheres através do *Almanaque Laemmert*, também estudado em nosso trabalho. Para Brenes, as mulheres estrangeiras presentes no Brasil eram na maioria maduras e independentes, viúvas, sozinhas, com filho para criar, sendo a maior parte pobre e, portanto, utilizavam a arte como alternativa para sobreviver.⁷⁰ A autora se dedicou às parteiras francesas no Brasil em seus estudos, buscando compreender possíveis associações com a prática delas e a formação em cursos de parto ou maternidades na França.

Em outro trabalho, a autora desenvolve um estudo sobre a prática da parturição entre os séculos XV e XVIII, no qual enfoca nas parteiras francesas conhecidas como *sage-femmes*.⁷¹ A autora procura desenvolver a trajetória do ofício de parteira a partir das raízes da profissão até atingir o momento em que surgem as parteiras profissionalizadas e diplomadas. Ela ressalta, ainda, que havia disputas dentro deste campo de atividade entre mulheres e homens, que também atuaram como parteiros.

Um dos estabelecimentos mais importantes na França para o ensino de parteiras e o atendimento de parturientes foi a maternidade de Port-Royal, criada em 1795 em Paris. No estudo sobre as parteiras atuantes nessa instituição,⁷² Blauvalet-Boutouyrie destaca a distinção entre a função do médico que fazia partos, chamados de *accoucher*, das *sage-femmes*, parteiras instruídas. Esses homens que começaram a atuar no ramo exerceram controle cada vez maior sobre as parteiras ao longo do século. Apesar disso, a autora destaca o papel da parteira-chefe na maternidade, considerado na época um cargo de muito prestígio.⁷³

No que tange à questão do controle e discurso médico, em oposição aos trabalhos mencionados, a autora François Thébaud afirma que o século XIX foi um período mais favorável para as parteiras na França, pois havia menos concorrência com médicos. Para ela, o período entre guerras, estudado por ela, foi de transição na prática dos partos, com um projeto de medicalização, que era sinônimo de proteção da maternidade da mulher. Apesar disso, o projeto encontrou resistências.⁷⁴

⁶⁹ BRENES. Um olhar brasileiro sobre o caso de Paris: O conflito parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, século XIX. *Op. Cit.*, p. 25.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 217.

⁷¹ *Idem*. Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência. *Op. Cit.*

⁷² BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlet. As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstetras antes do tempo? *Estudos Feministas*: Florianópolis, 2002. v 2, pp. 403-413.

⁷³ *Ibidem*, p. 403.

⁷⁴ THÉBAUD, Françoise. *A medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França no período entre guerras (1919-1939)*. *Estudos Feministas*: Florianópolis, 2002, v.2, pp. 415-427.

Sobre essa denominação empregada às parteiras francesas, podemos perceber que há diferentes concepções quanto ao uso e significado de acordo com cada uma das autoras acima. Para Blauvalet-Boutouyrie, as *Sages-femmes* são parteiras instruídas, diplomadas tanto na Faculdade de medicina quanto na maternidade de Paris. Brenes concorda com a definição, mas atenta para a raiz etimológica da palavra, com a qual as parteiras se identificam, que é a que remete às “sagas” gregas. Essas teriam sua origem mítica na história de uma jovem grega dotada de inteligência e instrução que, vestida com trajes masculinos, seguiu cursos de cirurgia e, com isso, passou a partejar, revelando seu segredo somente às parturientes que atendia. A atuação dessa jovem teria possibilitado a entrada de mulheres na arte obstétrica, destinada apenas aos homens. Assim, para as parteiras francesas, o termo apresenta um significado histórico que marcou o início da mulher na ciência. Dessa forma, ser identificada como *sage-femme* iria além da apresentação de uma formação, o termo remeteria também à sua própria história profissional.⁷⁵

Com essas pontuações, podemos perceber que em alguns países da Europa houve um processo de mudança a partir do século XIX, não sendo, portanto, algo ocorrido apenas no Brasil. Além disso, a partir dos casos de Portugal e França, pode-se verificar que há diversas questões semelhantes, sobretudo, no que se refere ao controle médico da arte de partejar. Os autores apontados aqui apresentam a perspectiva na qual havia uma disputa em progresso pelo trabalho antes exercido apenas pela parteira. Ressalta-se que caso francês foi diferenciado por ter possibilitado parteiras ingressarem em cursos especializados em maternidades desde pelo menos o século XVIII, o que em Portugal e Espanha só ocorreu a partir do século XIX. Além disso, as parteiras-chefes da maternidade francesa possuíam autonomia e respeito, enquanto em outros países, os cirurgiões se empenhavam em alocar essas mulheres em níveis inferiores, de subordinação. Essa questão nos interessa particularmente, pois acreditamos que essa autonomia da parteira francesa pode ter refletido nas práticas ocorridas no Brasil, uma vez que muitas imigraram no século XIX.

A respeito do controle da prática das parteiras também fora da Europa, encontramos alguns trabalhos de interesse produzidos por autores latino-americanos. Dessa forma, poderemos observar aproximações e distanciamentos em relação à história das parteiras no Brasil. Os fatores relativos à situação desses países enquanto ex-colônias dos países ibéricos, tal qual o Brasil e à sua aproximação geográfica, podem ajudar a compreender que os

⁷⁵ BRENES. Um olhar brasileiro sobre o caso de paris: o conflito parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, século XIX. *Op. Cit.* pp. 30-31.

aspectos discutidos aqui tinham relação com o que estava ocorrendo nas suas antigas metrópoles.

No México, Laura Catalina Díaz Robeles e Luciano Oropeza Sandoval apontam como os médicos, através do seu discurso, empenharam-se em desqualificar os saberes e práticas populares das parteiras. Os cursos de obstetrícia criados por eles na universidade não atraíram a parcela feminina que atuava em partos e, assim, criou-se um distanciamento entre essas mulheres e os saberes produzidos por eles na academia. Os autores empreendem um debate sobre as primeiras formas de controle e regulação da arte das parteiras, expondo legislações criadas pelas autoridades. No trabalho, destaca-se, ainda, a proposta da francesa madame Benita Cadeau de criação de curso de partos nos moldes franceses. Interessante assinalar que, segundo os autores, apesar do esforço dos médicos em institucionalizar o trabalho das parteiras, as mesmas apresentaram resistências, não permitindo que seu ofício fosse submetido às imposições de médicos e de instituições.⁷⁶

A respeito do ocorrido nesse mesmo país, Ana Maria Carrillo afirmou que a carreira de parteira foi criada como meio de eliminar as parteiras tradicionais e, no entanto, os próprios médicos no século XX procuraram limitar o campo de atividade das parteiras tituladas, procurando promover a instrução das parteiras tradicionais até que a parteira profissional fosse eliminada.⁷⁷ A parteira como profissional foi criada por ser uma atividade necessária à profissão médica, mantendo-se subordinada a esta. Houve ainda, um processo no qual os médicos buscaram desqualificar e combater as parteiras por elas supostamente invadirem o campo de atuação deles.⁷⁸ Uma questão que chamou atenção nesse trabalho foi a organização, em 1898, da *Sociedad Obstetrica Mexicana de Parteras*, uma organização ou liga de parteiras que tinha por objetivo manter a luta por espaço e atuação,⁷⁹ o que não foi detectado no Brasil.

É interessante observar que a inspiração francesa da prática e ensino de partos esteve presente no México, como foi destacado, mas também em outros países como o Peru. Ali foi criada a primeira maternidade do mundo hispânico, em 1826. A instituição, além de ter função de hospital, servia como uma escola de partos que seguia o modelo francês de ensino. Esse aspecto é apontado por Lissell Quiroz, que em seu trabalho discorre sobre a história e a historiografia das matronas, as parteiras tradicionais e empreende um debate sobre o

⁷⁶ ROBLES, L. C.D e SANDOVAL, L. O. *Las parteras de Guadalajara (México) en el siglo XIX: el despojo de su arte. Op. Cit.*, pp. 237-261.

⁷⁷ CARRILLO. Nacimiento y muerte de una profesión. *Las Parteras tituladas em México. Op Cit.* p. 169.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 175.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 186.

surgimento das parteiras formadas e tituladas no começo do século XIX. Ela ainda apresenta a trajetória da parteira francesa Benita Paulina Cadeau-Fessel, formada na maternidade Port-Royal de Paris. Assim, ela atuava como parteira de primeira classe, diferente daquelas formadas nos hospícios, consideradas de segunda classe.⁸⁰ Essa parteira, de acordo com a autora, teve um papel fundamental na fundação da primeira maternidade do Peru. Madame Fessel, seguiu aquilo que aprendeu levando seus conhecimentos para a nova instituição, inspirando-se, portanto, no modelo parisiense. Na análise a respeito da sua atuação, Quiroz aponta as publicações e discursos da parteira francesa a respeito das parteiras tradicionais. Para madame Fessel, elas seriam incapazes de lidar com o parto, fazendo com que a parturiente e o bebê corressem riscos. Ela também criticava a atuação de médicos, afirmando que a arte de partejar se tratava de um campo feminino. A partir da análise da autora, é possível compreender como se processou a formação das obstetrizas peruanas, o seu campo de atuação e as disputas em torno da profissão entre elas os médicos e as matronas tradicionais.⁸¹

4. Alguns aspectos sobre a formação e prática de parteiras diplomadas no Brasil

Em relação à formação e ensino de partos no Brasil, observamos que em 1809, criou-se no Hospital Real Militar, no Rio de Janeiro, a cadeira para o "ensino da medicina operatória e arte obstétrica". O objetivo era atender a necessidade de incluir uma "cadeira de anatomia e medicina operatória e arte obstétrica para o ensino dos estudantes que se dedicam aos estudos cirúrgicos".⁸² Essa cadeira, no entanto, não incluía as mulheres, já que a formação de cirurgião era destinada apenas aos homens e elas não tinham a possibilidade de cursar Faculdades neste período. Esses cirurgiões-obstetras, além de avaliarem as parteiras candidatas ao licenciamento, também deveriam atender as mulheres em trabalho de parto considerado difícil, no qual a parteira ficava proibida de atuar. A partir de 1832, com a criação das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, as parteiras passaram a ser examinadas pelos médicos das cadeiras ligadas à cirurgia e obstétrica.

⁸⁰ As parteiras de primeira classe eram aquelas formadas na Faculdade de Paris. As de segunda classe eram as que se diplomavam em hospitais e maternidades. Mais detalhes a seguir, no capítulo 2, página 58. Cf: MOTT, M. L. Parteiras o outro lado da profissão. *Op. Cit.* p. 124.

⁸¹ QUIROZ, Lissell. La comadrona a la obstetrix: nacimiento y apogeo de la profesión de partera titulada en el Peru del siglo XIX. *Op. Cit.* pp. 415-437.

⁸² "Decreto de 25 de janeiro de 1809 – Cria uma cadeira para o ensino da medicina operatória e arte obstétrica". Coleção das Leis do Brasil. 1808-1811. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

Em relação aos cursos de formação para parteiras, a criação de um curso para mulheres foi determinada pela lei de 3 de outubro de 1832.⁸³ A historiadora Maria Lucia Mott, na tese de doutorado intitulada *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*,⁸⁴ contemplou a questão da formação das parteiras e os cursos de partos criados ao longo do século XIX. A autora afirma que muitos projetos para a formação de parteiras foram feitos, porém pouco foi aplicado, demonstrando que a sociedade brasileira do século XIX deu pouca importância para esta questão. Uma das figuras mais atuantes neste sentido foi a parteira *Mme Durocher*, primeira mulher parteira formada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Mott demonstra, em sua pesquisa, que *Durocher* teve um papel importante ao apresentar diversas propostas para a formação das parteiras. Na tese, a historiadora fez uma análise da prática da parturição no século XIX, na qual se apresentou a trajetória profissional de *Mme Durocher* como ponto central. O texto apresenta o gênero biográfico, mas ela foi além do estudo sobre a vida da parteira: a partir da experiência desta mulher pretendeu obter uma amostra de como atuavam parteiras profissionais, formadas e a sua relação com a sociedade e com as instituições médicas. Nesse sentido, a questão central da tese reside nas formas institucionais de profissionalização da prática das parteiras, ou seja, a sua autorização legal, tanto no que diz respeito à concessão de licenças como à formação acadêmica. Outro aspecto importante no trabalho é a análise das ideias a respeito da criação e a implementação de cursos de partos no Brasil, tendo em vista as limitações dos que existiram no período. A autora ressalta o papel de *Mme Durocher*, que se destacou como primeira mulher formada na academia brasileira e por sua atuação profissional como parteira. *Durocher* contribuiu através de diversos textos publicados e a análise dessas publicações revela algumas das suas preocupações em relação à profissão e à própria condição feminina no período, embora concordasse com a posição subalterna destinada às mulheres naquela sociedade.

Uma reforma no ensino médico em 1854 determinou algumas alterações também para o curso de partos existente, como: a mudança da idade mínima de ingresso das alunas, que passou de 16 para 21 anos de idade; a autorização do pai ou do marido como condição para a sua participação e o conhecimento mínimo desejado, antes, restrito ao saber ler e escrever, foram incluídas as quatro operações matemáticas e também a língua francesa. Além disso, o curso mudou o nome para obstetrício.⁸⁵

⁸³ Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. *Coleção das leis do Império*, 1832, parte I.

⁸⁴ SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*. *Op. Cit.*

⁸⁵ MOTT. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Op. Cit.* p. 138.

Em 1879 uma nova reforma do ensino médico modificou o nome do curso dedicado às parteiras, que passou a se chamar Obstetrícia e Ginecologia. Nesse curso, os alunos do sexo masculino foram aceitos. Outro fator importante foi a abertura ao acesso de mulheres a cursos superiores, inclusive de medicina. Mott aponta que a Faculdade de Medicina, desde a sua criação, apresentava autonomia sobre decisões na área. A instituição exercia, ainda, o monopólio do ensino médico e obstétrico e a exclusividade na concessão de diplomas. Um artigo da lei de criação previa o ensino livre, assim, qualquer pessoa poderia ensinar qualquer ramo da ciência médica, no entanto, apenas as faculdades de medicina estavam autorizadas a conferir diplomas.⁸⁶

Um estudo a respeito das parteiras formadas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de autoria de Dilce Rizzo Jorge, apontou que apenas 21 alunas estudaram, obtendo diploma de parteira, no período de 1832 a 1901, e apenas 3 mulheres, para o mesmo período na Faculdade da Bahia.⁸⁷ Sobre essas estatísticas de formação de parteiras na universidade, Medeiros, na sua tese *Parteiras e médicos: a disputa por espaços na Arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX*,⁸⁸ afirma não terem sido encontradas muitas fontes. Foram localizados em maior quantidade exames de suficiência, em geral, de estrangeiras, que buscavam validar seus diplomas, de acordo com as normas para atuação no Brasil. Segundo o autor, foram 23 parteiras estrangeiras examinadas no período estudado, entre 1832 e 1900.⁸⁹

Para Mott, os diversos cursos que foram criados pelos médicos não representavam uma exigência da sociedade brasileira do século XIX. O interesse dos médicos consistia na aproximação do que estava sendo feito na Europa, mais do que uma demanda social. As parteiras práticas, afirmou a autora, eram preferidas por muitas mulheres, apesar das tentativas dos médicos em deslegitimar a sua atuação. Ela destaca ainda, a possibilidade de exercício de partejar sem diploma no final do século XIX, como pode ser verificado a partir de um anúncio de parteira no ano de 1885 no *Almanaque Laemmert*. A autora, não demonstrou em seu trabalho, detalhes a respeito dessas parteiras ou o anúncio feito por elas. Em nossa pesquisa, encontramos a *Madame* Anna Candida de Oliveira Godoy, que anunciou em 1885 e 1889. No capítulo três analisaremos questões referentes à concorrência entre essa parteira e outras formadas e verificaremos que, além do mencionado por Mott, a respeito da possibilidade de

⁸⁶ MOTT. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Op. Cit.* p. 140

⁸⁷ JORGE, Dilce Rizzo. *Evolução da Legislação federal do ensino e do exercício profissional da obstetriz (parteira) no Brasil*. Rio de Janeiro, Tese de Livre-Docência, Escola de enfermagem Ana Neri, UFRJ, 1972.

⁸⁸ MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. *Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX*. *Op. Cit.*

⁸⁹ *Ibidem*, p. 249.

atuar sem diploma, essas parteiras eram tão procuradas quanto as diplomadas. Assim, a experiência e a amizade no ofício continuavam a ser valorizados pela população.

No artigo já mencionado, *O curso de partos: Deve ou não haver parteiras?*, Mott analisa uma proposta da parteira Durocher.⁹⁰ A autora realizou um levantamento de projetos de criação e reforma, legislações e críticas aos cursos, trazendo a discussão sobre a formação das parteiras, o perfil desejado de alunas, disputas pelo campo profissional, relações sociais e raciais, entre outras questões. Outros trabalhos, em forma de artigo, de autoria dessa pesquisadora devem ser destacados no debate por acrescentarem questões importantes. No artigo, *Parteiras: O outro lado da profissão*⁹¹, Mott destaca a formação, a fiscalização, o perfil social e as técnicas utilizadas pelas parteiras. O seu enfoque nesse trabalho são os conflitos e disputas vividos pelas parteiras, utilizando-se para isso, fontes em que essas mulheres “falam com voz própria”.⁹² São analisados por ela, anúncios, classificados, cartas de leitores e reportagens de jornais e almanaques, algumas das fontes que também pesquisamos no nosso trabalho. Seu recorte temporal compreende os anos 1830 a 1930, a partir dos quais a autora realiza uma discussão sobre a prática da parturição ao longo do século XIX, desde os primeiros anos desse século. De acordo com Mott, as parteiras podem ser classificadas em dois tipos: as ocasionais e as de ofício. As primeiras faziam alguns partos ao longo da vida, enquanto as segundas, apesar de leigas, tinham maior experiência e capacidade em lidar com partos complicados. Além disso, a autora também atenta para a disputa entre as parteiras leigas e as diplomadas. Mott ressalta a importância dos periódicos na vida profissional dessas últimas como o meio pelo qual elas divulgavam os seus trabalhos e conseguiam clientes. Sobretudo àquelas vindas de Paris que concorriam com as leigas, que já possuíam clientela. Sobre a prática de partos em si, a autora salienta que nas primeiras décadas do século XIX a mesma ocorria na casa da parturiente e, somente em casos extremos, difíceis, as mulheres recorriam à enfermaria das Santas Casas. Por ser um acontecimento no qual se agregavam as mulheres da família e vizinhas, as parturientes nomeavam a parteira como "comadre", demonstrando que havia laços de respeito e afetividade entre essas mulheres.⁹³

A formação profissional das parteiras foi um tema abordado por Riesco e Tsunehiro em *Formação profissional de obstetrias e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades*. No texto, as autoras procuraram analisar a formação de obstetrias e

⁹⁰ DUROCHER, M.J.M. Deve ou não haver parteiras? Anais Brasilienses de Medicina, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 329-336, out.1870.

⁹¹ MOTT. Parteiras: O outro lado da profissão. *Op. Cit.*

⁹² *Ibidem*, p. 118.

⁹³ *Ibidem*, p. 119.

enfermeiras obstetras e traçar um panorama em outros países, além de esclarecer alguns pontos da atual situação de quem atua em partos. Elas afirmam que as profissões de enfermeira, parteira, obstetrix e enfermeira obstétrica, possuem origem, formação e exercício profissional diferentes. O título de parteira é o mais antigo, sendo, em alguns casos denominada enfermeira obstétrica e obstetrix. A primeira é uma denominação mais recente, dirigida àquela que possui formação de enfermeira com especialidade na área obstétrica. A obstetrix é a profissional, que mesmo não sendo da área médica, faz um curso, tornando-se habilitada para orientar partos.⁹⁴

Atualmente, em termos educacionais, de formação, coexistem dois tipos de programa: o modelo chamado Via Direta, com a inclusão de cursos de obstetrix e o americano, no qual a área da obstetrícia é entendida como uma especialidade da enfermagem. Esse último representa a tendência mundial, enquanto o primeiro aparece com mais frequência em países europeus, são as chamadas *midwives*.⁹⁵ É importante destacar que a Confederação Internacional de Obstetrixes e o Conselho Internacional de enfermeiras elaboraram um documento, em 1994, especificando as definições de cada titulação relativa a parturição.⁹⁶

No quadro atual do Brasil podemos mencionar a presença de parteiras tradicionais, sobretudo nas regiões mais afastadas dos centros. O estudo intitulado *As parteiras tradicionais e suas práticas na área rural de Pernambuco*, um estudo de 1996, revelou alguns dados interessantes sobre o perfil de parteiras. Na área rural de Pernambuco, foram registradas parteiras práticas, que atuavam com base na sua experiência, fazendo pouca ou nenhuma intervenção medicamentosa nos processos. Além disso, a maioria apresentava baixa escolaridade ou ausência de formação na área e também não costumavam cobrar pelo serviço. As autoras afirmam que a Confederação Internacional de Parteiras, a definição de parteira não se baseia em uma formação acadêmica, mas sim do tipo de prática que se tem, na qual se inclui o local de atuação (domicílio) e o menor grau de intervenção.⁹⁷ Assim, a partir do caso das parteiras de Pernambuco, pode-se verificar que a prática, ainda que antiga, permanece viva em algumas partes do Brasil, não necessariamente acompanhada de uma formação acadêmica. Vemos, portanto, que as parteiras não deixaram de existir, apesar de todas as transformações que se sucederam ao passar do tempo.

⁹⁴ Riesco, Maria Luiza G; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrixes e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Op. Cit.*, p. 449.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 450.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 452.

⁹⁷ CARVALHO, I; CHACHAM, A.S; VIANA, P. Parteiras tradicionais e suas práticas na área rural de Pernambuco – 1996. *Op. cit.*, p. 887.

Para concluir, podemos afirmar que essas questões levantadas se relacionam diretamente com nosso trabalho. A bibliografia estudada é importante para nossa reflexão e nos ajudam a compreender as mudanças e as características do ofício de parteira no Brasil. As reflexões sobre suas formas de atuação, sua posição social, os discursos dos médicos e os mecanismos criados pelas autoridades na tentativa de desqualificação das mulheres são temas de interesse na pesquisa. Dessa forma, o diálogo com trabalhos mencionados é fundamental para a investigação do ofício ao longo do século XIX.

No que diz respeito à constituição do trabalho de parteira, em diferentes regiões do mundo, sobretudo da Europa e dos países Hispânicos e Brasil há algumas semelhanças. Elas se encontram tanto na questão do controle e fiscalização da prática, como da formação das parteiras, a busca pela divisão do trabalho implementada por médicos e cirurgiões. Reservadas as particularidades de cada país, as mudanças que se processaram em relação ao ofício de parteira foram notórias a partir do século XIX. Pode-se perceber que os processos em torno da prática das parteiras nos países citados se assemelham em alguns aspectos com o caso brasileiro, apesar das diferenças quanto a legislações, universidades, escolarização entre outros. O que se pode constatar é que há na historiografia internacional um debate semelhante acerca dos conflitos sobre a relação entre médicos e parteiras. De modo geral, a partir do século XIX, em diversos lugares, surgiram novas configurações e possibilidades de atuação, não deixando, no entanto, de estabelecer relações com os saberes anteriormente conhecidos. As legislações, as fiscalizações por parte do Estado, os discursos médicos de desqualificação e as limitações colocadas às parteiras na prática do seu ofício foram alguns dos fatores que tiveram peso nesse processo que se desenhou no decorrer do Oitocentos.

Como foi apresentado em diversos trabalhos, o ofício de parteira esteve ligado às artes de curar, atividades presentes no Brasil tanto no período colonial quanto no imperial. Levando-se em consideração as características próprias em cada momento, as parteiras mantiveram ao longo do tempo algum espaço na sociedade. Sabemos que a história das artes de curar nos ajuda a compreender a prática das parteiras enquanto ofício tradicional, com raízes na tradição popular. Sobre esse aspecto, são de interesse mais específicos as questões relativas ao licenciamento das parteiras, prática das parteiras tradicionais, bem como sua relação com médicos e cirurgiões, temas encontrados em trabalhos voltados para as artes de curar.

A partir do estudo bibliográfico, verifica-se a importância dos fatores sociais e culturais no processo, para além das questões relacionadas às regulamentações e institucionalizações. Os autores, de maneira geral, demonstram que a prática muitas vezes não

se relaciona apenas aos fatores registrados nos documentos oficiais, uma vez que eles, muitas vezes, não compreendem as realidades vivenciadas. As pesquisas apresentadas oferecem importantes reflexões que possibilitam compreender a prática das parteiras como um todo, ainda que apresentem particularidades, contribuindo para o entendimento de questões relativas ao Brasil.

CAPÍTULO II

O trabalho das parteiras nos periódicos

Neste capítulo, serão analisados os dados obtidos através das pesquisas realizadas tanto nos periódicos *O Diário do Rio de Janeiro*, *Almanaque Laemmert*, *O Pacote do Rio*, *Correio Mercantil* e *O Despertador*, como também na documentação encontrada no *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*.⁹⁸ O objetivo nesta seção é o de responder as seguintes perguntas: Quem eram as parteiras que anunciavam e que eram referidas nos periódicos entre 1822 e 1889? Quais estratégias utilizavam para a divulgação dos seus trabalhos? Quais serviços ofereciam para além da parturição? Qual era a formação, se houver, dessas mulheres? Qual a importância de uma possível formação para as clientes e para a sociedade? Elas serão analisadas tanto à luz da bibliografia quanto a partir de indícios a respeito das parteiras, encontrados no *corpus documental*, tais como a sua formação, origem ou nacionalidade, a região em que moravam e atuação dessas mulheres.

Os periódicos citados para o estudo deste trabalho se encontram digitalizados, alguns na íntegra e outros com boa parte do seu material, no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.⁹⁹ A escolha deles se deu devido ao fato de terem sido localizados dados relativos às parteiras, a partir do sistema de busca por palavra-chave, um dos mecanismos disponíveis no site. Desses jornais, a maior parte dos dados que foi encontrada está no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Almanaque Laemmert* (anual),¹⁰⁰ pois eram os periódicos de maior porte e que circularam por mais tempo. Os restantes trouxeram menos informações, mas ainda assim, permitiram acrescentar dados novos e comparar com os já levantados.

1. Os periódicos

O *Diário do Rio de Janeiro* foi um periódico criado em 1821 e o primeiro diário do Rio de Janeiro, tendo circulado até o ano de 1878. De acordo com Sodré, foi o primeiro jornal informativo a circular e apresentava notícias locais, informações diversas e anúncios. As notícias particulares, em geral, eram sobre furto, reclamações, divertimentos, espetáculos, crimes, previsões meteorológicas, entre outras questões. Os anúncios costumavam ser a

⁹⁸ Consultas realizadas entre agosto de 2015 e junho de 2016. No sítio eletrônico da Biblioteca Nacional denominado Hemeroteca Digital.

⁹⁹ Pode ser acessado através do site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm

¹⁰⁰ Ver periódico em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak_djvu.htm

respeito de escravos fugidos, vendas, achados, aluguéis e leilões.¹⁰¹ Na pesquisa pode se observar ainda, a propaganda de remédios e de prestadores de serviços, como dentistas, médicos e as parteiras, objeto da presente pesquisa. Sodré afirma que a partir de 1822, com o aumento da popularidade, o *Diário* passou a ser conhecido como *Diário do Vintém*, devido também ao preço. O autor aponta ainda que o jornal não apresentava questões políticas, mantendo-se afastado do tema. Era mesmo um jornal informativo e nesse ponto, foi original para o período.¹⁰²

O periódico *Almanaque Laemmert* foi um anuário que circulou a partir de 1844 até as primeiras décadas do século XX. Apresentava como conteúdo anúncios diversos, como de hospitais, colégios, igrejas, serviços de profissionais, entre outros. Os volumes eram grandes, com uma média de mais de mil páginas, abarcando, portanto, um grande número de anúncios e de serviços. É importante destacar que os almanaques eram um tipo de periódico em crescimento durante o período imperial e que, ao menos na Corte, houve uma grande abrangência do *Almanaque Laemmert*. Isso devido ao aumento do número de pessoas alfabetizadas, chegando a 50% da população. Destaca-se, ainda, o aumento de 300% no número de assinantes entre os anos 1845 e 1859, um indício importante acerca do potencial de difusão do periódico, o que possibilitou também um impulso na divulgação das propagandas veiculadas nele.¹⁰³

Os demais periódicos circularam por pouquíssimo tempo. *O Correio Mercantil*, criado em agosto de 1830, era de publicação diária e composto por notícias nacionais e estrangeiras, artigos oficiais da administração pública, portarias, entradas e saídas de embarcações do porto e anúncios diversos. No acervo da BN digital, encontram-se as edições desse periódico entre os anos 1830 e 1836. De acordo com Sodré, *O Correio Mercantil* diferenciava-se do *Jornal do Comércio*¹⁰⁴ por adotar uma posição política partidária, ao contrário do segundo, que tentava apresentar uma neutralidade. Além do fato relacionado à sua duração, mais curta que

¹⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. *Op. Cit.*, p.50.

¹⁰² *Ibidem*, p. 51.

¹⁰³ LIMEIRA, Aline de Moraes. “Educação particular e publicidade no Almanaque Laemmert (1844-1859)”. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. *Apud* DANTAS, Rodrigo Aragão. *Barbeiros-sangradores: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889)*. pp. 45-46.

¹⁰⁴ Criado em 1827, o *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro) foi um periódico de grande circulação durante o século XIX, permanecendo em atividade até os dias atuais. Sua proposta era de abrir competição com o *Diário do Rio de Janeiro*, que até então monopolizava o mercado editorial. Apresentava uma linha muito parecida com esse, voltada para as atividades comerciais, como o próprio nome indica. Isto é, possuía um caráter mais comercial, dedicado a anúncios e à divulgação de notícias nacionais e internacionais. No plano político, apresentava uma tendência conservadora em seu começo, porém, durante a Regência, manteve-se afastado das discussões políticas partidárias entre Liberais e Conservadores, evitando a tomada de posição. Atualmente, encontra-se disponível para consulta no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Ver: BRASIL, Bruno. “*Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro)”. Hemeroteca digital, 17 de agosto de 2015. Link: <http://bndigital.bn.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/> consulta em março de 2016.

esse. Ainda segundo o autor, participaram alguns escritores como Manuel Antonio de Almeida, sob o pseudônimo de *Um Brasileiro*, que escreveu as *Memórias de um Sargento de Milícias* como um folhetim, e José de Alencar, que também se dedicou ao gênero.¹⁰⁵

O pacote do Rio e *O despertador* são apresentados por Sodré como pasquins. De acordo com o autor, esse tipo de periódico tinha como característica principal a crítica política, afirmando que “suas características derivavam diretamente das condições do meio”, ou seja, estavam relacionadas ao momento de agitação vivido no país. Assim, foi durante o período regencial que os pasquins surgiram e se multiplicaram. Sempre carregados de um discurso político forte direcionado à oposição, algumas vezes em tom de deboche, ironia e provocação.¹⁰⁶ *O pacote do Rio*, criado em 1836 é tido como um entre vários de uma pequena imprensa panfletária.¹⁰⁷ *O despertador* é caracterizado como um jornal no qual os conservadores defendiam suas ideias, sendo os principais colaboradores José Soares de Azevedo, Tenreiro Aranha e Marcos Antonio Rodrigues Martins.¹⁰⁸

2. Levantamento de dados

A partir do levantamento feito nos periódicos, foram elaborados bancos de dados com os quais foi possível elencar e contabilizar informações de interesse na pesquisa. No *Diário do Rio de Janeiro*, contamos 37 parteiras anunciantes no período de 1822 a 1878. O jornal apresenta também alguns comunicados sobre higiene pública e práticas de cura na cidade, em geral, de maneira crítica. Em alguns deles, buscava-se acusar parteiras tradicionais, também chamadas de matronas, por exercer suas práticas de forma ilegal e, segundo eles, atentar contra a saúde da população feminina e infantil. Em outros comunicados, médicos ou pessoas em anonimato procuraram reafirmar as legislações vigentes, a respeito de higiene pública, de modo a condenar os praticantes de cura populares. Há ainda folhetins e histórias ficcionais nos quais as parteiras aparecem como personagens, nem sempre de forma positiva.

A respeito das parteiras anunciantes no *Almanaque Laemmert*, foi possível contabilizar um total de 82, entre os anos 1844 e 1889. Uma parte do levantamento foi realizada através de um projeto que culminou na elaboração de um banco de dados

¹⁰⁵ SODRÉ. História da imprensa no Brasil. *Op. Cit.* pp. 190-191.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 156-157.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 129.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 132.

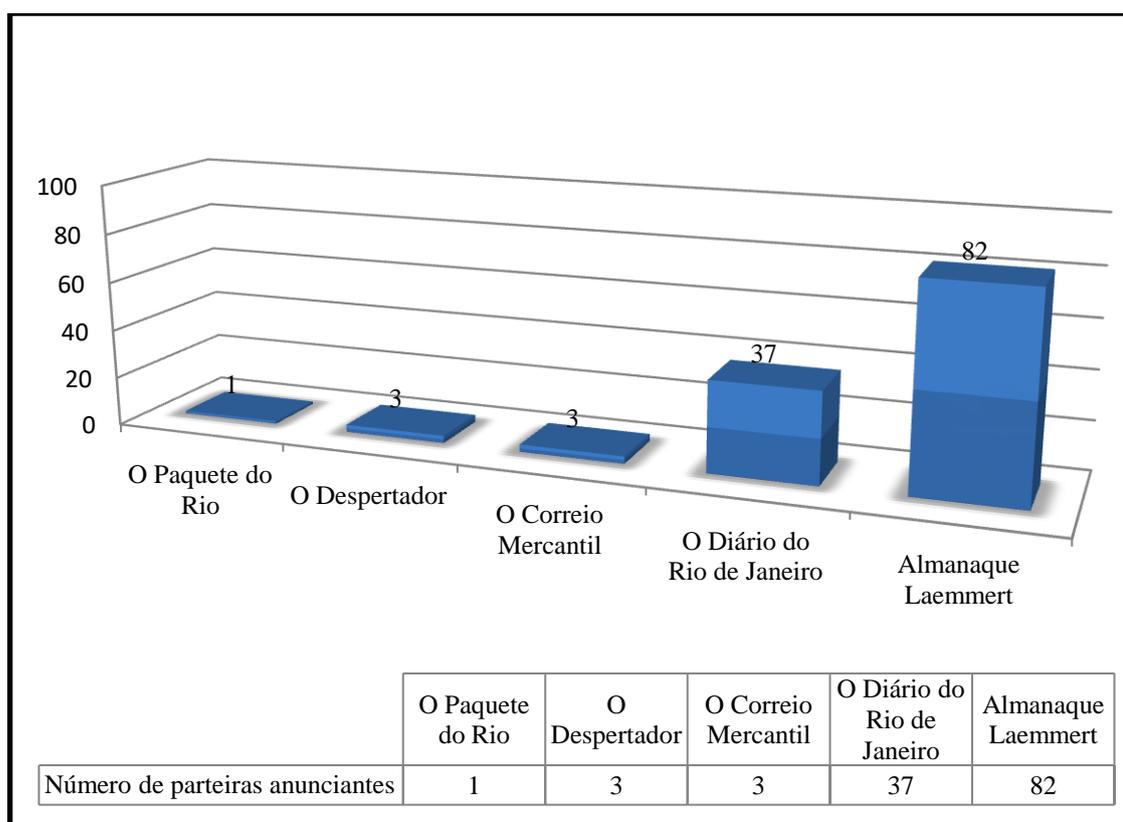
organizado por Tânia Pimenta para o desenvolvimento de sua pesquisa.¹⁰⁹ A partir da análise dessas informações encontramos alguns dados interessantes a respeito das parteiras. Cabe ressaltar que no *Almanaque* verificou-se o predomínio de anúncios, incluindo parteiras, maternidades e casas de saúde, diferentemente do *Diário* que apresenta, além desses, textos ficcionais, notícias, críticas, opiniões e denúncias.

A importância desses dois periódicos se dá pelo fato de a maioria das parteiras ter anunciado muitas vezes neles. Nas páginas do *Diário* e *Almanaque*, muitas vezes as parteiras repetiam os textos dos anúncios, publicando diversas vezes a mesma informação. Algumas apresentaram a sua formação ou atuação, sendo recorrentes as que se diziam formadas pela Faculdade de Paris ou ser discípula da maternidade de Paris. Boa parte também afirmou ter sido aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. As estrangeiras eram, na maior parte, de origem francesa, tendo sido encontradas ainda, uma alemã e outra italiana. Havia as que atuavam na Santa Casa de Misericórdia e a que afirmava ser parteira da imperatriz. Algumas parteiras ofereciam cursos de partos, apresentando-se como professoras. Esses dados, alguns dos encontrados nos periódicos mencionados, serão analisados ao longo do capítulo.

Nos periódicos *O Paquete do Rio de Janeiro*, *O despertador* e o *Correio Mercantil* se encontraram poucos anúncios de parteiras. Em *O Paquete*, foi detectado apenas o anúncio de *madame* Stephanie, também conhecida pelo nome de *madame* Berthon. A mesma publicou diversas vezes a mesma propaganda no ano de 1836. Não houve, nesse periódico, notícias ou artigos literários. O mesmo ocorreu com os outros dois periódicos, nos quais anunciaram apenas três parteiras em cada um deles. N' *O despertador*, a *madame* Durocher anunciou duas vezes em 1839, e em 1840 anunciaram a *madame* Pascal em cinco edições e Joanna Barbara apenas uma vez.

No gráfico a seguir, encontram-se os números de parteiras anunciantes entre os anos 1822 e 1889 por periódico.

¹⁰⁹ Banco de dados sobre o exercício da arte de curar no Rio de Janeiro, século XIX coordenado por Tânia Pimenta (Departamento de Pesquisa/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Gráfico 1: Número de parteiras anunciantes por periódico (1822-1889)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Ao analisar esses dados, deve-se levar em consideração tanto o tempo de circulação do periódico como a difusão do mesmo na sociedade carioca. É possível que aqueles de maior popularidade entre os pesquisados, ou seja, o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Almanaque Laemmert*, tenham sido também os que tiveram maior procura por parte das parteiras para a divulgação dos seus trabalhos. Isso porque, com uma maior difusão a propaganda seria mais eficiente. Podendo ainda ter sido os periódicos utilizados pelas próprias parteiras na procura por outros serviços, fossem médicos, de costura, comércios diversos, para se informar entre outros usos. Além disso, há que ser considerado que aqueles dois periódicos tiveram um período de circulação muito maior do que *O Pacote*, *O despertador* e *O Correio Mercantil*, o que levou a uma menor incidência de parteiras anunciantes nesses. Outro fator é a disponibilidade do material para a consulta no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Por exemplo, do jornal *O Correio*, só estão digitalizadas as edições de 1830 a 1836,¹¹⁰ ou seja, um período de apenas seis anos. É possível que os outros também se

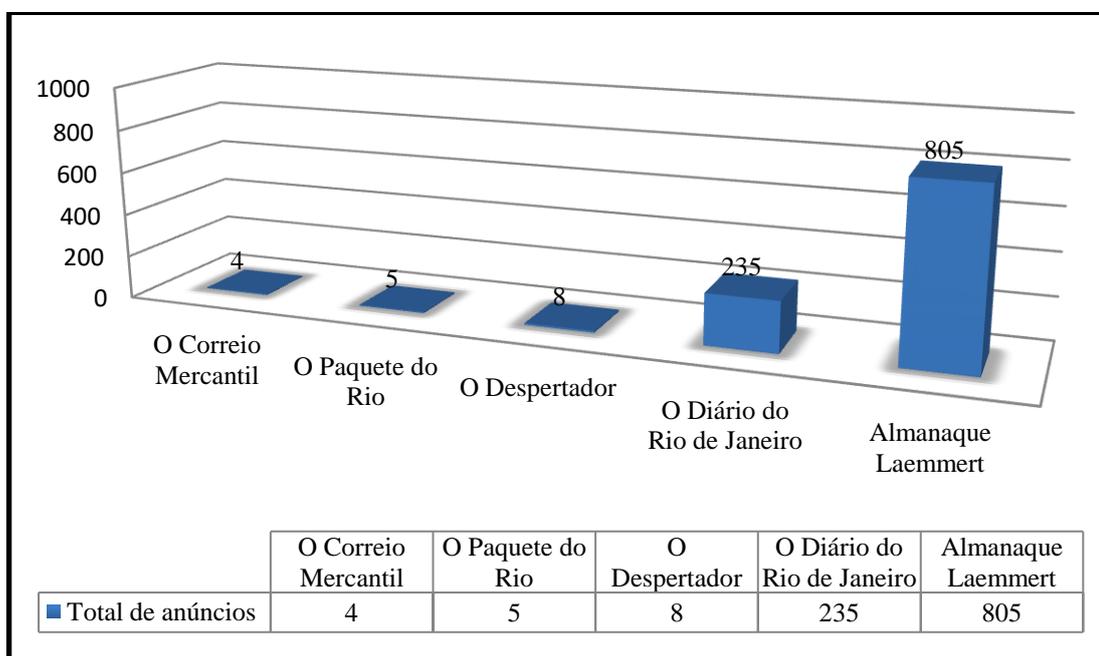
¹¹⁰ Referente ao período pesquisado, entre agosto de 2015 e novembro de 2015. Não há informações precisas sobre o período de circulação do periódico. De acordo com a pesquisa realizada no site do Instituto Histórico e

encontrem incompletos na Hemeroteca digital, pois também estavam em pouca quantidade, gerando assim, imprecisões quanto ao número de parteiras anunciantes nesses para a elaboração do nosso banco de dados.

Cabe ressaltar que um dos periódicos de maior destaque no período do Império, o *Jornal do Comércio*, não havia sido disponibilizado no site da Hemeroteca Digital até a data da pesquisa, sendo a sua digitalização e divulgação posterior ao fechamento da nossa coleta dos dados. Para a análise, iremos recorrer aos trabalhos de Mott e Medeiros que apresentaram em suas respectivas pesquisas referências a esse periódico.¹¹¹ Medeiros, em tese de doutorado, realizou levantamento das parteiras anunciantes naquele periódico. E Mott faz referência em artigos sobre alguns resultados encontrados, porém sem a elaboração de sistemas, tabelas ou gráficos.

Na comparação entre os periódicos a respeito do número de anúncios feitos por parteiras, podemos concluir, a partir do gráfico abaixo, que o *Diário* e o *Almanaque* são os que mais apresentam frequência de anúncios.

Gráfico 2: Total de anúncios por periódico (1822-1889)



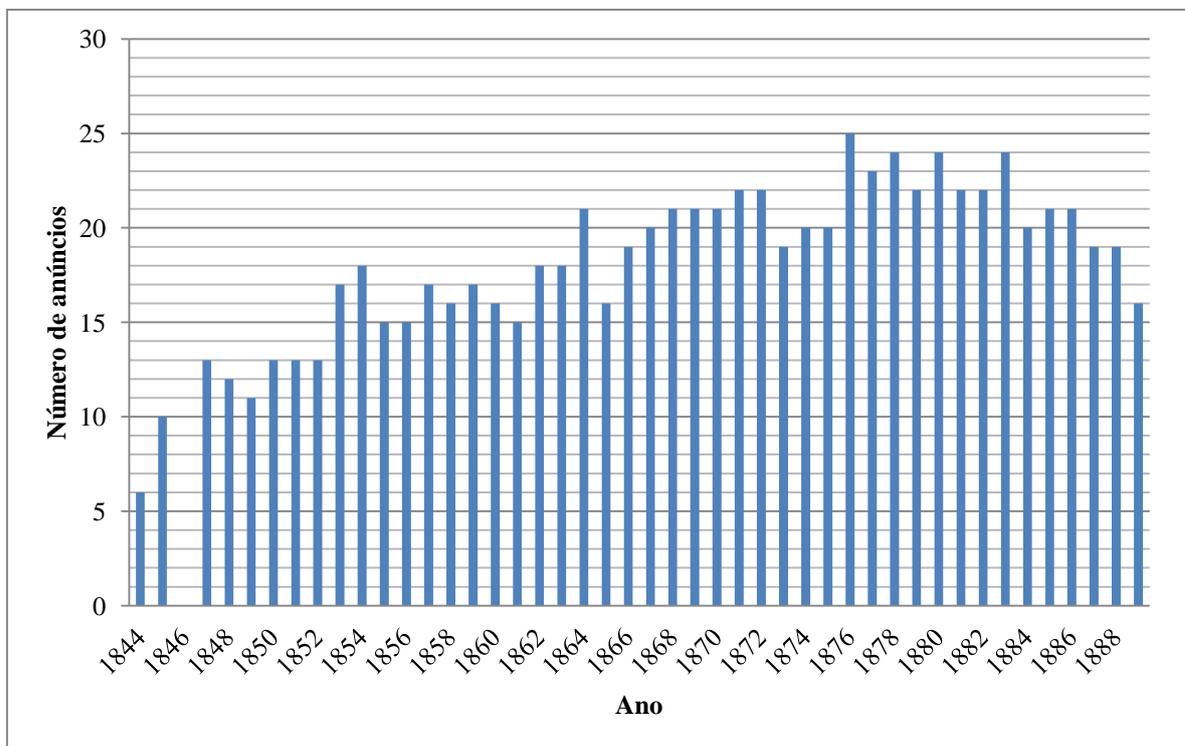
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Geográfico Brasileiro (IGHB), o *Correio Mercantil* possui publicações de 1848 a 1868 disponíveis em seu acervo. Desse modo, podemos saber que circulou pelo menos entre 1830 e 1868. Consulta através do site: <https://ihgb.org.br/pesquisa/hemeroteca/periodicos/item/100829-correio-mercantil.html> em setembro de 2016.

¹¹¹ Cf. MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. *Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX*. Op. Cit. e MOTT. *Parteiras: O outro lado da profissão*. Op. Cit.

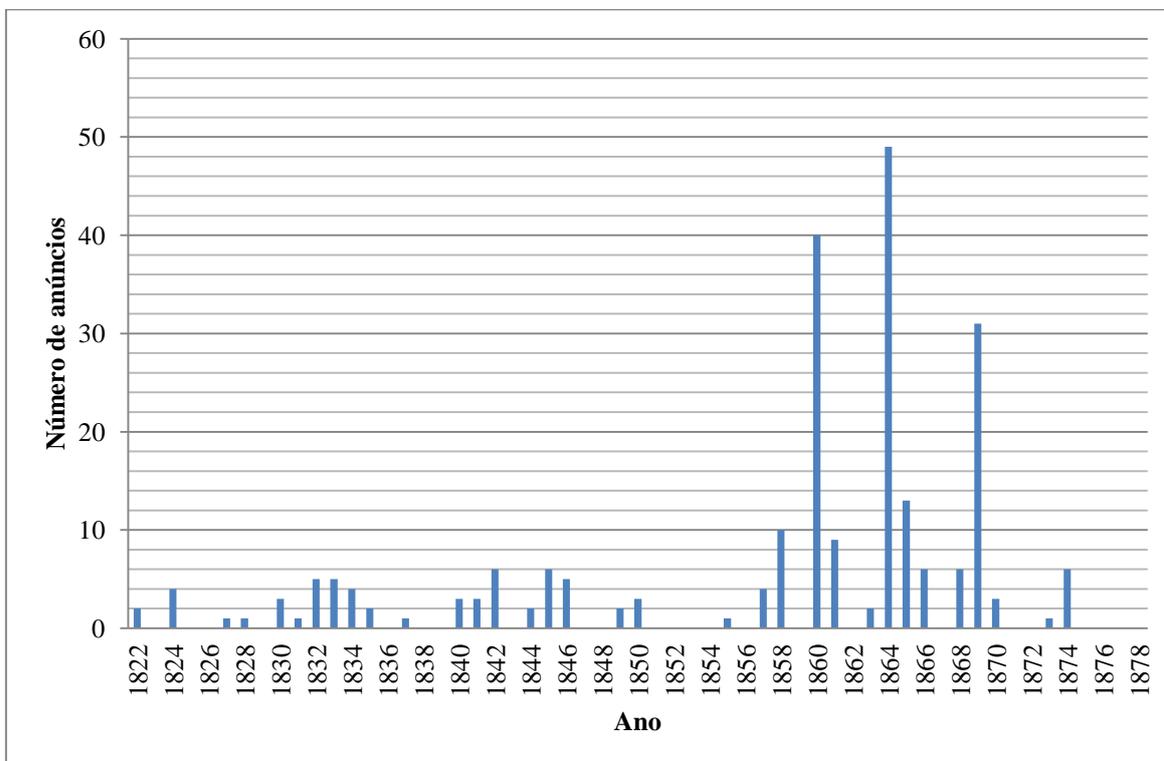
Um aspecto importante a ser destacado é que há muitas repetições de anúncios em ambos, fazendo com que o número de anunciantes fosse bem menor do que pudesse parecer ao observar rapidamente um desses periódicos. Ainda assim, é importante destacar que, mesmo sendo de publicação anual, o número de anúncios no *Almanaque* em relação ao *Diário* é de quase o dobro, tanto na lista com os valores totais ao longo do tempo quanto se analisarmos por ano, disposta a seguir. Pode-se pensar na possibilidade de haver uma preferência das parteiras por anúncios no *Almanaque*, seja pelo público alvo, ou pela maior circulação e popularidade desse periódico.

Gráfico 3: Número de anúncios das parteiras por ano no *Almanaque Laemmert* (1844-1889)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Gráfico 4: Número de anúncios das parteiras por ano no *Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878)

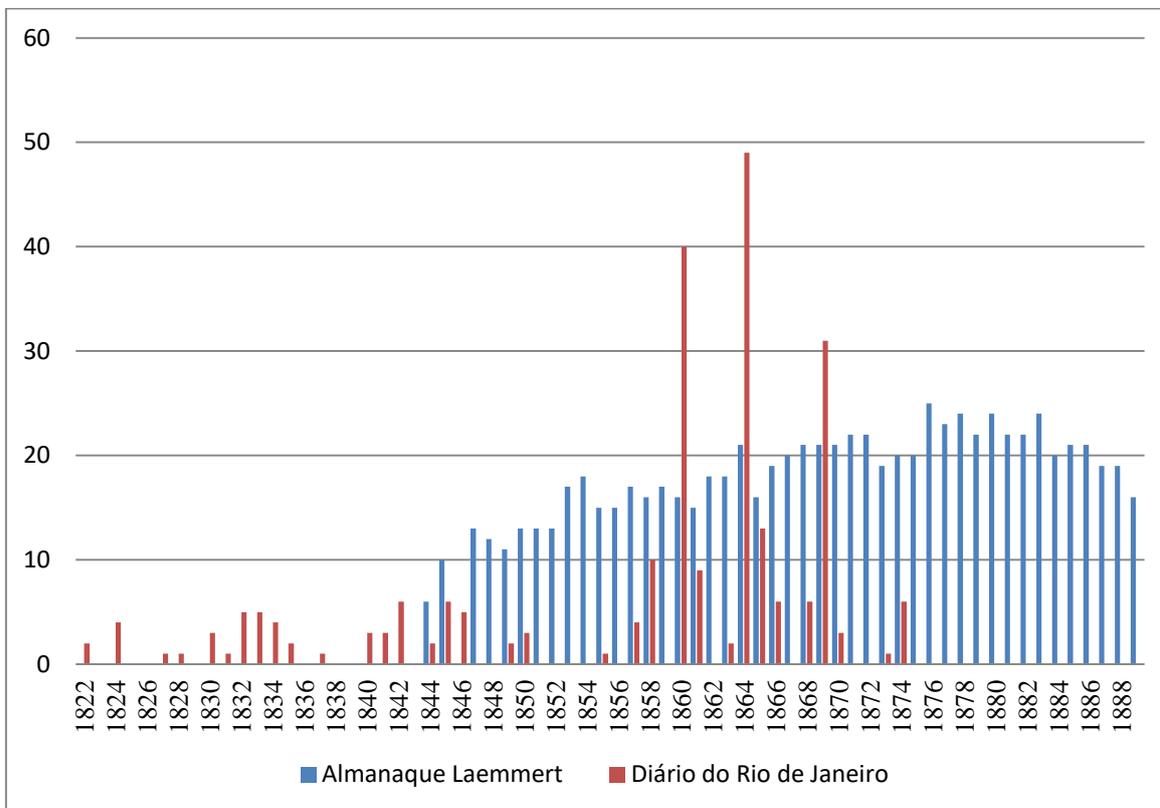


Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878).

Ressalta-se que os anúncios de parteiras no *Diário* se estenderam até 1876, apesar de 1878 ter sido o último ano em que o periódico esteve em circulação. Além disso, esses são os dados relacionados exclusivamente aos anúncios de parteiras, não levando em conta outros tipos como de casas de saúde, médicos parteiros, notas crítica, notícias e folhetins. Observando os números, pode-se verificar que há poucos anúncios por ano no *Diário do Rio de Janeiro* se comparado ao total encontrado no *Almanaque Laemmert* no mesmo espaço de tempo. É possível observar, ainda, um aumento no número de propagandas no *Diário* a partir de 1858, com destaque para os anos de 1860, com 40 anúncios, 1864, com 49, e 1869 com 31. Ainda que tivessem esses picos, constataram-se intervalos em que não houve uma única propaganda de parteira ou, ainda, menos de 10 no ano. Já no *Almanaque*, houve um aumento progressivo a partir de 1845, com exceção de 1846, ano cuja página referente às parteiras não está disponibilizada nas versões eletrônica e de microfilme, e, portanto, sem acesso.¹¹² Entre os anos 1847 e 1889 não houve menos de 10 anúncios e na maior parte dos anos, manteve-se em torno de 20 anúncios por ano, com poucas variações.

¹¹² Informação retirada do site de consulta em julho de 2016.

Gráfico 5: Número comparativo de anúncios entre *Almanaque Laemmert* e *Diário do Rio de Janeiro* por ano (1822-1889)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Ao observar uma página do *Almanaque Laemmert*,¹¹³ podemos verificar que a disposição dos anúncios ocorria por tipo de serviços, contando com um índice organizado por ordem alfabética, facilitando assim a busca por determinada atividade. Dessa forma, a lista de parteiras anunciantes em um ano estava toda na mesma página e não disposta na mesma seção que outros serviços como no *Diário*. Podemos observar ainda que a maior parte das parteiras anunciantes se dizia *madame*, sendo muitas delas diplomadas no exterior, como dito por elas próprias ou verificado nas fontes do *AGCRJ*. Sabe-se, por exemplo, que as parteiras Clementina Somjeam e Gault, fizeram registro dos seus respectivos diplomas na Câmara, sendo as duas provenientes de outros países.¹¹⁴ O que podemos pensar é que esse perfil de anunciante foi provavelmente o mais procurado pelos leitores do *Almanaque*. Foram poucas as parteiras licenciadas ou sem diploma de faculdades que fizeram anúncios nesse periódico.

¹¹³ Imagem a seguir na página 56.

¹¹⁴ *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras (1830-1878)*. Fundo: Câmara Municipal. Série ofícios e profissões, notação 47.1.47. Consulta em agosto de 2015.

Através da comparação entre *Diário* e *Almanaque*, podemos destacar algumas diferenças e semelhanças. Como dito, as parteiras que anunciavam no *Almanaque Laemmert* deixavam evidente sua formação, que em geral era em escolas francesas. Foram localizadas, nesse periódico, muitas parteiras estrangeiras, sobretudo francesas. No *Diário*, foram encontradas mais parteiras brasileiras, sendo a maioria autorizada e uma pequena parcela formada, pela Faculdade do Rio de Janeiro. Também se encontraram examinadas pela Fisicatura-mor, nas edições mais antigas, no período anterior a 1840. Tal fato pode ser verificado a partir do cruzamento com os dados da Fisicatura-mor, constatando-se que há pelo menos cinco parteiras licenciadas anunciadas nesse periódico. Nos anúncios elas afirmavam ser licenciadas e examinadas pela corte. Outra diferença é que no *Diário do Rio de Janeiro* não há somente anúncios dos serviços de parteiras, mas também notícias, textos literários e críticas direcionadas a elas. Outro ponto está relacionado à formatação do anúncio, sendo, em geral, no *Almanaque* mais direto e conciso, constando muitas vezes apenas o endereço da parteira e sua formação. Enquanto que no *Diário* há, com maior frequência mais detalhes em relação à atuação da parteira, como atividades realizadas, que por vezes iam além de ajudar mulheres a darem à luz. Os anúncios eram variados e alguns eram repetidos em diversas edições do periódico. Em relação à atuação delas é possível perceber que algumas ofereciam serviços diferenciados, além da parturição. Os serviços variavam desde oferecer-se para criar criança de leite, aluguel de ama de leite, aluguel de quartos para senhoras, aulas de partos e sangrias. Algumas parteiras atuavam não apenas de maneira autônoma, mas em conjunto com um médico em casas de saúde.

Figura 1: Anúncio no *Diário do Rio de Janeiro* em 1840

<p>todo, e alguns uda n. 195 A. AS. , 200, 240, e U400, pannos cassa 200 rs.; ditos de chaly outras muitas co; na rua da da Carioca n. Valla n. 89. annos boa para de idade 10 ommodo preço. de duas rodas uzo, no largo uma casa em uer officio ou ua dos Latocá- ano e a do Ou-</p>	<p>Pedro sobrado defronte do n. 283. ALUGA-SE uma preta ama de leite, mui- to humilde; no bêco do Imperio n. 16, entre a rua de Santa Teresa, e o largo da Lapa. ALUGA SE uma excellente ama de leite, muito carinhosa para crianças, e mucama recolhida; na rua da Alfandega n. 57. A PARTEIRA Md. Meunier moradora na rua d'Ajuda n. 98, tem para alugar uma ama de leite, parida de um mez, a qual aliança as suas boas qualidades, e tambem recebe qualquer em sua casa para ter sua cria, e depois alugar ou vender, tratando de seus ajustes, tudo por preços commodos. ALUGA-SE ou vende-se uma ama com muito e bom leite, de 23 annos, na rua do Rosario n. 107. RECEBE-SE uma criança para criar de leite; em Paquetá, para se ver a ama, ajustar e informar da capacidade da familia, dirijão-se á rua do Ouvidor n. 52.</p>	<p>Joaquim Maria, procural-o na imp por detraz das co negocio. NA praia do B de um caixeiro pe crever. GEORGE Gibso gleza, continúa ma, pelo method se a rua de S. Jos JOAQUIM Mar annuncio do Diari de 1840, declar Pedro n. 93, he entender com elle Bernarda Roza, CURA-SE a m nos do um mez, brado n. 6. PRECIZA-SE c de alfaiate de ob loja de alfaiate d TRASPASSA-S rua do Hospicio parte do sobrado e vende-se um ar</p>
<p>NOTIGIAS PARTICULARES.</p>		
<p>TANTAS vezes se tem clamado pelos jor-</p>		

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1840, edição 000150, p.4.

Figura 2: Página de anúncios no *Almanaque Laemmert* em 1864

PROFISSÕES.	489
Veterinarios. [505	
F. B. Bithencourt & M. O. Moreira com consultorio e hospital medico, cirurgico e hygienico de medicina veterinaria, r. de Santa Luzia, 34 B.	
José Moutinho dos Reis, r. dos Ciganos, 64, com cocheira de receber animaes, para tratar e cura-los.	
Julio Wenger, no quartel pequeno, campo da Aclamação.	
Manoel José de Moura Basto, r. da Imperatriz, 112.	
Vianna & Martins, praça da Constituição, 3.	
<hr/>	
Parteiras. [506	
M ^{me} Berenger, r. dos Latoeiros, 9.	
M ^{me} A. Chabriat, r. do Ouvidor, 169, 2 ^o andar.	
M ^{me} Clementina Somjean, r. das Laranjeiras, 2.	
M ^{me} Derothéa Brune, parteira allemã, travessa de S. Francisco de Paula, 5.	
M ^{me} Felicia Hosxe, r. dos Ourives, 23, 1 ^o andar.	
Felicissima Rosa Pereira Ferreira, r. da Imperatriz, 41.	
M ^{me} Gault, r. da Alfandega, 78, 4 ^o andar.	
M ^{me} Graell (viuva Wagner), lad. do Castello, 1, esquina da r. d'Ajuda.	
Isabel Maria Rodrigues da Silva, r. do Senado, 88, approvada pela faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.	
M ^{me} Leopold, r. nova do Conde, defronte do Chafariz.	
Maria Josefina Mathildes Durocher, r. da Imperatriz, 41.	
Maria Victoria Meunier, parteira de S. M. a Imperatriz, r. do Senado, 88.	
M ^{me} Meriel, r. d'Alfandega, 173.	
M ^{me} Paulina Henriques, r. da Imperatriz, 29 A.	
M ^{me} Paulina Napoléon Gaullier, r. do Cano, 146.	
M ^{me} Sorel, r. d'Assembléa, 111.	
Sra. Souza, r. de S. Pedro, 326.	
M ^{me} Stephanie Berthoud, parteira da Santa Casa da Miser., r. d'Alfandega, 92.	
Thereza Jesuina Tygna, r. do Sabão, 170, 2 ^o andar.	
M ^{me} Vermot, r. d'Ajuda, 116 sobrado.	
M ^{me} Victorina Borgé, r. d'Assembléa, 102. (V. Notab.)	
<hr/>	
Pharmacias, Laboratorios pharmaceuticos ou Boticas. [507	
Alexandre dos Santos Gomes de Paula, r. de S. Clemente, 8.	
Antonio Alves Ferreira, 6, r. dos Ourives, 41.	
Antonio Antunes Pereira, largo da Carioca, 8.	
Antonio Fernandes da Silva Leite, r. da Alfandega, 114.	
Antonio Fernando da Costa, 3, r. da Prainha, 10.	
Antonio Florencio Ramalho, r. do Pedregulho, 44.	
Antonio Januario de Azevedo, r. do Engenho-Velho, 114.	
Antonio Januario de Azevedo & C., r. do Andarahy, 26.	
Antonio José de Mello (homœopathica), r. da Quitanda, 19.	
Antonio José Teixeira Dantas, r. dos Ourives, 183.	
Antonio Luiz da Costa, 6, r. dos Ourives, 199.	
Antonio Rodrigues Maia, campo d'Aclamação, 107.	
Augusto Romano Sanches de Baena e Farinha, 3, r. dos Ourives, 41, e r. do Cano, 72.	
Augusto Cesar de Mendonça e Senna, r. de S. Pedro, 221.	

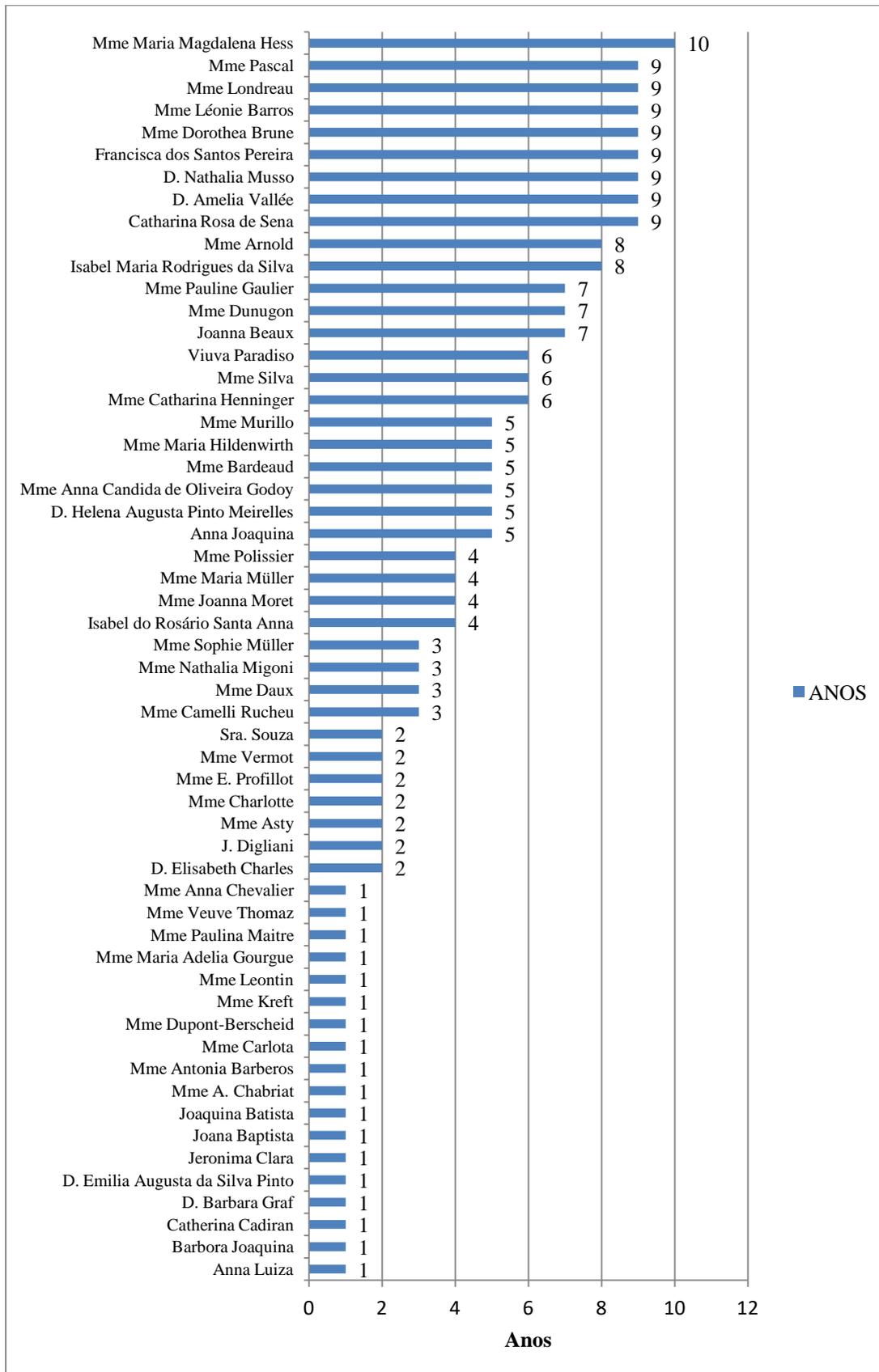
3. Atuação das parteiras ao longo do tempo

A partir do banco de dados desenvolvido para dissertação foi possível elaborar alguns gráficos e tabelas nos quais pudemos relacionar a parteira ao período em que trabalharam. Assim, numa análise comparativa entre os periódicos estudados pudemos alcançar uma estimativa a respeito da quantidade de tempo em que as parteiras atuaram. Da mesma forma, é possível saber quais parteiras atuaram no mesmo momento ou durante o mesmo período. Para a elaboração deste levantamento, foram levados em conta os anos iniciais e finais de anúncios feitos pelas parteiras nos periódicos. Demonstrando um indício a respeito do tempo da atuação delas durante a sua vida ao longo dos anos. Devemos levar em conta que esses valores são amostras e representam um indicativo aproximado do tempo em que as parteiras citadas atuaram. É sabida a possibilidade das mesmas terem atuado independentemente de anúncios, ou seja, sem a necessidade deles e, ainda, de algumas que anunciaram por um curto período de tempo, apenas deixando de fazer propagandas por já terem adquirido clientela. Esses dados não significam, portanto, o tempo total de trabalho delas, mas o tempo em que no mínimo tiveram atuação, podendo o mesmo, dessa forma, ser maior que o levantado aqui.

Após o levantamento de todos os anos em que atuou cada uma das parteiras, de acordo com nossas fontes, realizamos a elaboração dos gráficos que foram divididos em três categorias. A primeira foi a que se refere ao período de 1 até 10 anos de publicações em periódicos. A segunda diz respeito àquelas que anunciaram por 11 a 20 anos. E na terceira estão enquadradas as parteiras que anunciaram por mais de 20 anos nos jornais. Cabe ressaltar que se levou em conta todo o marco temporal do trabalho, ou seja, entre 1822 a 1889. Dessa forma, não significa que as parteiras que constam no mesmo gráfico atuaram no mesmo momento, referindo-se apenas a duração de sua atividade.

Em seguida, inserimos alguns desses dados em uma tabela na qual podemos ter uma visão mais completa a respeito da parteira, com informações sobre o período de atuação delas, a formação e o serviço oferecido. Com isso, temos a possibilidade de realizar uma análise menos superficial e mais direcionada a alguns casos de parteiras que mais chamaram a atenção. Permite, ainda, que possamos verificar quais parteiras estavam exercendo seu ofício no mesmo momento e o que ofereciam às suas clientes.

Gráfico 6: Parteiras que anunciaram por até 10 anos (1822-1889)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Como podemos observar, foram contabilizadas 56 parteiras que atuaram por até 10 anos. Dessas, a que atuou por mais tempo foi a *madame* Maria Magdalena Hess com 10 anos de publicações. Há uma grande parte que atuou durante nove anos. Algumas apareceram poucas vezes nos periódicos somando um total de sete parteiras que publicaram por dois anos e 17 que publicaram apenas um ano (quadro 1). Dessas parteiras, há aquelas que publicaram vários anúncios durante um ano e as que tiveram um único anúncio. Dessas que anunciaram em um ano no *Diário*, podemos citar Anna Luiza, Barbora Joaquina,¹¹⁵ Jeronima Clara, Joana Baptista, Joaquina Baptista, Mme Anna Chevalier e Mme Veuve Thomaz. A seguir, apresentamos o quadro com informações sobre elas:

Quadro 1: Parteiras anunciantes somente no *Diário* (Apenas em um ano) (1822-1878)

PARTEIRA	ANO DO ANÚNCIO	FORMAÇÃO	SERVIÇO OFERECIDO
Joaquina Baptista	1822	Parteira (sem especificação)	Criar criança de leite
Jerônima Clara	1828	Licenciada da Fisicatura-mor	Não informado
Joana Baptista	1830	Parteira	Aluguel de ama de leite
Anna Luiza	1840	Não informado	Não informado
Barbora Joaquina	1842	Não informado	Não informado
Mme Anna Chevalier	1845	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris	Não informado
Mme Veuve Thomaz	1869	Formada em Faculdade de medicina de Paris	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878). Em agosto de 2015.

Já entre as que anunciaram uma única vez no *Almanaque Laemmert*, temos as parteiras Catherina Cadiran, D. Barbara Graf, D. Emilia Augusta da Silva Pinto, Mme A. Chabriat, Mme Antonia Barberos, Mme Carlota, Mme Dupont-Berscheid, Mme Kreft, Mme Leontin, Mme Maria Adelia Gourgue e Mme Paulina Maitre (quadro 2). Ressaltamos que o fato de elas terem realizado apenas um único anúncio nos periódicos não significa que não tivessem

¹¹⁵ No periódico o nome aparece grafado desta maneira: “Barbora”. Podemos supor que a parteira se chamasse Bárbara e que ocorreu um erro de digitação do periódico, mas não há comprovação. Verificar: *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1842, edição 00039, p. 4 e 13 de julho de 1842, edição 00151, p.4.

atuado por um tempo maior. Assim, não temos como constatar uma quantidade precisa de anos em que uma mulher exerceu a atividade de parteira, apontamos, apenas, uma estimativa.

Quadro 2: Parteiras anunciantes no *Almanaque Laemmert* (um anúncio) (1844-1889)

PARTEIRA	ANO DO ANÚNCIO	FORMAÇÃO	SERVIÇO OFERECIDO
Catherina Cadiran	1850	Não informado	Não informado
Mme Kreft	1851	Mestra parteira	Aplica ventosas
D. Barbara Graf	1852	Mestra parteira	Aplica ventosas
Mme Dupont-Berscheid (Luxemburgo)	1857	Mestra parteira da Faculdade de Paris	Recebe pensionista, dá consultas.
Mme Paulina Maitre	1861	Não informado	Não informado
Mme Chabriat	1864	Não informado	Não informado
Mme Antonia Barberos (italiana)	1867	Não informado	Não informado
D. Emilia Augusta da Silva Pinto	1877	Não informado	Não informado
Mme Leontin	1880	Não informado	Não informado
Mme Maria Adelia Gourgue	1884	Não informado	Não informado
Mme Carlota	1887	Não informado	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Ao observar os quadros, podemos perceber que a maior parte das parteiras não deixou registrada a sua formação ou serviços prestados. Ao compararmos os dois perfis de anunciantes, verificamos que no *Diário* há a indicação de pelo menos três parteiras práticas ou licenciadas e apenas duas parteiras formadas. Além disso, no *Diário*, há dados do levantamento que não foram feitos por meio de anúncios a pedido das parteiras, mas por notícias a respeito delas. Foi o que ocorreu com Jerônima Clara, cuja informação sobre ela foi dada em notícia no jornal, na qual se afirmou que a mesma “exercita a arte de parteira” e pedem para que “apresente o novo endereço, uma vez que se mudou ocultamente”, pois “devia aluguéis da casa que morava”.¹¹⁶ A notícia de que se tratava de parteira licenciada foi confirmada a partir de listagem das parteiras examinadas pela Fisicatura-mor, coletados na base de dados da pesquisa.

No levantamento do *Almanaque*, destacamos o anúncio da parteira Dupont-Berscheid, feito em 1857. O mesmo foi feito em tamanho grande na sessão de notabilidade do *Almanaque*, algo que nem todas as parteiras faziam, no qual dizia ser mestra parteira formada em Paris e aprovada pela Faculdade do Rio de Janeiro. A parteira afirmou ser proveniente do Ducado de Luxemburgo e possuir longa prática em Paris, além de realizar estudos em

¹¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de julho de 1828, edição 0700012, p.4.

hospitais.¹¹⁷ Dessa forma, percebemos que, apesar de aparecer apenas uma vez no periódico, a parteira dizia possuir longos anos de prática.

O quadro a seguir mostra a relação das parteiras que anunciaram por 9 e 10 anos em todos os periódicos.

Quadro 3: Parteiras que anunciaram por período de 9 a 10 anos (1822-1889)

PARTEIRA	PERÍODO DE ANÚNCIO	FORMAÇÃO	SERVIÇO OFERECIDO
Francisca dos Santos Pereira	1824 a 1832 (9 anos)	Examinada	Não informado
Mme Pascal (francesa)	1840 a 1848 (9 anos)	Aprovada pela maternidade de Paris e pela Faculdade do Rio de Janeiro	Professora de parto
Mme Londreau	1850 a 1858 (9 anos)	Discípula da maternidade de Paris e aceita pela Faculdade de Paris e do Rio de Janeiro	Não informado
Catharina Rosa de Sena	1853 a 1861 (9 anos)	Não informado	Não informado
Mme Dorothea Brune (Alemã)	1859 a 1867 (9 anos)	Não informado	Não informado
Mme Maria Magdalena Hess	1872 a 1881 (10 anos)	Não informado	Não informado
D. Amelia Vallée	1878 a 1886 (9 anos)	Não informado	Não informado
Mme Léonie Barros	1880 a 1888 (9 anos)	Não informado	Não informado
D. Nathalia Musso	1881 a 1889 (9 anos)	Não informado	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Como pode ser observado, o número de examinadas que anunciou por 9 ou mais anos é bem pequeno se comparado ao quadro das que anunciaram por um ano. Sobre o perfil de formação ou habilitação, verificamos que apenas a parteira Francisca dos Santos Pereira era examinada. A mesma, anunciou por 9 anos no *Diário do Rio de Janeiro*. No jornal, ela aparece na maior parte das edições para divulgar seu endereço mais atualizado, tendo em vista as suas constantes mudanças. Somente no ano de 1832 a parteira se mudou três vezes. Essa questão relacionada às suas mudanças será vista mais adiante, no capítulo três. Em uma publicação, a parteira foi mencionada na seção de notícias por realizar um parto difícil com

¹¹⁷ *Almanaque Laemmert*, 1857, p. 473.

sucesso. No relato, o homem afirmou que a parteira receitou banhos e fomentação¹¹⁸ para facilitar o parto e que, “em menos de ¼ de horas recebeu três meninas vivas, e as fez batizar pelo padre”, que a mãe encontrava-se “sã e sem defeitos”, ressaltando o mérito da parteira de não necessitar de ajuda, nem de professor.¹¹⁹ Não ficou explícito quem seria o autor da nota, não sendo descartada a hipótese de a própria parteira ter feito no intuito de divulgar o seu trabalho e habilidade.

Há, ainda, entre essas parteiras as que se designavam formadas e mestras. É o caso das *Madames* Pascal e Londreau. As duas parteiras afirmaram ter sido mestras e discípulas da maternidade de Paris, sendo parteiras de 2ª classe, de acordo com a formação francesa. Mott destaca que na primeira metade do século XIX era raro que parteiras declarassem trabalhar em hospitais e maternidades. A partir de meados daquele século, isso passou a ser mais frequente, o que pode indicar que esses locais se tornaram espaços de formação importantes.¹²⁰

Outra questão relacionada a essas parteiras diz respeito a sua nacionalidade. Como veremos mais adiante, algumas parteiras não deixavam evidente qual o seu país de origem, podendo se tratar de brasileiras em grande parte dos casos. Nos anúncios, como destacado no quadro, podemos verificar que a parteira *Mme* Pascal era de origem francesa, apresentando toda sua formação na França. Já em relação à outra parteira mencionada, *Mme* Londreau, formada também em maternidade francesa, não foi possível verificar a nacionalidade, apesar de ela ter sua formação naquele país.

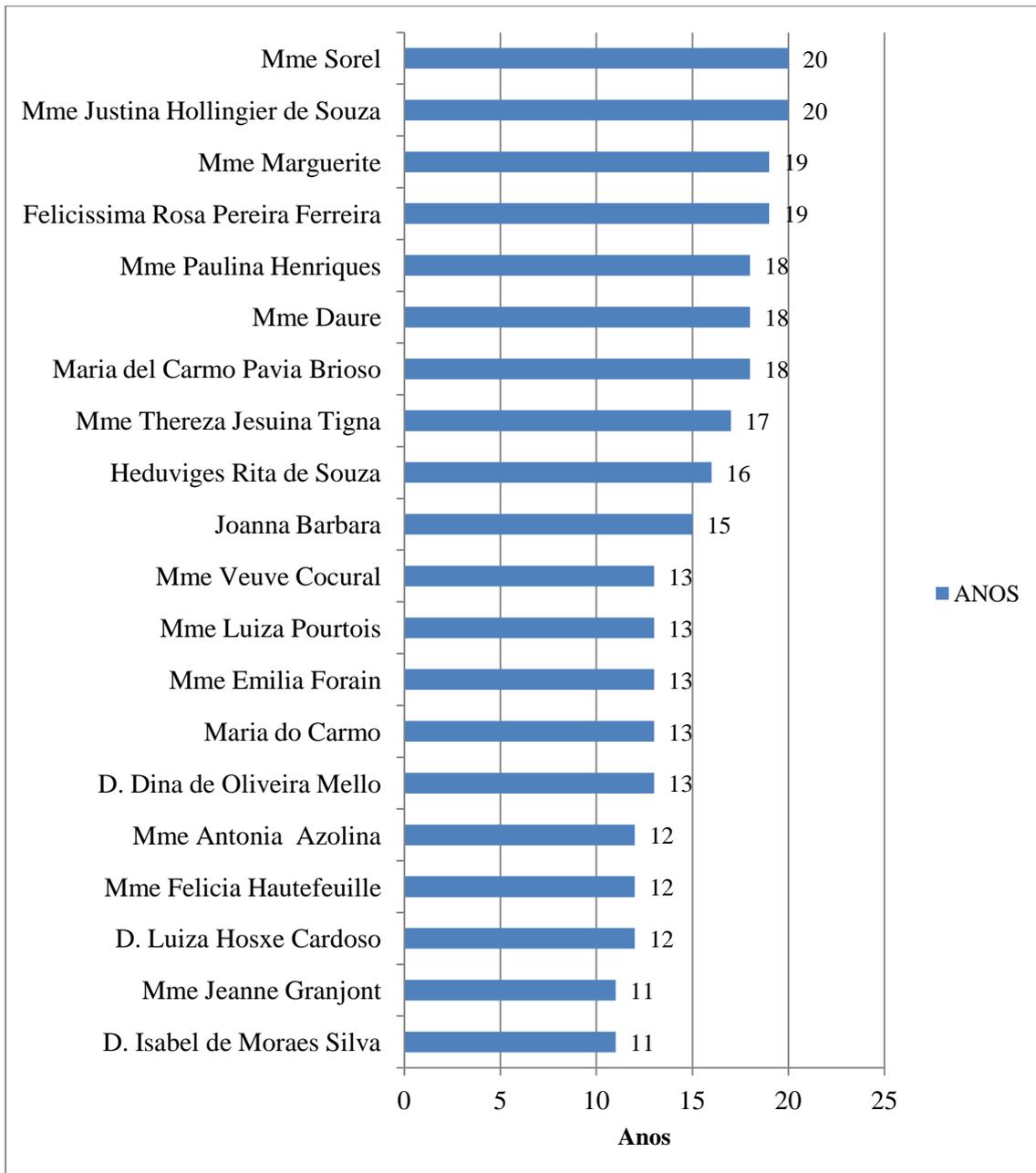
Dessas parteiras que anunciaram no período de 9 a 10 anos, pouco foi informado sobre formação, nacionalidade e serviços. Como foi ressaltado acima, o período de atuação poderia ser maior do que o número de anúncios, porém, para essas parteiras, não foram encontradas referências ao tempo de experiência e atuação.

A seguir, encontra-se no gráfico, a relação de parteiras que atuaram entre 11 e 20 anos:

¹¹⁸ De acordo com o Dicionário de Medicina Popular, “fomentação” se refere à “aplicação de um líquido sobre alguma parte do corpo mediante uma esponja, baeta ou pano de linho. O líquido empregado pode ser áqueo, vinoso, alcoólico, ácido, oleoso, e ter em dissolução alguma substância emoliente, tônica, aromática, adstringente, conforme o fim para que se emprega.” CHERNOVIZ, P. L. N. *Dicionário de Medicina Popular*. Paris: Casa do Autor. 1862. Volume 1, p. 76.

¹¹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 31 de dezembro de 1824, edição 1200025, p. 3.

¹²⁰ MOTT, Maria Lúcia. *Parteiras: O outro lado da profissão*. *Op. Cit.* p. 125.

Gráfico 7: Parteiras que atuaram entre 11 e 20 anos (1822-1889)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Como mostrado no gráfico, há 20 parteiras que anunciaram nesse período de tempo. O quadro a seguir mostra alguns detalhes sobre o perfil dessas mulheres.

Quadro 4: Parteiras que atuaram entre 11 e 20 anos (1822-1889)

PARTEIRA	PERÍODO DE ANÚNCIO	FORMAÇÃO	SERVIÇO OFERECIDO
Joanna Barbara (portuguesa)	1840 a 1854 (15 anos)	Examinada	Não informado
Mme Felicia Hautefeuille	1845 a 1856 (12 anos)	Formada na Escola de Medicina de Paris; Examinada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro	Recebe pensionista
Mme Luiza Pourtois	1847 a 1859 (13 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris	Professora de parto
Maria do Carmo	1851 a 1863 (13 anos)	Aprovada pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro	Não informado
Felicissima Rosa Pereira Ferreira	1854 a 1872 (19 anos)	Não informado	Consultas
Mme Sorel	1854 a 1872 (19 anos)	Não informado	Não informado
Maria del Carmo Pavia Brioso	1857 a 1874 (18 anos)	Aprovada pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro	Não informado
Mme Thereza Jesuina Tygna	1858 a 1874 (17 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Consultas; Enfermaria de partos do dr. Pereira de Souza
Mme Paulina Henriques	1862 a 1879 (18 anos)	Não informado	Não informado
Heduviges Rita de Souza	1865 a 1880 (16 anos)	Não informado	Não informado
Mme Daure	1866 a 1883 (18 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris; Habilitada pela Faculdade do Rio de Janeiro	Com maternidade; Recebe pensionista; Consultas
Mme Marguerite	1869 a 1887 (19 anos)	Parteira de 1ª classe.	Atende no interior e na cidade. Consultas; Maternidade
D. Isabel de Moraes Silva	1870 a 1880 (11 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina da Corte	Recebe pensionista
Mme Justina Hollingier de Souza	1870 a 1889 (20 anos)	Formada	Não informado
D. Dina de Oliveira Mello	1876 a 1888 (13 anos)	Não informado	Não informado
Mme Jeanne Granjont	1876 a 1886 (11 anos)	Não informado	Não informado

Mme Emilia Forain	1877 a 1889 (13 anos)	Formada	Não informado
Mme Veuve Cocural	1877 a 1889 (13 anos)	Parteira de 1ª classe, Formada e aprovada nas academias de Paris e Rio de Janeiro	Não informado
D. Luiza Hosxe Cardoso	1878 a 1889 (12 anos)	Não informado	Não informado
Mme Antonia Azolina	1878 a 1889 (12 anos)	Não informado	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Sobre a formação delas, podemos destacar que há apenas uma parteira examinada, Joanna Barbara, de origem portuguesa, que anunciou por 15 anos, perfazendo um total de 12 anúncios. Desses apenas um foi no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1840, e depois de 4 anos anunciou por 10 anos no *Almanaque Laemmert*. Em comparação com outras periodizações, há maior quantidade de parteiras formadas, totalizando 11, entre as que se disseram formadas, aprovadas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e Aprovadas pela Faculdade de Paris e Parteiras de 1ª classe. Entre elas, encontram-se Mme Felicia Hautefeuille, Mme Luiza Pourtois, Maria do Carmo, Maria del Carmo Pavia Brioso, Mme Thereza Jesuina Tygna, Mme Daure, Mme Marguerite, D. Isabel de Moraes Silva, Mme Justina Hollingier de Souza, Mme Emilia Forain e Mme Veuve Cocural.

Tanto as formações mencionadas acima, quanto os serviços oferecidos por elas variaram muito. Entre eles está o de alugar quartos para pensionistas. Essas clientes seriam aquelas mulheres que, em vez de terem seus partos em casa, como o usual, optavam por se alojar na casa de uma parteira para este fim, ou ainda, poderiam procurar o serviço por alguma situação de discrição em relação à gravidez. As parteiras que ofereciam eram Mme Felicia Hautefeuille, Mme Daure e D. Isabel de Moraes Silva. Esta última declarava-se em seus anúncios como “parteira brasileira”, sendo uma das poucas a se apresentar como “Dona” e não como “Madame”, ainda que fosse diplomada. Já a Mme Daure, além de receber pensionistas, chegou a abrir uma casa de maternidade, assim como a Mme Marguerite.

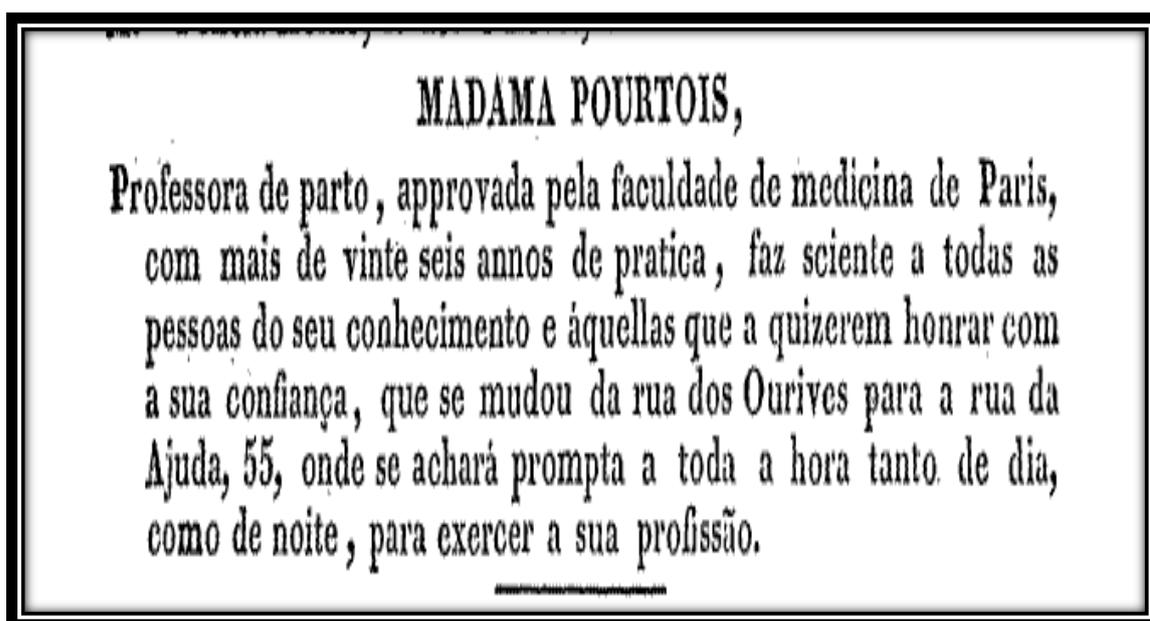
Algumas demonstraram realizar consultas, como Felicissima Rosa Pereira Ferreira, a já citada Mme Daure e a Mme Thereza Jesuina Tygna, que ainda atuou em uma enfermaria de partos com um médico parteiro. Essas parteiras que explicitavam que ofereciam consultas em anúncios, muitas vezes o faziam para a divulgação do seu horário de trabalho para as clientes. Em geral, elas atendiam por cerca de duas horas num dia, uma quantidade aparentemente pequena de trabalho. Porém, levamos em conta que muitas delas atuavam em outros locais,

além de suas residências. Dessa forma, era importante para elas deixar claro em que momento do dia poderiam ser encontradas em casa para consulta.

A respeito do período de atuação das parteiras e os períodos estabelecidos nas tabelas e gráficos, como foi dito, podem não ser correspondentes, por se basear esses últimos, na periodização de anúncios realizados. Dessa forma, ressaltamos o caso de *Mme Pourtois*, presente nessa tabela, com periodização de trabalho de 13 anos, mas que em seu anúncio afirmou ter mais de 26 anos de prática. No entanto, ela possui apenas 12 anúncios, num período de 13 anos. Consideramos a possibilidade de ela ter vindo de Paris e ter atuado parte lá, sendo esse tempo encontrado nos periódicos o de atuação apenas no Brasil, apresentando no anúncio a soma de todo seu tempo de trabalho, para destacar sua experiência.

Um exemplo de um anúncio, a seguir, demonstra a experiência da parteira:

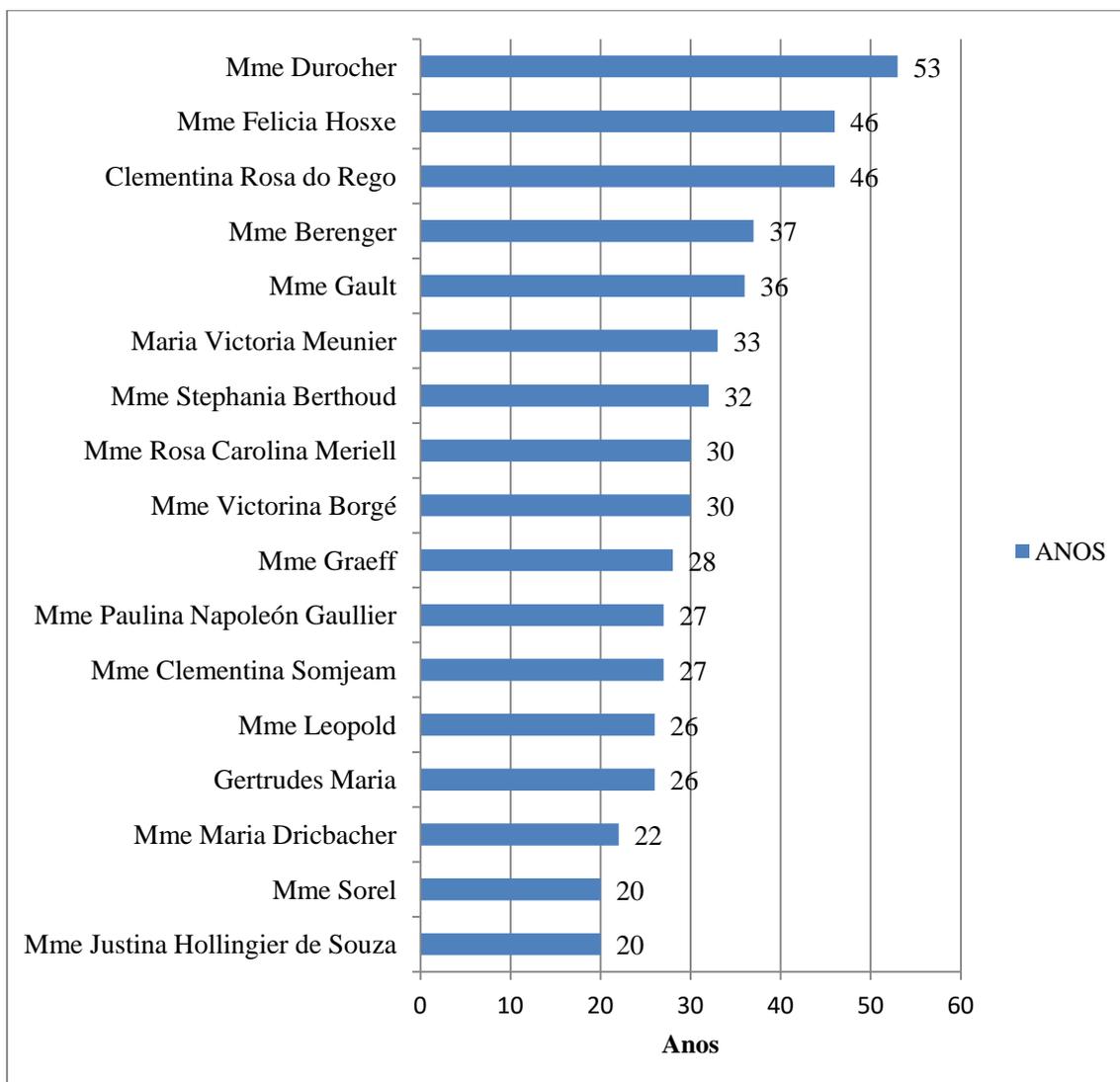
Figura 3: Anúncio de Madama Pourtois em 1849 no *Almanaque Laemmert*



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Almanaque Laemmert*, 1849, p. 268. Em julho de 2016.

Esse tipo de anúncio, contendo detalhes sobre a formação, serviços e experiência da parteira não era comum de ocorrer no *Almanaque Laemmert* e, em geral, se dava na seção intitulada “notabilidades”.

A seguir, apresenta-se o gráfico com a relação das parteiras que atuaram por mais de 20 anos e os respectivos anos em que anunciou serviços.

Gráfico 8: Parteiras com mais de 20 anos de atuação (1822-1889)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Nessa relação, encontram-se, como pode ser visto, 17 parteiras que atuaram por diferentes períodos de tempo. Das que parecem ter trabalhado por um período mais longo de tempo, destacam-se *Mme Maria Josefina Mathildes Durocher*, com 53 anos, *Mme Felicia Hosxe* e *Clementina Rosa do Rego* com 46 anos, *Mme Beranger*, 37 anos, *Mme Gault*, com 36 anos, *Maria Victoria Meonier*, com 33 anos, *Mme Stephania Berthoud* com 32 anos e *Mme Rosa Carolina Meriell* e *Mme Victorina Borgé* com 30 anos.

De modo geral, percebemos que a maioria anunciou poucas vezes, com grandes espaçamentos entre uma publicação e outra. Além disso, em comparação com os outros quadros, verificamos a menor quantidade de parteiras com mais de 20 anos de atuação, por outro lado, uma grande quantidade de parteiras com até 10 anos de serviços.

A seguir, apresentamos o quadro com algumas informações a respeito dessas parteiras de longa prática:

Quadro 5: Parteiras anunciantes por período superior à 20 anos (1822-1889)

PARTEIRA	PERÍODO DE ANÚNCIO	FORMAÇÃO	SERVIÇO OFERECIDO
Clementina Rosa do Rego (portuguesa)	1824 a 1869 (46 anos)	Examinada	Não informado
Gertrudes Maria	1833 a 1858 (26 anos)	Examinada	Consultas
Mme Stephania Berthoud	1833 a 1864 (32 anos)	Mestra parteira da Faculdade de Paris e da Santa Casa de Misericórdia	Quartos em sua residência (pensão)
Mme Maria Josefina Mathildes Durocher	1837 a 1889 (53 anos)	Formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Parteira da Casa Imperial; Membro da Academia Imperial de Medicina	Consultas; Tratamento de moléstias da mulher
Maria Victoria Meunier	1841 a 1873 (33 anos)	Formada; Parteira da Imperatriz	Aluga ama de leite
Mme Gault	1842 a 1877 (36 anos)	Mestra parteira; Discípula da maternidade de Paris	Sangra
Mme Clementina Somjean	1844 a 1870 (27 anos)	Mestra parteira aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Paris	Recebe pensionista; Aluga ama de leite
Mme Felicia Hosxe	1844 a 1889 (46 anos)	Discípula da maternidade de Montpellier; Aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Recebe pensionista
Mme Berenger	1853 a 1889 (37 anos)	Não informado	Recebe pensionista
Mme Graeff	1853 a 1880 (28 anos)	Mestra parteira	Aplica ventosas
Mme Victorina Borgé	1858 a 1887 (30 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris e habilitada pela Escola de Medicina	Recebe pensionista; Com casa de maternidade

do Rio de Janeiro			
Mme Rosa Carolina Meriell	1860 a 1889 (30 anos)	Não informado	Não informado
Mme Paulina Napoleón Gaullier	1862 a 1888 (27 anos)	Não informado	Não informado
Mme Leopold (Alexandrina Maria)	1864 a 1889 (26 anos)	Aprovada pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Paris	Recebe chamado no interior
Mme Maria Driebacher	1868 a 1889 (22 anos)	Não informado	Não informado
Mme Justina Hollingier de Souza	1870 a 1889 (20 anos)	Formada	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

De acordo com o que foi levantado, pode-se notar que duas parteiras eram examinadas, Gertrudes Maria, com 26 anos de trabalho e Clementina Rosa do Rego, com 46 anos. A primeira realizou apenas 4 anúncios com grandes espaços de tempo entre um e outro, todos no *Diário do Rio de Janeiro*. A segunda apresentou propagandas em vários periódicos, tanto no *Diário*, como no *Almanaque* e ainda no *Correio Mercantil*. Nesses jornais, ela realizou diversos anúncios, porém com poucos detalhes a seu respeito. Sabe-se, assim, que a parteira era portuguesa, examinada pela Fisicatura-mor. De acordo com uma nota no *Diário*, a parteira registrou sua carta de confirmação do ofício na Câmara Municipal da Corte em 1845.¹²¹ Além desses pontos, não há informações sobre o serviço prestado por ela às suas clientes. É interessante destacar que se trata da parteira examinada que permaneceu com esses *status* ao longo dos anos e, ao que se sabe, diferente de outras com esse perfil, seguiu exercendo seu ofício de forma legalizada durante muito tempo.

Em relação às outras parteiras, destaca-se um número alto de formadas, totalizando 10 mulheres provenientes de diferentes escolas. São elas Stephania Berthoud, Durocher, Victoria Meunier, Gault, Clementina Somjean, Graeff, Victorina Borgé, Leopold e Justina Hollingier de Souza. É interessante ressaltar que quase todas elas apresentavam outros serviços além da parturição em seus anúncios. Das que ofereciam quartos para pensionistas estão *Mme* Stephania Berthoud, *Mme* Clementina Somjean, *Mme* Felicia Hosxe, *Mme* Berenger, *Mme* Victorina Borgé. Esta última, além de receber pensionistas, anunciou pela primeira vez sua casa de maternidade em 1880. Algumas diziam prestar consultas como forma de divulgar seus

¹²¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de novembro de 1845, edição de 07063, p. 2. Relação dos nomes de médicos, boticários, cirurgiões, sangradores e parteiras com cartas registradas na Câmara do Rio de Janeiro, conforme disposto no parágrafo 10, tit. 2, seção 1ª das posturas.

horários, mas também como diferencial de atendimento, como *Mme* Leopold, que destacou fazer atendimentos também no interior. Além disso, encontramos a parteira Gault, que afirmou sangrar, e Graeff, que aplicava ventosas. Pelo menos duas parteiras anunciaram aluguel de amas de leite, são elas Clementina Somjeam e Victoria Meunier.

4. Parteiras formadas

Ao realizar a pesquisa nos periódicos, verificamos que algumas delas possuíam algum tipo de formação ou instrução. Apesar de isso ser apontado como um fator de destaque e promoção pela parteira, nem sempre era mencionado. Na tabela abaixo, encontra-se a relação de parteiras formadas, diplomadas ou habilitadas pelas Faculdades de Medicina. Refere-se a aquelas que em algum momento divulgaram essa formação no periódico ou tiveram seus nomes localizados em documentação da Câmara Municipal:

Quadro 6: Parteiras com formação em faculdade ou aprovada em maternidade (1822-1889)

PARTEIRA	FORMAÇÃO	PERÍODO DE ATUAÇÃO	SERVIÇO
Mme Stephania Berthoud	Mestra parteira da Faculdade de Paris e da Santa Casa de Misericórdia.	1833 a 1864 (32 anos)	Quartos em sua residência (pensão)
Mme Maria Josefina Mathildes Durocher	Formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Parteira da Casa Imperial; Membro da Academia Imperial de Medicina	1837 a 1889 (53 anos)	Consultas; Tratamento de moléstias da mulher
Mme Veronica Pascal	Aprovada pela Maternidade de Paris e pela Faculdade do Rio de Janeiro;	1840 a 1848 (9 anos)	Professora de parto
Maria Victoria Meunier	Formada; Parteira da Imperatriz.	1841 a 1873 (33 anos)	Aluga ama de leite
Mme Felicia Hosxe	Discípula da maternidade de Montpellier; Aprovada pela	1844 a 1889 (46 anos)	Recebe pensionista

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.			
Mme Clementina Somjean	Mestra parteira aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Paris.	1844 a 1870 (27 anos)	Recebe pensionista; Aluga ama de leite
Mme Anna Chevalier	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris	1845 (1 ano)	Não informado
Mme Felicia Hautefeuille	Formada na Escola de Medicina de Paris. Examinada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro.	1845 a 1856 (12 anos)	Recebe pensionista
Mme Luiza Pourtois	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris.	1847 a 1859 (13 anos)	Professora de parto
Mme Londreau	Discípula da maternidade de Paris e aceita pela Faculdade de Paris e do Rio de Janeiro.	1850 a 1858 (9 anos)	Não informado
Mme Kreft	Mestra parteira	1851 (1 ano)	Aplica ventosas
Maria do Carmo	Aprovada pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro.	1851 a 1863 (13 anos)	Não informado
D. Barbara Graf	Mestra parteira	1852 (1 ano)	Aplica ventosas
Mme Graeff	Mestra parteira	1853 a 1880 (28 anos)	Aplica ventosas
Mme Daux	Formada na Faculdade de Medicina em Paris e aprovada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	1855 a 1857 (3 anos)	Recebe pensionista
Mme Dupont-Berscheid	Mestra parteira da Faculdade de Paris	1857 (1 ano)	Recebe pensionista; Consultas
Maria del Carme Pavia Brioso	Aprovada pela Faculdade de medicina do Rio de Janeiro.	1857 a 1874 (18 anos)	Não informado
Mme Thereza Jesuina Tigna	Aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	1858 a 1874 (17 anos)	Consultas; Enfermaria de partos do dr. Pereira de Souza
Mme Victorina	Aprovada pela	1858 a 1887	Recebe pensionista;

Borgé	Faculdade de Medicina de Paris e habilitada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro.	(30 anos)	Casa de maternidade
Mme Louiza Vedova Paradiso	Mestra parteira pela F. de Veneza e aprovada pela do RJ	1858 a 1863 (6 anos)	Recebe pensionista
Mme Paulina Napoleón Gaullier	Aprovada pelas Faculdades de Paris e do Rio de Janeiro	1862 a 1888 (27 anos)	Não informado
Mme Daure	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris. Habilitada pela Faculdade do Rio de Janeiro.	1866 a 1883 (18 anos)	Com maternidade; Recebe pensionista; Consultas
D. Isabel Maria Rodrigues da Silva	Aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	1864 a 1871 (8 anos)	Não informado
Mme Leopold (Alexandrina Maria)	Aprovada pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Paris.	1864 a 1889 (26 anos)	Recebe chamado no interior
Mme Marguerite	Parteira de 1ª classe.	1869 a 1887 (19 anos)	Atende chamados no interior e na cidade; Consultas; Maternidade
Mme Justina Hollingier de Souza	Formada	1870 a 1889 (20 anos)	Não informado
D. Isabel de Moraes Silva	Aprovada pela Faculdade de Medicina da Corte	1870 a 1880 (11 anos)	Recebe pensionista
Mme Maria Müller	Aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.	1874 a 1877 (4 anos)	Maternidade com Mme Borgé
Mme Emilia Forain	Formada	1877 a 1889 (13 anos)	Não informado
Mme Veuve Cocural	Parteira de 1ª classe, Formada e aprovada nas academias de Paris e Rio de Janeiro.	1877 a 1889 (13 anos)	Não informado
Mme Asty	Faculdade de Paris e Escola de Medicina da Corte.	1885 a 1886 (2 anos)	Interna da Maternidade da Escola de Medicina da Corte

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Nos anúncios, o mais comum era que a parteira citasse ser aprovada ou examinada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com algumas exceções. Isso diz respeito tanto à formação delas, como à demonstração de que possuíam o reconhecimento legal para o exercício do ofício. Sobre esse aspecto pode-se verificar, a partir da análise das fontes, que a maioria das mulheres anunciantes havia passado pelo exame exigido pela Faculdade de Medicina, a partir de 1832. A Faculdade poderia, ainda, fazer o reconhecimento ou revalidação dos diplomas provenientes de instituições de outros países. Sobre esse aspecto, o que pode ser observado é que a faculdade do Rio de Janeiro não levava em consideração as diferenças de formação existentes em países como a França. Neste país, havia dois tipos de formação que resultavam em duas categorias de parteiras: as de 1ª classe e as de 2ª classe. As primeiras eram aquelas que, tendo feito curso anexo a uma das Faculdades de Medicina, estavam autorizadas a exercer o ofício em todo o território francês, sendo sua clientela majoritariamente urbana. As segundas eram diplomadas por curso feito em hospitais, estando habilitadas para atuar apenas na região em que realizaram seus estudos. Estavam aptas também a exercer atividade na zona rural. Já os títulos de mestra parteira¹²² ou professora de partos¹²³ eram usados na França durante o século XIX, porém, sem reconhecimento legal. Com o fim da Corporação de São Cosme, instituição responsável por exames de parteiras, passou-se a reconhecer apenas as parteiras de 1ª e 2ª classes. Os títulos de *Mâitresse* e *professeur* não eram mais reconhecidos pela lei francesa, tornando-se apenas um sinal de distinção e de habilidade prática da parteira dentro no imaginário popular.¹²⁴

Na análise das parteiras formadas é notório que a partir da década de 1830 começou a aparecer e, até mesmo, aumentar o número de parteiras diplomadas. Nesse aspecto, concordamos com Mott a respeito de mudanças no perfil das parteiras atuantes nos centros urbanos.¹²⁵ Muitas dessas mulheres eram oriundas de outros países, sobretudo da Europa, nos quais a formação acadêmica já era prática comum. Ao chegarem ao Brasil, responderam à demanda de parte da população por novos tipos de serviços. No entanto, ressaltamos que o aparecimento dessas parteiras na cidade não possui uma relação causal com o desaparecimento de parteiras práticas, que continuaram atuando. Dessa forma, entende-se que o perfil da parteira, mais do que mudar, ele se tornou heterogêneo pela presença de diferentes grupos que passaram a coexistir e, com o tempo, foram incluídos no ramo da obstetrícia, tanto homens quanto mulheres. A parteira formada, assim, não parece ter substituído a parteira

¹²² Em francês, *Mâitresse sage-femme*.

¹²³ Em francês, *Professeur d'accouchement*.

¹²⁴ MOTT, M. L. Parteiras: O outro lado da profissão. *Op. Cit.* p. 124.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 119.

prática, mas criado uma nova possibilidade de atendimento ao parto, a partir de uma perspectiva acadêmica.

Em relação à formação das parteiras e sua ligação com a concorrência e rivalidade entre elas, a documentação primária nos mostra casos em que isso ocorre. Em carta enviada à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1831, *Mme* Berthon realiza uma denúncia contra a parteira Bussy, na qual afirma que a mesma “não tem diploma legal algum, que não pode produzir senão uma atestação fabricada por uns seus amigos” e que ainda assim “distribui com profusão anúncios nos quais se intitula: parteira examinada pela Faculdade de Medicina de Paris.” Afirma também que Bussy “merece de ser escrupulosamente vigiada quer pelas manobras que empregue como meios de sedução, quer por sua ignorância profunda da arte que pretenda exercitar, em desprezo das autoridades constituídas.” E finalizou a carta exigindo que se cobrasse da denunciada a sua titulação.¹²⁶ Dias depois no mesmo mês, o vereador da câmara que recebeu a denúncia responde em duas cartas, relatando quais as providências que haviam sido tomadas no caso. Na primeira carta o funcionário afirma ter se dirigido à casa de Bussy e exigido a apresentação do diploma a ele e à Câmara.

Martinet Adelaide Pelcet, a *madame* Bussy, também chamada de mulher de Bussy, tinha nacionalidade francesa e apresentou o diploma de Melum, província da França, datado de 1819. De acordo com *Mme* Berthon em nova carta, a *Mme* Bussy anunciava de maneira enganosa ter sido examinada em Paris. E ainda, de acordo com ela:

Em França uma carta desta natureza não lhe daria o direito de praticar a arte obstetrícia fora dos limites da prefeitura onde ela teria sido examinada, para exercitar esta arte nos outros 82 departamentos seria preciso para ela seguir um curso regular na Faculdade de Medicina de Paris, ao menos de 1 ano, sujeitar-se a um novo exame e receber um novo diploma da Faculdade de Medicina.¹²⁷

Assim, *Mme* Berthon seguiu criticando a postura da Câmara em aceitar a validade do diploma da parteira Bussy, uma vez que na França, como foi explicitado, havia dois tipos diferentes de formação, sendo a Bussy uma parteira de 2ª classe e, sendo Berthon francesa, tinha conhecimento deste fato. A denunciada, no entanto, seguiu pedindo a sua licença para exercício da atividade no Brasil em carta enviada à Câmara juntamente com o seu diploma de parteira. E em abril enviou todos os seus documentos de identificação, além de declarar que

¹²⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Parteiras, 1831: Requerimento pedindo licença para o exercício da profissão de parteira*. Fundo: Câmara Municipal. Série Ofícios e profissões, notação 47.1.48. Consulta em agosto de 2015.

¹²⁷ *Ibidem*

“tem exercido sua profissão debaixo das ordens de vários (...) médicos desta corte dos que ela indica os (...) doutores: Carvalho, Davit-Tavares,(...) os quais poderão atestar sua capacidade (...).” Somente em junho de 1831 a câmara exigiu um exame a ser realizado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para atestar que Adelaide Pelcet, ou *Mme* Bussy, possuía conhecimentos na arte de parteira. Entretanto, a Faculdade não aceitou realizar o exame da parteira, pois não havia meios para atestar seus conhecimentos, uma vez que o curso de partos só foi criado no ano seguinte, em 1832.¹²⁸

Este caso revela algumas questões de interesse para o estudo tanto da atuação das parteiras como da relação entre elas. Primeiramente, podemos afirmar que poderia haver rivalidade e disputa entre as parteiras, como afirmado pela historiadora Maria Lucia Mott em alguns de seus trabalhos. Para a autora, a concorrência entre as mulheres foi aumentando na medida em que as parteiras estrangeiras precisavam se estabelecer na cidade e adquirir nova clientela. Como estratégia para atrair “freguesia”, essas *madames* recém-chegadas ao Rio de Janeiro anunciavam nos jornais.¹²⁹ O caso apresentado da denúncia de *Mme* Berthon demonstra que as parteiras estrangeiras, sabendo das diferenças existentes entre as parteiras de 1ª e 2ª classes, poderiam denunciar aquelas que exercessem o ofício fora das exigências da lei tanto brasileira quanto francesa. Assim, por elas possuírem conhecimento sobre as limitações de cada diploma e cada formação, poderiam denunciar umas às outras baseadas nessa questão. O que, no entanto, acabava não significando algum tipo de restrição quanto a sua atuação no Brasil, já que aqui as Faculdades não faziam esse tipo de distinção.

5. Parteiras Estrangeiras

Durante a pesquisa da documentação analisada, identificamos oito parteiras de origem estrangeira atuando no Brasil. Essas parteiras declararam a sua nacionalidade em seus anúncios e, dessa forma, pode-se afirmar que são estrangeiras. Há ainda, as que não deixaram a sua origem mencionada e, portanto, apenas supomos serem provenientes de outros países. Como mencionado anteriormente, as parteiras de outros países, que começaram a emigrar a partir da década 1820,¹³⁰ para se estabelecer na cidade tiveram que fazer uso dos meios de comunicações, como os jornais, para a divulgação de seu trabalho. Desse modo, apresentamos

¹²⁸ Esse documento também foi analisado em PIMENTA, Tânia. *O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. *Op. cit.*, p.80; e MOTT. *Parteiras: O outro lado da profissão*. *Op. Cit.* p. 132.

¹²⁹ MOTT, Maria Lucia de Barros. *Parteiras: o outro lado da profissão*. *Op. Cit.* p. 119.

¹³⁰ *Idem*. *Assistência ao parto: Do domicílio ao hospital (1830-1960)*. *Op. Cit.*, p. 199.

um quadro com a relação daquelas que declararam em seus anúncios a sua nacionalidade ou, ainda, por meio de documentação oficial da Câmara, pode-se saber que era estrangeira.

Quadro 7: Parteiras que se declararam estrangeiras (1822-1889)

PARTEIRA	NACIONALIDADE	PERÍODO DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO/SERVIÇO
Clementina Rosa do Rego	Portuguesa	1824 a 1869 (46 anos)	Examinada
Joanna Bárbara	Portuguesa	1840 a 1854 (15 anos)	Examinada
Mme Veronica Pascal	Francesa	1840 a 1848 (9 anos)	Aprovada pela maternidade de Paris e pela Faculdade do Rio de Janeiro; Professora de parto
Mme Gault	Francesa	1842 a 1877 (36 anos)	Mestra parteira; Discípula da maternidade de Paris; Sangra
Mme Dupont-Berscheid	Luxemburgo	1857 (1 ano)	Mestra parteira da Faculdade de Paris; Recebe pensionistas e dá consultas
Mme Victorina Borgé	Francesa	1858 a 1887 (30 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris e habilitada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Recebe pensionista; Com casa de maternidade
Mme Dorothea Brune	Alemã	1859 a 1867 (9 anos).	Não informado
Mme Antonia Barberas	Italiana	1867 (1 ano)	Não informado

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Como pode ser observado, as parteiras estrangeiras eram majoritariamente formadas, com exceção de duas que eram examinadas, como as portuguesas Clementina Rosa do Rego e Joanna Bárbara. Cabe ressaltar que algumas parteiras não deixaram clara a sua nacionalidade nos anúncios e, portanto, não é possível afirmar se eram ou não estrangeiras. Há a possibilidade de parteiras formadas em outros países, como a França, tal qual a maior parte delas, pudessem ser imigrantes no Brasil. Isso porque há maior probabilidade de uma mulher, no século XIX, ter se formado como parteira em seu país e migrado para outro, buscando exercer ali o seu trabalho, do que uma mulher brasileira ter se especializado em Paris e

retornado para o Brasil para trabalhar como parteira, um ofício com baixo *status* social. O custo dessa formação seria bastante elevado para o exercício de um trabalho feminino, que também era visto como subalterno. Sendo assim, se considerarmos que as parteiras formadas nas escolas francesas ou maternidades francesas não eram brasileiras, então o número de estrangeiras seria bem mais alto do que o apresentado no quadro. Logo abaixo, seguem os dados compostos por parteiras que poderiam ser classificadas como estrangeiras de acordo com seu nome ou formação:

Quadro 8: Parteiras que podem ter nacionalidade estrangeira de acordo com sua formação (1822-1889)

PARTEIRA	NACIONALIDADE	PERÍODO DE ATUAÇÃO	FORMAÇÃO/SERVIÇO
Clementina Rosa do Rego	Portuguesa	1824 a 1869 (46 anos)	Examinada
Mme Stephania Berthoud	Francesa	1833 a 1864 (32 anos)	Mestra parteira da Faculdade de Paris e da Santa Casa de Misericórdia. Quartos em sua residência (pensão)
Mme Maria Josefina Mathildes Durocher	Francesa (naturalizada brasileira)	1837 a 1889 (53 anos)	Formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Parteira da Casa Imperial; Membro da Academia Imperial de Medicina Consultas; Tratamento de moléstias da mulher
Joanna Bárbara	Portuguesa	1840 a 1854 (15 anos)	Examinada
Mme Veronica Pascal	Francesa	1840 a 1848 (9 anos)	Aprovada pela maternidade de Paris e pela Faculdade do Rio de Janeiro; Professora de parto
Mme Gault	Francesa	1842 a 1877 (36 anos)	Mestra parteira; Discípula da maternidade de Paris; Sangra
Mme Felicia Hosxe	Francesa	1844 a 1889 (46 anos)	Discípula da maternidade de Montpellier; Aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Recebe pensionista

Mme Clementina Somjean	Francesa	1844 a 1870 (27 anos)	Mestra parteira aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Paris. Recebe pensionista; Aluga ama de leite
Mme Anna Chevalier	Francesa	1845 (1 ano)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris Não informado
Mme Felicia Hautefeuille	Francesa	1845 a 1856 (12 anos)	Formada na Escola de Medicina de Paris. Examinada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro Recebe pensionista
Mme Luiza Pourtois	Francesa	1847 a 1859 (13 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris Professora de parto
Mme Londreau	Francesa	1850 a 1858 (9 anos)	Discípula da maternidade de Paris e aceita pela Faculdade de Paris e do Rio de Janeiro
Mme Daux	Francesa	1855 a 1857 (3 anos).	Formada na Faculdade de Medicina em Paris e aprovada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Recebe pensionista
Mme Dupont-Berscheid	Luxemburgo	1857 (1 ano)	Mestra parteira da Faculdade de Paris; Recebe pensionistas e dá consultas
Mme Victorina Borgé	Francesa	1858 a 1887 (30 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris e habilitada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro; Recebe pensionista; Com casa de maternidade
Mme Louiza Vedova Paradiso	Italiana	1858 a 1863 (6 anos)	Mestra parteira pela Faculdade de Veneza e aprovada pela do RJ Recebe pensionista
Mme Dorothea Brune	Alemã	1859 a 1867 (9 anos)	Não informado
Mme Paulina Napoleón Gaullier	Francesa	1862 a 1888 (27 anos)	Aprovada pelas Faculdades de Paris e do Rio de Janeiro
Mme Leopold (Alexandrina Maria)	Francesa	1864 a 1889 (26 anos)	Aprovada pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de

			Paris. Recebe chamado no interior
Mme Daure	Francesa	1866 a 1883 (18 anos)	Aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris. Habilitada pela Faculdade do Rio de Janeiro Com maternidade Recebe pensionista Consultas
Mme Antonia Barberas	Italiana	1867 (1 ano)	Não informado
Mme Marguerite	Francesa	1869 a 1887 (19 anos)	Parteira de 1ª classe; Atende chamados no interior e na cidade Consultas Maternidade
Mme Veuve Cocural	Francesa	1877 a 1889 (13 anos)	Parteira de 1ª classe, Formada e aprovada nas academias de Paris e Rio de Janeiro
Mme Asty	Francesa	1885 a 1886 (2 anos)	Faculdade de Paris e Escola de Medicina da Corte; Interna da Maternidade da Escola de Medicina da Corte

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889). Em agosto de 2015.

Comparando os dois quadros podemos perceber que as parteiras que declararam em seus anúncios serem de origem estrangeira são em número menor do que as que não afirmaram. Destacamos que as parteiras Clementina Rosa do Rego, Joanna Bárbara, Mme Veronica Pascal, Mme Gault, Mme Dupont-Berscheid, Mme Victorina Borgé, Mme Dorothea Brune e Mme Antonia Barberas as que deixaram evidenciados os seus respectivos países de origem. No entanto, pelo menos 16 parteiras não mencionaram em seus anúncios a sua origem: Mme Stephania Berthoud, Mme Maria Josefina Mathildes Durocher, Mme Felicia Hosxe, Mme Clementina Somjean, Mme Anna Chevalier, Mme Felicia Hautefeuille, Mme Luiza Pourtois, Mme Londreau, Mme Daux, Mme Louiza Vedova Paradiso, Mme Paulina Napoleón Gaullier, Mme Leopold (Alexandrina Maria), Mme Daure, Mme Marguerite, Mme Veuve Cocural e Mme Asty. Apesar de algumas delas terem publicado diversas vezes em periódicos, o fato de não indicar nacionalidade pode indicar que ser estrangeira não deveria ser um artifício utilizado para a conquista de novas clientes. A despeito disso, a formação em

faculdade ou maternidade europeia, sobretudo francesa, parece ter sido um fator de destaque, o qual as parteiras costumavam demonstrar em suas propagandas.

Cabe ressaltar que a parteira Durocher, de acordo com Mott, era de origem francesa tendo migrado para o Brasil ainda criança.¹³¹ De acordo com notícia veiculada no *Diário do Rio de Janeiro*, a parteira Durocher recebeu sua naturalidade brasileira em 24 de março de 1871.¹³² Dessa forma, apesar de ela não ter sido formada fora do Brasil, sabe-se que era nascida na França e, portanto, imigrante. Além disso, destaca-se que foi possível saber por meio da documentação da Câmara Municipal que algumas parteiras não eram brasileiras, pois elas encaminharam pedidos para o reconhecimento dos seus diplomas e autorização do ofício no Brasil. As parteiras encontradas nos documentos da câmara são Mme Berthou, Mme Gault, Mme Landreau, Clementina Somjean, Felicia Hosxe e Luiza Pourtois. Elas também apareceram nos periódicos anunciando seus serviços.

As parteiras Joana Beaux e Thereza Magdalena Podrilhe enviaram seus pedidos de registro do título de parteira. Delas, apenas Joana publicou anúncio em periódico, sem, no entanto, oferecer qualquer informação a respeito de nacionalidade, formação ou serviços além do parto. A parteira Podrilhe não foi encontrada nos periódicos pesquisados. A seu respeito, sabe-se que era natural de Strasbourg, na França, e que já tendo sido examinada e aprovada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, necessitava o reconhecimento do seu diploma de parteira, de acordo com documentação da Câmara Municipal.¹³³

6. Atuação: serviços oferecidos pelas parteiras

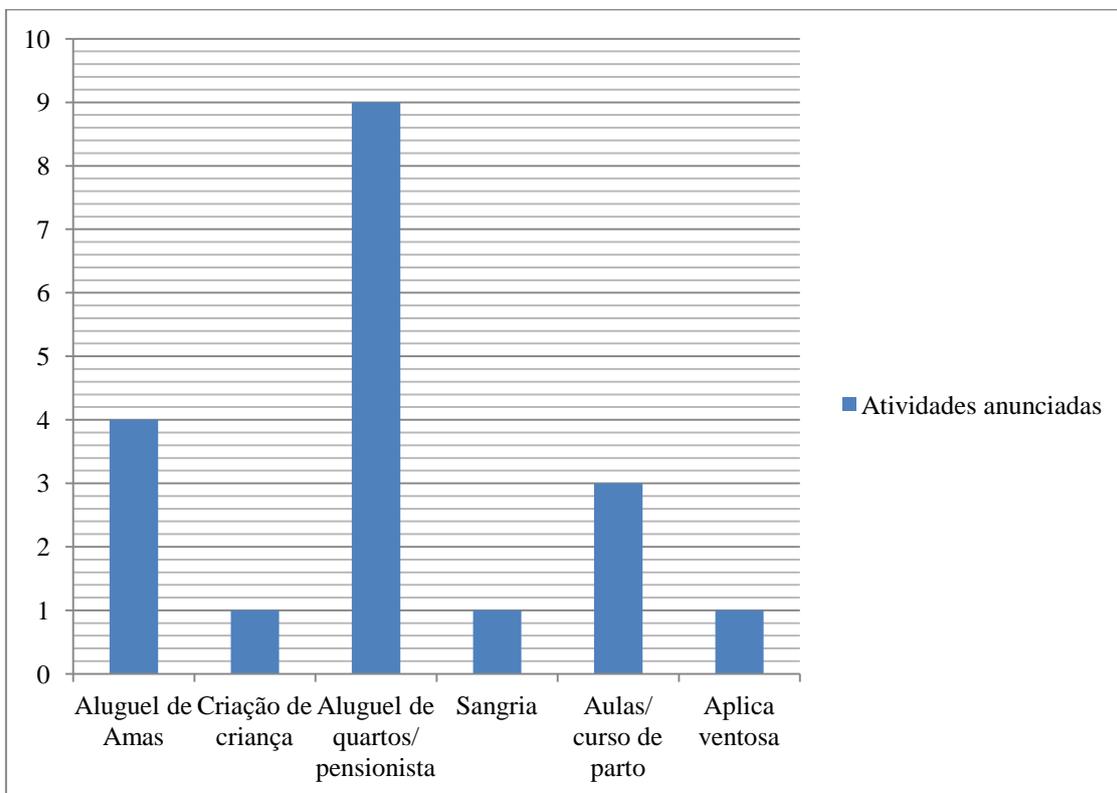
Como foi dito acima, dentre os serviços oferecidos, além da ajuda em partos, encontram-se cura de chagas no útero, aluguel de amas de leite, criação de criança de leite¹³⁴, quartos para senhoras, sangria e curas de enfermidades em geral. Podemos observar no gráfico abaixo as proporções entre os serviços prestados por parteiras:

¹³¹ SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*. Op. Cit. p. 140.

¹³² Notícia do Ministério do Império de que por meio de cartas imperiais de 24 de março foram naturalizados alguns estrangeiros naquele ano de 1871, dentre eles Maria Josephina Mathildes Durocher. *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de março de 1871, edição 00087, p.1.

¹³³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Parteiras (1830-1878)*. Fundo: Câmara Municipal. Série ofícios e profissões, notação 47.1.47. Consulta em agosto de 2015.

¹³⁴ No período moderno, em Portugal, era comum a entrega da criança à família de uma ama para que a mesma fosse criada durante a primeira infância, até aproximadamente os sete anos, retornando a casa paterna em seguida. As mulheres da nobreza poderiam tanto contratar uma ama em domicílio como dar seu filho para que a ama criasse em sua própria casa, em geral, humilde. Em SÁ, Isabel dos Guimarães. *As crianças e as idades da vida*. In: MATTOSO, José (dir.). *História da vida privada em Portugal. Idade Moderna*. pp. 72-93.

Gráfico 9: Serviços diversos anunciados por parteiras nos periódicos (1822-1889)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

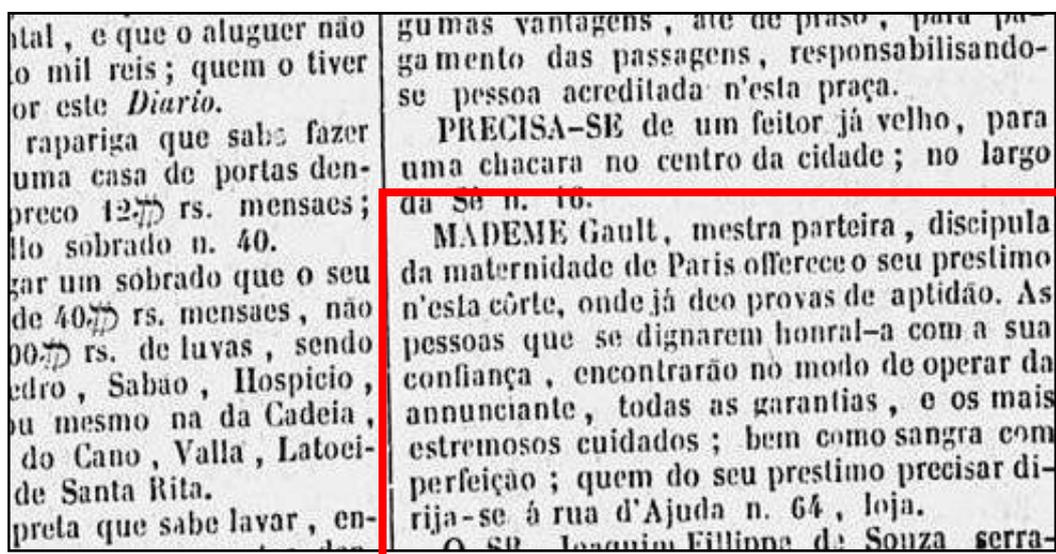
Podemos observar que há maior número de parteiras que anunciavam aluguel de quartos ou recepção de pensionistas em suas residências. Sobre esse ponto, desenvolveremos mais adiante, no capítulo 3, pois verificaremos a relação existente entre esse tipo de atividade e a maternidade ou casas de parto. A respeito das outras atividades desempenhadas por parteiras vemos, em 1822, Joaquina Batista, que se diz parteira, mas no anúncio oferece-se para criação de criança, sendo esse o primeiro anúncio encontrado no jornal.¹³⁵ Pode-se afirmar, com base na consulta ao banco de dados de parteiras licenciadas, que a mesma tinha o registro de confirmação para o ofício desde o período da Fisicatura-mor. Essa foi a única parteira a oferecer esse tipo de serviço. Outra atividade desempenhada foi a de sangria, verificada em anúncio de 1842, de *madame* Gault, que se intitulava mestra parteira, discípula da Universidade de Paris.¹³⁶ A mesma, de nacionalidade francesa, solicitou junto à câmara

¹³⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de abril de 1822, edição 0400009, p.2.

¹³⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de outubro de 1842, edição 00240, p. 4 e 29 de outubro de 1842, edição 00241, p. 4.

municipal, em 1843, que se registrassem a sua carta para realizar o exercício legal das suas atividades.¹³⁷

Figura 4: Anúncio em uma página do *Diário do Rio de Janeiro* de 1842



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *O Diário do Rio de Janeiro*, 29 de outubro de 1842, edição 00241, p.4.

Em 1851, a *madame* Kref, dita viúva Wagner, anunciou no *Almanaque* que aplicava ventosas,¹³⁸ assim como há um anúncio de D. Barbara Graf, em 1852.¹³⁹ Acreditamos que se trata da mesma pessoa, uma vez que a descrição da atividade era a mesma: “Mestra parteira e aplica ventosas”. Os endereços eram diferentes nos anúncios, mas como não foram feitos nos mesmos anos, não é possível, a partir desse dado afirmar serem pessoas distintas. Em relação à atividade desenvolvida pela parteira, sabe-se que não era algo comum entre essas mulheres. O artefato foi descrito por Chernoviz em seu dicionário de medicina popular como um “pequeno vaso destinado a fazer um vácuo na superfície da pele com o fim de atrair o sangue ao lugar em que se aplica”. Além da definição e descrição quanto ao uso do instrumento, o autor afirma ainda que as ventosas funcionavam como as sanguessugas, com a vantagem de serem menos dolorosas.¹⁴⁰

Algumas parteiras se apresentaram como professoras e mestras, sendo apenas uma delas a oferecer claramente um curso de partos. É o caso de Estephania Maria Warnault, também chamada de *madame* Berthon, que anunciou, em 1832, no *Diário do Rio de*

¹³⁷ *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras (1830-1878)*. Fundo: Câmara Municipal. Série ofícios e profissões, notação 47.1.47. Consulta em agosto de 2015.

¹³⁸ *Almanaque Laemmert*, 1851, p.302

¹³⁹ *Almanaque Laemmert*, 1852, p.364.

¹⁴⁰ CHERVOVIZ, P.N. *Dicionário de medicina popular*. *Op. cit.* pp. 1189-1190.

Janeiro,¹⁴¹ um curso de obstetrícia em sua residência para a aprovação em exame da Câmara Municipal. A mesma, intitulada mestra parteira, era ainda parteira da Santa Casa de Misericórdia como afirma no anúncio:

Qualquer senhora, sendo de idade conveniente, e sabendo ler, e escrever, que quiser se aproveitar de um curso de arte obstetrícia, e por se em estado de passar nos exames exigidos pelas Posturas da Câmara Municipal, dirija-se a Casa da Mestra Parteira da Santa Casa de Misericórdia, Rua Detrás do Hospício, n. 160.¹⁴²

Sobre ela, sabe-se que foi aluna da Faculdade de Medicina de Paris, tendo realizado uma solicitação junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro para atuar no Brasil com sua “arte obstetrícia” em 1831.¹⁴³ Além desse serviço, *madame* Berthon também oferecia quartos em sua residência para clientes, como consta também em anúncio de 1836 em *O Pacote do Rio de Janeiro*, no qual têm cinco anúncios publicados, todos iguais.¹⁴⁴ Neles, a *madame* afirmou ser mestra parteira da Santa Casa de Misericórdia, ofereceu quartos em sua residência e dizia encarregar-se de escravas por preços cômodos. A parteira se apresentou nesse periódico apenas como *madame* Stephanie, e, em outros, apenas como Berthon, sobrenome adquirido pelo casamento.

Há aquelas que se intitulavam mestras, mas nos anúncios não oferecem aulas ou cursos de partos. São elas as *madames* Kreft, Barbara Graf, Gault, Clementina Somjean, Landreau, Victorine Borge e Louiza Vedova Paradiso, todas estrangeiras oriundas das França, com exceção desta última, de nacionalidade italiana. A *madame* Clementina Somjean, fez seu pedido na Câmara Municipal para registrar sua carta de parteira em 1846.¹⁴⁵ Porém, nos anos de 1844¹⁴⁶ e 1845,¹⁴⁷ antes da autorização, a parteira realizou seus primeiros anúncios no *Almanaque Laemmert*, dizendo receber pensionistas no primeiro deles. A parteira anunciou anualmente nesse periódico, com exceção do ano 1854, sendo seu último anúncio em 1870.¹⁴⁸ Em 1846 fez a primeira publicação no *Diário do Rio de Janeiro*, no qual apenas disse ser

¹⁴¹*Diário do Rio de Janeiro*, 20 de março de 1832, edição 0300016, p.4.

¹⁴²*Diário do Rio de Janeiro*, 20 de março de 1832, edição 0300016, p.4.

¹⁴³*Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras, 1831: Requerimento pedindo licença para o exercício da profissão de parteira.* Fundo: Câmara Municipal. Série Ofícios e profissões, notação 47.1.48. Consulta em agosto de 2015.

¹⁴⁴*O Pacote do Rio de Janeiro*, 30 de maio de 1836, edição 00119, p.4, 4 de julho de 1836, edição 00144, p.4, 16 de julho de 1836, edição 00155, p.4, 18 de julho de 1836, edição 00156, p. 3 e 27 de setembro de 1836, edição 00213, p.4.

¹⁴⁵*Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras (1830-1878).* Fundo: Câmara Municipal. Série ofícios e profissões, notação 47.1.47. Consulta em agosto de 2015.

¹⁴⁶*Almanaque Laemmert*, 1844, p.213.

¹⁴⁷*Almanaque Laemmert*, 1845, p.226.

¹⁴⁸*Almanaque Laemmert*, 1870, p.480/481.

mestra parteira aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris e do Rio de Janeiro.¹⁴⁹ Já em 1849, a mesma começou também a oferecer quartos às pensionistas onde, segundo o anúncio “encontrarão todos os cuidados e melhor tratamento possível”. Em 1857, Clementina anunciou aluguel de ama de leite, segundo ela, “com cria de 13 dias”.¹⁵⁰ A prática de alugar amas de leite, ou o chamado aleitamento mercenário foi bastante comum como será visto adiante. Algumas parteiras atuavam nesse ramo, como ficou demonstrado no gráfico.

Em 1854, Landreau Joanna Luise Sanglois realizou seu primeiro anúncio no *Almanaque Laemmert*,¹⁵¹ publicando anualmente até 1858. Na publicação diz ser discípula da maternidade de Paris e aceita pelas Faculdades de Paris e do Rio de Janeiro. Em 1855, tem um único anúncio no *Diário do Rio de Janeiro*, no qual diz ser mestra parteira francesa pelas faculdades de Paris e do Rio de Janeiro.¹⁵² Sua carta de obstetrícia foi registrada na Câmara Municipal em 1849,¹⁵³ levando, portanto, cinco anos para seu primeiro anúncio em um dos periódicos aqui pesquisados.

A parteira Victorine Borgé realizou sua primeira propaganda em 1858 no *Almanaque*,¹⁵⁴ publicando outras com apenas seu endereço anualmente até que, em 1874, anunciou maternidade.¹⁵⁵ Nesse ano, a parteira afirmou ser formada pela Faculdade de Medicina de Paris recebendo pensionistas em sua casa, juntamente com a parteira Maria Müller, da Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Esta última, também realizou anúncios no *Almanaque*, no qual disse apenas ser formada com o endereço de atuação igual ao de *Madame Borgé*, inclusive citando-o como a “casa de *Mme Borgé*”. Em 1879, o anúncio de Borgé menciona a maternidade em seu nome, porém sob direção de outra parteira, a *madame* Maria Hildenwirth, sendo este seu último anúncio nesse periódico.¹⁵⁶ Já no *Diário do Rio de Janeiro*, a parteira Borgé teve seu primeiro anúncio em 1860,¹⁵⁷ publicando neste mesmo ano 36 vezes com o mesmo conteúdo, no qual afirma ser examinada pelas Faculdades de Paris e Rio de Janeiro e ainda receber pensionista e falar alemão,¹⁵⁸ como se pode verificar na imagem abaixo:

¹⁴⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 17 de setembro de 1846, edição 07307, p.4.

¹⁵⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de agosto de 1857, edição 00225, p.4.

¹⁵¹ *Almanaque Laemmert*, 1854, pp.374/375.

¹⁵² *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de maio de 1855, edição 00138, p.3.

¹⁵³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Parteiras (1830-1878)*. Fundo: Câmara Municipal. Série ofícios e profissões, notação 47.1.47.

¹⁵⁴ *Almanaque Laemmert*, 1858, p.482.

¹⁵⁵ *Almanaque Laemmert*, 1874, p. 586.

¹⁵⁶ *Almanaque Laemmert*, 1879, p. 666.

¹⁵⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de outubro de 1860, edição 00188, p.3.

¹⁵⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de outubro de 1860, edição 00193, p.3, 9 de outubro de 1860, edição 00196, p. 3, 10 de outubro de 1860, edição 00197, p. 4, 11 de outubro de 1860, edição 00198, p.4, 16 de outubro de 1860,

Figura 5: Anúncio de Mme Victorine Borgé publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 1860



Fonte: *Diário do Rio de Janeiro*, 1860, edição 00188 (1). Em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> acesso em julho de 2015.

O único anúncio encontrado nos periódicos com um desenho ilustra uma parteira com um bebê no colo atendendo a uma mulher, possivelmente uma cliente que acabou de dar à luz. Nos anos subsequentes, a parteira continuou a publicar nesse mesmo periódico até 1869,

edição 00203, p. 4, 18 de outubro de 1860, edição 00205, p. 4, 20 de outubro de 1860, edição 00207, p. 4, 23 de outubro de 1860, edição 00210, p. 4, 25 de outubro de 1860, edição 00212, p.4, 27 de outubro de 1860, edição 00214, p. 4, 30 de outubro de 1860, edição 00217, p. 4, 6 de novembro de 1860, edição B00222, p. 4, 8 de novembro de 1860, edição 00224, p. 4, 11 de novembro de 1860, edição 00227, p. 4, 13 de novembro de 1860, edição 00229, p. 4, 15 de novembro de 1860, edição 00231, p.3, 18 de novembro de 1860, edição 00234, p. 3, 20 de novembro de 1860, edição 00236, p. 4, 22 de novembro de 1860, edição 00238, p. 3, 25 de novembro de 1860, edição 00241, p.4, 27 de novembro de 1860, edição 00243, p. 4, 29 de novembro de 1860, edição 00245, p. 4, 2 de dezembro de 1860, edição 00248, p. 4, 4 de dezembro de 1860, edição 00250, p. 4, 6 de dezembro de 1860, edição 00252, p. 4, 8 de dezembro de 1860, edição 00254, p. 4, 10 de dezembro de 1860, edição 00256, p. 4, 12 de dezembro de 1860, edição 00258, 17 de dezembro de 1860, edição 00262, p.4, 18 de dezembro de 1860, edição 00263, p. 4, 20 de dezembro de 1860, edição 00265, p. 4, 23 de dezembro de 1860, edição 00268, p. 4, 25 de dezembro de 1860, edição 00270, p. 4, 26 de dezembro de 1860, edição 00271, p. 4, 30 de dezembro de 1860, edição 00275, p. 4.

quando anunciou cura para pernas inchadas no endereço de sua residência, o mesmo da maternidade que possui em seu nome.¹⁵⁹

A *madame* viúva Paradiso, possivelmente de nacionalidade italiana, devido à sua escola de formação, anunciou pela primeira vez no *Diário do Rio de Janeiro* em 1858¹⁶⁰ e no *Almanaque* uma única vez em 1863.¹⁶¹ No *Diário*, somente naquele ano, a parteira realizou 8 anúncios. Neles, ela dizia ser mestra parteira aprovada pela Faculdade de Veneza e do Rio de Janeiro, recebendo pensionistas de “qualquer grão e qualidade por ter cômodos apropriados para esse fim”.¹⁶² No *Almanaque*, ela apresentou apenas o seu endereço sem outro tipo de informação. Não foram encontrados registros de sua autorização para exercer o ofício na Câmara, apesar da parteira declarar tal fato nos anúncios feitos no *Diário*.

6.1. Aluguel de Amas de leite

Um dos serviços oferecidos pelas parteiras através dos periódicos é o aluguel de amas de leite. Em seu trabalho, Mott ressalta que receber escravas como pensionistas e alugá-las como amas de leite foi uma entre as diversas atividades promovidas pelas parteiras no Brasil ao longo do século XIX.¹⁶³ Apesar de ser uma prática comum no período segundo historiografia consultada,¹⁶⁴ não foram encontradas nessa pesquisa muitas parteiras que oferecessem esse tipo de serviço. Nos jornais, havia uma seção exclusiva dedicada ao aluguel de amas de leite, que, no entanto, não deixava evidente a identidade, profissão ou perfil do anunciante. As parteiras que anunciavam o aluguel de ama de leite costumavam se identificar no seu ofício, possivelmente como uma forma de propaganda.

É importante destacar quem era essa ama de leite anunciada pelas parteiras. Segundo as fontes e a historiografia, eram mulheres negras e pardas, escravas, que haviam dado à luz recentemente. Esse tipo de serviço podia ser denominado aleitamento “mercenário” e é descrito como aquele em que a mulher amamentava uma criança mediante um pagamento

¹⁵⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de maio de 1869, edição 00130, p.4.

¹⁶⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1858, edição 00254, p.4.

¹⁶¹ *Almanaque Laemmert*, 1863, pág.475.

¹⁶² *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1858, edição 00254, p.4, 22 de setembro de 1858, edição 00256, p.3, 26 de setembro de 1858, edição 00260, p.3, 28 de setembro de 1858, edição 00262, p.4, 29 de setembro de 1858, edição 00263, p.4, 1 de outubro de 1858, edição 00265, p.4, 3 de outubro de 1858, edição 00267, p.4, 4 de outubro de 1858, edição 00268, p. 4.

¹⁶³ MOTT, Maria Lucia. Parteiras: O outro lado da profissão. *Op. Cit.*, p.118.

¹⁶⁴ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em a *Mãe de Família. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, pp. 197-214; MOTT. Parteiras: O outro lado da profissão. *Op. Cit.* e SANGULARD, G; GIL, C. Assistência à infância filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889-1929). *Revista da ABPN*, América do Norte, 6, out. 2014. pp. 63-90.

previamente estipulado. Em se tratando de uma ama de leite escrava, o dinheiro da atividade iria para o seu proprietário. O termo empregado seria usado no discurso médico como forma de distinguir o aleitamento materno do artificial, sendo o termo “mercenário” ligado à ideia de trabalho por dinheiro, sem amor.¹⁶⁵ Uma das estratégias utilizadas pelos senhores para alugar escravas como amas por preços mais altos era a de afastar o filho da escrava, sendo esses levados para Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia. Dessa forma, o filho da contratante não teria que dividir o alimento com o filho da escrava.¹⁶⁶

No *Diário do Rio de Janeiro*, em 1830, foi localizado um anúncio de uma ama de leite parda, feito por uma parteira chamada Joana Baptista.¹⁶⁷ Trata-se de um anúncio simples e direto, contendo a informação de que se trata de uma parteira oferecendo o serviço. Como apontado anteriormente, a parteira anunciou uma única vez, não tendo sido encontradas mais referências a ela. Outra que fez esse tipo de anúncio foi *Madame Meonier*, afirmando ainda, no mesmo periódico no ano de 1840, receber “qualquer” para ter “cria” e depois alugar ou vender.¹⁶⁸ Nele, não há como saber se a prática de receber “qualquer” era uma ação caritativa ou cobrada. No entanto, podemos pensar que mesmo sem cobrar pelo trabalho de parto da escrava, a prática poderia também ser lucrativa, tendo em vista que a parteira poderia alugar os serviços da mulher como ama de leite e ainda vender ou alugar o filho da escrava. Em outros anúncios, a mesma parteira ofereceu o parto de escravas com valores a serem cobrados, especificamente, como a seguir feito pela parteira Maria Victoria Meonier no *Diário do Rio de Janeiro* em 1841:

A parteira Maria Victoria Meonier participa a todas as pessoas que precisarem do seu préstimo, que ela se acha de volta na corte, pois tem estado ausente pela grave enfermidade de sua filha: continua a receber pessoas em sua casa para terem seus partos o mais bem tirados possíveis, sendo escravas pelo cômodo preço de 480 por dia, e 10 U rs. pelo trabalho do parto; quem precisar pode procurar na sua casa, beco dos ferreiros, n. 19, junto à praia de D. Manuel.¹⁶⁹

No anúncio acima, que a parteira realizou em três edições do jornal, ela afirmou cobrar um preço “cômodo” tanto para o trabalho de parto e as diárias de escravas. Sobre esse

¹⁶⁵ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em a *Mãe de Família*. *Op. Cit.*, p. 199.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 205.

¹⁶⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de novembro de 1830, edição 1100024, p. 4.

¹⁶⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1840, edição 00150, p. 4.

¹⁶⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de janeiro de 1841, edição 0011, p. 4, 23 de janeiro de 1841, edição 0017, p. 4 e 26 de janeiro de 1841, edição 0019, p. 4.

aspecto, a questão que se coloca é por que os preços cobrados às escravas eram menores ou mais “cômodos” do que o estabelecido para pessoas livres ou brancas, mesmo em se tratando do mesmo serviço? É possível que houvesse alguma diferença no tratamento ou no ambiente a ser alocada a cliente escrava, como uso de materiais, como roupas de cama, mais simples e menos luxos em sua apresentação geral.

Em 1845, uma parteira não identificada anunciou o aluguel de uma escrava que se encontrava em sua casa para ser ama de leite. No entanto, não há indícios de se tratar de uma propriedade sua já que no anúncio, diz-se para os interessados se dirigirem a outro endereço, na Rua da Direita, e não no endereço da parteira, no Beco do Trem.¹⁷⁰ Esse caso indica uma possibilidade de a parteira fazer algum acordo com proprietário de escrava grávida para realizar o seu parto e ainda promover o seu aluguel como ama.

Ao longo do século XIX muitos debates em torno do aleitamento por amas de leite foram travados, sobretudo nas últimas décadas, entre os médicos higienistas nas revistas especializadas e nas suas teses. Eles defendiam que havia um problema na amamentação promovida por escravas, por serem essas de “mau gênio”, representando assim um perigo para a família. De acordo com o discurso médico, a mulher negra escrava transmitiria características morais negativas à criança, além de ser considerado perigoso por levá-las a locais pouco seguros e sem higiene. Havia ainda, uma tentativa de promoção do aleitamento materno, ligado à feminilidade e ao papel que a mulher deveria desempenhar na sociedade: a maternidade.¹⁷¹

A respeito da relação entre as amas de leite e as parteiras, Maria Josephine Durocher publicou no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1864, um projeto que visava a fiscalização das amas de leite.¹⁷² O mesmo havia sido escrito em 1849 por ela em carta dirigida à Câmara Municipal, que não se mobilizou diante do seu manifesto. No jornal, Joaquim Luiz Manoel de Jesus publicou seu posicionamento favorável ao Estatuto proposto por Durocher, ratificando suas ponderações e criticando a indiferença dos vereadores da Câmara Municipal à questão. Sua publicação, portanto, procurou alertar o público leitor sobre o que para ele era um assunto de urgência, assim como tentar convencer que as autoridades acatassem as propostas.¹⁷³

¹⁷⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 5 de setembro de 1845, edição 07004, p. 4, 6 de setembro de 1845, edição 07005, p. 4.

¹⁷¹ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em a *Mãe de Família*. *Op. Cit.*, p. 205.

¹⁷² *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de março de 1864, edição 00065, p. 2.

¹⁷³ Não foi possível saber quem era Joaquim Luiz Manoel de Jesus, pois o mesmo se identificou apenas pelo seu nome, sem qualquer referência a sua profissão, atuação ou ligação com a parteira Durocher. *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de março de 1864, edição 00065, p. 2.

No Estatuto, a parteira Durocher apresenta um total de 22 artigos, cujo objetivo seria a fiscalização das amas de leite, cuja falta de cuidados sobre suas atividades, de acordo com ela, “tem cooperado com a aniquilação das faculdades físicas e morais dos nossos concidadãos” e ainda que é “uma negligência que tanto tem povoado túmulos e cemitérios”.¹⁷⁴ Em resumo, o estatuto criado pela parteira Durocher determinava que deveria haver uma Inspeção com três salas para a avaliação das candidatas a amas de leite. Elas deveriam apresentar atestado escrito por médico, cirurgião, parteiro ou parteira a respeito do parto de seu filho, se foi ou não complicado, qual o gênero ou grau da complicação, se prematuro, entre outros detalhes. Em caso de morte da criança recém-nascida, dever-se-ia apresentar laudo com a causa provável do óbito, além de dia, mês e ano em que o mesmo ocorreu. Todos esses registros deveriam ser feitos por doutores em medicina, cirurgiões formados, cirurgiões e parteiras aprovadas pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro ou da Bahia, os quais frisou serem “os únicos autorizados pela lei”.¹⁷⁵ No texto, a autora dispôs ainda sobre a sala dos exames, que deve ser clara, contar com dois doutores em medicina, ou por um doutor e um cirurgião, ou por um doutor e uma parteira, ou por um cirurgião e uma parteira. Além disso, enumerava os instrumentos que deveriam ter na sala como microscópio, espelho, vidro de óleo de oliveiras e um telescópio. O Estatuto também determinava as penalidades para aquelas que infringissem a legislação e prestassem o serviço sem a autorização legal. As consequências para quem descumprisse as determinações seriam a prisão de um mês, período considerado suficiente para o fim da produção de leite pela mulher e uma dieta indicada pelo médico, ainda tendo que pagar um valor pela cama utilizada na cadeia.

Essas ideias escritas pela parteira Durocher, que deixou o texto em aberto, dizendo que deve ser “considerado como uma obra bruta que merece ser aperfeiçoada por pessoas mais esclarecidas”,¹⁷⁶ apesar de divulgado no jornal, além de originalmente ter sido enviado à Câmara Municipal, não tiveram grandes repercussões. Ainda assim, é interessante notar a preocupação da parteira diante do que ela considerava ser um problema, a circulação de amas de leite sem que as mesmas passassem por qualquer tipo de avaliação médica ou especializada, o que causaria, segundo Durocher, grandes males à sociedade.

Além da proposta da parteira, a atuação de Moncorvo de Figueiredo é apontada por Carula, pois o médico escreveu um projeto, em 1876, sem resultados junto as autoridades, que determinava a obrigatoriedade da avaliação ou inspeção das amas de leite, sendo livres ou

¹⁷⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de março de 1864, edição 00065, p. 2.

¹⁷⁵ *Ibidem*.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

escravas. Destaca-se, ainda, o papel da revista “A mãe de família”, entre os anos de 1879 e 1888, que publicou constantemente em suas páginas artigos em defesa do aleitamento materno e das inspeções em amas de leite “mercenárias”, principalmente em se tratando de escravas.¹⁷⁷

Sanglard e Gil afirmam que o serviço de ama de leite foi se transformando ao longo do século XIX.¹⁷⁸ Se antes da abolição o serviço era realizado por amas escravas, alugadas por seus proprietários a fim de obterem algum recurso, após 1888, tornou-se uma atividade assalariada. Foi a partir de então que os debates em torno da regulamentação da atividade começaram a ganhar destaque na sociedade, deixando os limites do círculo médico.¹⁷⁹ É importante destacar que desde a década de 1870 já existiam médicos que examinavam amas para atestar a qualidade do leite, no entanto, como não havia uma obrigatoriedade, poucas mulheres utilizavam esse recurso. Isso demonstra que é possível que as mulheres não julgassem necessário um exame.¹⁸⁰

Embora a população em geral não apresentasse preocupação com a criação de leis que visassem à avaliação da qualidade do leite oferecido pelas amas, o serviço da parteira que fazia escolha da ama era procurado por parte da população, como indicam os anúncios identificados. Algumas dessas parteiras concordavam e seguiam os postulados dos grupos formados por médicos e demais profissionais da saúde, representando, assim, o discurso acadêmico a respeito do leite materno. Dentre elas podemos apontar a parteira Durocher, uma das que se formou na faculdade de medicina do Rio de Janeiro, além de ser membro da Academia Imperial de Medicina. Em artigo de jornal, pudemos verificar que ela acreditava e defendia a mesma perspectiva médica que era aquela favorável ao controle e a regulamentação da prática do aluguel da ama.

No entanto, como parteiras com essa inserção na medicina eram poucas, acredita-se que a maior parte das que ofereciam o serviço de aluguel de amas de leite não levavam em consideração os preceitos médicos, realizando a atividade, principalmente, como forma de aumentar a sua renda. Apesar disso, o fato de destacarem serem parteiras no anúncio pode ser um indicativo de que as clientes confiassem em alugar uma ama oferecida por uma parteira. Em relação a esse ponto, podemos imaginar que as parteiras teriam realizado os partos dessas

¹⁷⁷ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em a *Mãe de Família*. *Op. Cit.*, p. 206.

¹⁷⁸ SANGLARD, G; GIL, C. Assistência à infância filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889-1929). *Op. Cit.*, pp. 86-87.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.87.

¹⁸⁰ CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em a *Mãe de Família*. *Op. Cit.*, p. 206.

amas, tendo, portanto, conhecimento sobre sua origem e informações pessoais. Além de possuir discernimento, tanto empírico como formal, de questões ligadas à maternidade tal como a amamentação e, assim, dar conselhos e orientações a respeito disso.

6.2. Aluguel de quartos

Um serviço prestado pelas parteiras com bastante regularidade é o aluguel de quartos ou pensão. *Madame Berthon* apresenta o primeiro anúncio no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1833, com esse tipo de atividade:

Madama Berthon, mestra parteira da Santa Casa da Misericórdia, tem a honra de participar ao respeitável público, que ela tem na sua casa, Rua da Alfândega, n. 158, primeiro andar, quartos mui descentes, aprontificados para receber senhoras, onde serão tratadas como todo asseio, desvelo e melindre que exigir a sua situação, encarrega-se também de escravas por preços cômodos.¹⁸¹

A parteira, como mencionado anteriormente, é de origem francesa, diplomada pela Faculdade de Paris e atuante no Brasil como Mestra parteira da Santa Casa de Misericórdia. O anúncio, enxuto, contendo apenas a informação de que possui quartos para senhoras em sua residência e o seu endereço, se repete algumas vezes no mesmo ano.¹⁸² Desse modo a parteira direciona seu anúncio ao seu público alvo, as mulheres grávidas e em trabalho de parto.

A parteira Louiza Vedova Paradiso, de origem italiana, divulgou os seus serviços em 1858:

Mme Louiza Vedova Paradiso
Mestra parteira pela Faculdade de Veneza e aprovada pela Faculdade do Rio de Janeiro autorizada pelos partos laboriosos a que tem assistido nesta cidade, oferece o seu préstimo a todas as pessoas que a quiserem honrar com sua confiança. Outrossim, faz público que recebe em sua casa, na rua do Senhor dos Passos, n. 106, pensionistas de qualquer grão e qualidade por ter cômodos apropriados para esse fim.¹⁸³

Como exposto no anúncio, a *Mme* Paradiso apresentou a sua formação de mestra parteira pela Faculdade de Veneza, com aprovação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além da sua experiência em partos laboriosos. Afirmou ainda receber pensionistas

¹⁸¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 1 de maio de 1833, edição 0500001, p. 3.

¹⁸² *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de maio de 1833, edição 0500017, p. 4, 16 de agosto de 1833, edição 0800013, p. 4.

¹⁸³ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1858, edição 00254, p. 3.

“de qualquer grão e qualidade por ter cômodos apropriados para esse fim”. Assim, apesar de ela não ter deixado claro qual o público que pretendia receber em sua casa, acredita-se que se tratasse de mulheres grávidas já que ao longo do texto a parteira procurou demarcar sua aptidão e experiência no ofício de parteira.

A *Madame Victorina Borgé*, em anúncio de 1860, comunicou receber pensionista de qualquer condição, além de mencionar ter sido examinada pela Faculdade de Paris e do Rio de Janeiro. A publicação, que se repete 36 vezes no mesmo ano, apresentava uma ilustração representando uma parteira, em pé, com um bebê nos braços e a parturiente na cama,¹⁸⁴ como já mencionado no texto. Essa parteira foi uma das que mais anunciou seus serviços, destacando-se o fato de receber pensionistas, falar alemão e ser examinada pelas Faculdades de Medicina de Paris e do Rio de Janeiro.

Clementina Somjean, em 1849, publicou o seguinte anúncio de aluguel de quartos:

Madame Clementina Somjean, parteira aprovada pelas Faculdades de Medicina de Paris e Rio de Janeiro, participa ao publico e particularmente às pessoas que honram com sua confiança que sempre se acha pronta para servi-las com o maior desvelo, e que igualmente acham-se quartos mui asseados à disposição das pensionistas, que encontram em sua casa todos os cuidados e melhor tratamento possível. Rua da Vala, n. 69, canto da do ouvidor.¹⁸⁵

Podemos notar que a mensagem deixa claro que o público para quem a parteira ofereceu quartos era de mulheres, como fica explícito na passagem “acham-se quartos mui asseados à disposição das pensionistas, que encontram em sua casa todos os cuidados e melhor tratamento possível”. Assim, é possível afirmar que o aluguel de quartos se tratava de um serviço no qual a parteira disponibilizava sua casa para mulheres darem à luz, em alternativa à residência da gestante. A parteira anunciou apenas uma vez no *Diário* o serviço

¹⁸⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de outubro de 1860, edição 00193, p.3, 9 de outubro de 1860, edição 00196, p. 3, 10 de outubro de 1860, edição 00197, p. 4, 11 de outubro de 1860, edição 00198, p.4, 16 de outubro de 1860, edição 00203, p. 4, 18 de outubro de 1860, edição 00205, p. 4, 20 de outubro de 1860, edição 00207, p. 4, 23 de outubro de 1860, edição 00210, p. 4, 25 de outubro de 1860, edição 00212, p.4, 27 de outubro de 1860, edição 00214, p. 4, 30 de outubro de 1860, edição 00217, p. 4, 6 de novembro de 1860, edição B00222, p. 4, 8 de novembro de 1860, edição 00224, p. 4, 11 de novembro de 1860, edição 00227, p. 4, 13 de novembro de 1860, edição 00229, p. 4, 15 de novembro de 1860, edição 00231, p.3, 18 de novembro de 1860, edição 00234, p. 3, 20 de novembro de 1860, edição 00236, p. 4, 22 de novembro de 1860, edição 00238, p. 3, 25 de novembro de 1860, edição 00241, p.4, 27 de novembro de 1860, edição 00243, p. 4, 29 de novembro de 1860, edição 00245, p. 4, 2 de dezembro de 1860, edição 00248, p. 4, 4 de dezembro de 1860, edição 00250, p. 4, 6 de dezembro de 1860, edição 00252, p. 4, 8 de dezembro de 1860, edição 00254, p. 4, 10 de dezembro de 1860, edição 00256, p. 4, 12 de dezembro de 1860, edição 00258, 17 de dezembro de 1860, edição 00262, p.4, 18 de dezembro de 1860, edição 00263, p. 4, 20 de dezembro de 1860, edição 00265, p. 4, 23 de dezembro de 1860, edição 00268, p. 4, 25 de dezembro de 1860, edição 00270, p. 4, 26 de dezembro de 1860, edição 00271, p. 4, 30 de dezembro de 1860, edição 00275, p. 4.

¹⁸⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de outubro de 1849, edição 08235, p. 4.

de aluguel de quartos. No *Almanaque*, em 1844 e 1845, afirmou receber pensionistas em sua residência. Em outros anúncios do mesmo periódico, não foi informado se oferecia o mesmo serviço. Mais tarde, em 1857, Clementina anunciou no *Diário* aluguel de ama de leite.¹⁸⁶

No *Almanaque Laemmert* também foram encontrados alguns anúncios de aluguéis de quartos, mas em comparação com o *Diário do Rio de Janeiro* foram poucos, sendo bastante sucintos, com frases curtas, diferentemente desse último, no qual havia mais descrições a respeito da parteira e da atividade. Enquanto no *Diário* foram encontradas 7 parteiras oferecendo o serviço, as quais são Mme Berthon, Felicia Hosxe, Clementina Somjeam, Victorine Borgé, Mme Paradiso, Mme Beranger e Isabel de Moraes Silva. No *Almanaque* essas parteiras somaram 4, sendo elas Clementina Somjeam, Felicia Hautefeuille, Mme Borgé e Mme Murillo.

Em relação aos anúncios de maternidades criadas e dirigidas por parteiras, ocorre o oposto, tendo sido todos eles localizados no *Almanaque* e nenhum no *Diário*. No que se refere a esse tipo de estabelecimento, a primeira a anunciar foi *Madame Daure* em 1873, no *Almanaque Laemmert*,¹⁸⁷ como será visto adiante na seção a respeito de maternidades.

Sobre a natureza desse tipo de serviço, se era aberto ao público em geral ou apenas às mulheres, podemos afirmar que o aluguel de quartos era destinado, principalmente, às mulheres grávidas, uma vez que o anúncio era sobre partos, apesar de não estar explicitado que elas não recebessem pessoas fora dessa condição. A hipótese se baseia no fato de os anúncios nos periódicos estarem separados por seções. Assim, para o serviço de hospedagem existia uma seção específica e, nesse caso, seria voltado para qualquer pessoa. Para o serviço de parto era notório que se tratasse de algo voltado para mulheres, em geral, grávidas.

Partindo do pressuposto de que o aluguel de quartos anunciados pelas parteiras era para mulheres grávidas, a questão que se coloca é a de qual seria a diferença entre esse serviço e a casa de maternidade? Ao que parece, pela verificação das fontes, é que a casa de maternidade está enquadrada na categoria de casas de negócio, enquanto o aluguel de quartos poderia ser apenas um diferencial de uma parteira na conquista de freguesia. No caso das maternidades, era preciso uma licença adquirida junto à Câmara municipal. Ou seja, apesar de as parteiras anunciarem que recebiam pensionistas ou alugavam quartos, não era permitido que fizessem de sua residência uma casa de partos ou maternidade sem autorização. Um edital de 13 de dezembro de 1844 da Câmara Municipal determinava em que condições parteiras poderiam abrir casa de maternidade. Como segue:

¹⁸⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de agosto de 1857, edição 00225, p.3.

¹⁸⁷ *Almanaque Laemmert*, 1873, p. 533.

Registro do edital de 13 de dezembro de 1844

A Ilma Câmara municipal desta muito leal e heroica cidade do Rio de Janeiro, faz saber que por portaria da Secretaria d'Estado dos Negócios do Império de 10 do corrente foi aprovada a seguinte postura substitutiva a do parágrafo 2º Título 6º seção 2ª das posturas de 11 de setembro de 1830: Todos os que tiverem casa de negócio de qualquer natureza e qualidade que seja, bem como boticas, oficinas, escritórios, tendas ou barracas serão obrigadas a tirar todos os anos uma licença e pagar todos os impostos que lhe competem até o fim de abril e ao (?) que se estabelecerem, estando a câmara fechada pedirão a licença a quem a câmara tiver designado. Os infratores serão multados em 10\$000

Paço da Ilma Câmara municipal do Rio de Janeiro 29 de novembro de 1844¹⁸⁸

No documento, afirmou-se que aqueles que possuíssem “casas de negócio de qualquer natureza e qualidade (...) como boticas, oficinas, escritórios, tendas ou barracas” eram obrigados a tirar a licença. Apesar das casas de maternidade não terem sido diretamente mencionadas, sabe-se que esse era o edital que norteava o licenciamento das parteiras que quisessem abrir o estabelecimento. Um documento em que a parteira Cocural foi acusada de exercer essa atividade sem licença, como será visto adiante. No documento fez-se referência ao edital de 13 de dezembro de 1844 na seguinte passagem: “Mme Cocural (...) surpreendida com uma intimação de uma suposta infração do Edital de 13 de dezembro de 1844, isto é, por não ter licença para a sua casa de maternidade”.¹⁸⁹

Dessa forma, podemos concluir que esse era o documento que regeu o funcionamento deste tipo de atividade e o licenciamento para a mesma até, pelo menos, 1879, ano do documento. Através do edital podemos notar que a casa de maternidade era classificada como casa de negócio, não possuindo regras de funcionamento próprias. A ausência de maiores detalhes ou, ainda, de um documento específico para o licenciamento de casas de maternidade pode ter se dado pelo fato de ter sido uma atividade pouco comum, sendo realizada por uma quantidade pequena de parteiras. Levando-se em consideração que os anúncios encontrados nos periódicos apontam que eram poucas as que ofereciam esse serviço, é possível que não houvesse uma demanda por regulamentos direcionados a este fim. Algumas daquelas que não

¹⁸⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Registro do Edital de 13 de dezembro de 1844*. Fundo: Câmara Municipal, série Legislativo municipal – editais da Câmara; posturas (1842-1858). Notação 16.4.27.

¹⁸⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Parteiras: Requerimento de Mme Cavenal, ou Cocural, declarando não ter casa de maternidade (1879)*. Notação 47.1.51. Fundo: Câmara Municipal. Série: ofícios e profissões.

abriram casa de maternidade foram acusadas de possuir tal estabelecimento de maneira ilícita, e, assim, tiveram que entrar com recursos à Câmara de modo a evitar multas.

Em dezembro de 1878, a parteira Durocher foi acusada de ter em sua residência uma casa de maternidade e por isso foi intimada a pagar uma multa. A mesma recorreu em carta ao subdelegado do 2º distrito da Freguesia do Sacramento alegando ter ocorrido um engano, pois não tinha em sua casa uma maternidade. O inspetor, então, em visita à casa da parteira constatou que a mesma não tinha maternidade, mas apenas o nome da porta indicando a sua “profissão”. Uma carta também foi enviada ao presidente da Câmara pedindo que se retirasse a acusação e a multa destinada à parteira Durocher, a qual alegou que “desde que exerce sua profissão nunca se entregou às especulações de casa de maternidade” e que “o que sempre tem tido é um consultório conjuntamente com um médico”.¹⁹⁰ A parteira, como veremos no capítulo 3, atuou com diversos colegas, entre parteiras e médicos, sendo o mencionado na citação o dr. Paula Menezes.

Dois casos encontrados mostraram a possibilidade de parteiras possuírem um escritório de partos. Alexandrina Maria Leopold foi acusada de ter uma casa de partos e de nunca ter pagado imposto à Câmara em quinze anos de exercício do ofício, desse modo, o fiscal a intimou a pagar multa pelo “escritório da profissão.” A mulher recorreu afirmando não possuir escritório, apenas exercer a arte de parteira.¹⁹¹

Outra situação ocorreu em 1879, quando a já citada parteira *Veuve Cocural* também entrou com um pedido para a retirada de uma multa que lhe foi imposta por possuir em sua residência uma casa de maternidade, o que, segundo ela não era verdade. A *madame* afirmou não possuir casa de maternidade, e sim, um escritório de partos e, dessa forma, não havia motivos para a penalidade aplicada. Uma observação inserida no requerimento de Cocural indica que o pedido foi aceito ao afirmar que “a suplicante não tem (...) maternidade”.¹⁹²

Nos periódicos não foram encontradas referências a escritório de partos e, portanto, não foi possível identificar quais parteiras possuíam ou que tipo de prática era realizada nele. A questão que se coloca é a de se possuir um escritório de partos seria o mesmo que ter um consultório para o atendimento de clientes. Não foram encontrados estudos a respeito do assunto na bibliografia, portanto, somente as fontes puderam ser verificadas nesse trabalho. Dessa forma, o que foi possível identificar é que ter escritório sem pagamento de imposto

¹⁹⁰ *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras (1830-1878)*. Fundo: Câmara Municipal. Série: ofícios e profissões, notação 47.1.47.

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras: Requerimento de Mme Cavenal, ou Cocural, declarando não ter casa de maternidade (1879)*. Notação 47.1.51. Fundo: Câmara Municipal. Série: ofícios e profissões.

decorreria em multa, e que ter um escritório não era o mesmo que possuir uma casa de maternidade.

6.3. Maternidades das parteiras ou casas de maternidade

Dar a luz fora de sua residência por muito tempo foi considerada uma situação anormal, considerada arriscada, só ocorrendo em casos extremos, de grande dificuldade. As mulheres mais pobres, que podiam ser indigentes, prostitutas ou mães solteiras, em geral, eram as que buscavam atendimento nas Santas Casas, instituições mantidas por caridade religiosa ou benemerência. A chegada das parteiras estrangeiras ao Brasil trouxe uma novidade ao cuidado das parturientes: antes atendidas em domicílio, passaram a ter como opção a casa da parteira. Aos poucos, afirma Mott, esse atendimento é ampliado e passado a ser reconhecido como casa de maternidade. Nesses locais, atendiam-se mulheres negras escravas, livres, mães solteiras e viúvas. As casas eram alvo do julgamento moral da sociedade que via como locais em que se recebiam mulheres para práticas como aborto, e, portanto, eram desqualificados.¹⁹³ Como veremos adiante, no capítulo 3, em geral as casas de maternidades tinham lugar na própria casa da parteira, ou seja, o local de trabalho não era separado da residência.

O quadro a seguir apresenta a relação das parteiras e as casas de maternidade que elas abriram.

Quadro 9 : Casas de maternidade de parteiras (1822-1889)

PARTEIRA	MATERNIDADE	SERVIÇOS	PERÍODO
Tereza Jesuina Tygna e dr. Pereira de Souza	Enfermaria de partos do dr. Pereira de Souza e da parteira Jesuína Tygna	Não informado	1861
Mme Daure	Maternidade Mme Daure. Maternidade São Vicente de Paula. (1875)	Recebe pensionistas; Consultas Coadjuvado com médicos especialistas em parto; Parteiras Adjuntas	1873 a 1881

¹⁹³ MOTT, Maria Lucia. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). *Op. Cit.* p. 199.

Mme Borgé	Maternidade Mme Borgé (com Mme Maria Müller). Maternidade Mme Borgé (dirigida por Mme Hildenwirth). (1879)	Recebe freguesas e pensionistas	1874 a 1882
Mme Marguerite	Maternidade Mme Marguerite.	Recebe pensionistas; Tratamento do útero; Atende chamados dentro e fora da cidade; Médico interno dr. José Ferreira Barreto. Médico interno: dr. Gabizo (1877); Médico interno: dr. Macedo Soares (1878)	1876 a 1879
Mme Dunugon	Maternidade Saint Marie.	Recebe pensionistas; Consultas de meio dia às 2h	1877
Mme Bardeaud	Maternidade de Sant'Anna	Recebe pensionistas; Atendimento dentro e fora da cidade	1878
Mme Jeanne Grangent	Maternidade de Mme Jeanne Grangent	Recebe pensionistas; Acompanhada de médicos parteiros; Atende dentro e fora da corte	1878

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Foi localizado um anúncio de maternidade, de 1874, pertencente à *Mme Borgé*, parteira pela Faculdade de Medicina de Paris e habilitada pela Faculdade do Rio de Janeiro. De acordo com o anúncio, a parteira atendia em sua própria residência e contava com *Mme Maria Müller*, formada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro, que atuava com ela. No anúncio, a parteira informou que recebia pensionistas “pelos preços mais moderados

possíveis”.¹⁹⁴ Até o ano 1879, Victorina Borgé publicou propagandas de sua maternidade, sendo alguns dos anúncios feitos por sua colega, *Mme Müller*. Nesse mesmo ano, Borgé anunciou a participação de *Mme Maria Hildenwirth* no estabelecimento como diretora.¹⁹⁵ Ela também fazia outros serviços como cura de pessoas com pernas inchadas e outras enfermidades. Mestreira pela Faculdade de Medicina de Paris, ela possuía longa prática com estudo em hospitais. Era uma parteira poliglota, falava o alemão e o inglês, além do português e o francês, atendendo assim, clientes estrangeiras. Esses aspectos são destacados por ela com o intuito de atrair a clientela. Em outro anúncio, de 1873, *Mme Daure* publicou que abriu uma maternidade para receber pensionistas em sua residência.¹⁹⁶ De acordo com o anúncio, os preços eram moderados, e oferecia “todas as comodidades e tratamento esmerado.” Em 1875 e 1876 a mesma parteira anunciou sua maternidade, dessa vez com um nome: Maternidade São Vicente de Paulo.

¹⁹⁴ *Almanaque Laemmert*, 1874, p.586

¹⁹⁵ *Almanaque Laemmert*, 1879, pp.666/667; prov. 37; supl.226.

¹⁹⁶ *Almanaque Laemmert*, 1873, p. 533

Figura 6: Anúncio de maternidade de *Mme Daure* em 1873 no *Almanaque Laemmert*

MATERNIDADE

Parteira aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris **M^{me} DAURE** Habilitada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro

20, RUA DO ESPIRITO-SANTO, 20

Participa que mudou a sua residencia da rua da Carioca n. 144 para a rua do Espirito-Santo n. 20, onde abriu uma maternidade para receber pensionistas, por preços muito moderados, e onde pôde oferecer todas as commodidades e tratamento esmerado.

Continua a acudir aos chamados com promptidão e a qua'quer hora.
Dá consultas das 8 ás 10 horas da manhã.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Almanaque Laemmert*, 1873, p.534.

Figura 7: Anúncio da maternidade São Vicente de Paula de *Mme Daure* em 1875 no *Almanaque Laemmert*

MATERNIDADE
S. VICENTE DE PAULA

Parteira aprovada pela Faculdade de Medicina de Paris **M^{me} DAURE** Habilitada pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro

43 TRAVESSA DA BARREIRA 43
ANTIGA CASA DO JUIZO DE ORPHÃOS
ESQUINA DA RUA DO ESPIRITO SANTO

Este estabelecimento continua a receber pensionistas fornecendo-lhes excellentes commodos e esmerado tratamento, coadjuvado além do mais pelos primeiros medicos especialistas em partos.

Continua a acudir aos chamados com promptidão a qualquer hora e por preços moderados
Dá consultas do meio dia ás 2 horas.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Almanaque Laemmert*, 1875, p.644.

A parteira Dunugon trouxe a público, em 1877, a maternidade Saint Marie, da qual era a proprietária. Disse ser premiada com medalha de ouro pela Faculdade de Medicina de Paris. Em outros anúncios posteriores a parteira não mencionou esse estabelecimento, apenas os seus serviços. Interessante destacar que a parteira apresentava dois endereços, um que corresponde à maternidade, onde ficava de meio dia às 2 horas da tarde, e outro possivelmente de sua residência, atendendo das 2 às 5 horas da tarde.¹⁹⁷

Ocupando o 1º, 2º e 3º andar de um prédio na Rua da Assembleia, a maternidade de Mme Jeanne Grangent parecia ser bastante espaçosa. De acordo com o anúncio de 1878, recebia pensionistas tanto escravas como livres, por preços que dizia serem módicos, podendo ser acomodadas em quartos separados, também havia cômodos para famílias que viessem do interior. Afirmava ser acompanhada dos melhores médicos parteiros, que poderiam ser chamados nos casos em que houvesse necessidade.¹⁹⁸

A maternidade de Sant'Anna era dirigida por Mme Bardeaud, recebia pensionistas de qualquer cor ou condição sem distinção e contava com “excelentes cômodos bem arejados” de acordo com anúncio de 1878.¹⁹⁹ Não há outras propagandas de seu estabelecimento, sendo as dos anos anteriores apenas relativas ao serviço de parteira com atendimento domiciliar. A partir de notícia do jornal Diário do Rio de Janeiro, sabe-se que a parteira realizou exame de suficiência para o ofício em 1874, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo sido formada pela Faculdade de Medicina de Montpellier.

Mme Marguerite apresentou, em 1876, no *Almanaque Laemmert*, maternidade que carregava o seu nome. Além do atendimento de parturientes, Marguerite também oferecia tratamento do útero no período da tarde. No estabelecimento, havia um médico interno, o dr. José Ferreira Barreto. Não foram informados detalhes a respeito do médico, qual a sua formação ou se tinha uma função mais específica na maternidade, como por exemplo, o cuidado de moléstias ou parturição.²⁰⁰ Em 1877, além de mudar de endereço, a maternidade recebeu um novo médico, o dr. Gabiso, possivelmente em substituição ao médico anterior, pois aquele não foi mencionado em outras publicações da parteira.²⁰¹ Em 1878, o dr. Macedo Soares foi chamado, continuando no ano seguinte.²⁰² Os anúncios de Mme Marguerite como parteira foram publicados desde 1869 até 1871, sendo os subsequentes relacionados à sua maternidade, até pelo menos 1879. A presença de um médico atuando no estabelecimento

¹⁹⁷ *Almanaque Laemmert*, 1877, pág.708/709.

¹⁹⁸ *Almanaque Laemmert*, 1878, pág.645/646/647.

¹⁹⁹ *Almanaque Laemmert*, 1878, pág.645/646/647.

²⁰⁰ *Almanaque Laemmert*, 1876, pág.693.

²⁰¹ *Almanaque Laemmert*, 1877, pág.708/709.

²⁰² *Almanaque Laemmert*, 1878, pág.645/646/647.

pode indicar tanto se tratar de uma maternidade de grande porte, como também que a mesma seguia aquilo que era determinado pelos médicos e faculdades de medicina ao disporem sobre a divisão do trabalho. Assim, os médicos possivelmente atuavam em partos dificultosos que necessitassem a intervenção de instrumentos específicos, os quais as parteiras não estariam habilitadas a usar, ainda que fossem formadas. É interessante notar que Marguerite, como proprietária da maternidade, possivelmente estivesse numa posição superior em relação aos médicos dentro da hierarquia do estabelecimento, algo pouco comum para uma parteira.

Essas são as parteiras que sabemos, a partir da pesquisa, que conseguiram criar uma casa de partos ou maternidade, podendo ser em sua residência ou em prédio a parte. Em geral, as proprietárias de maternidade diziam receber pensionistas nos anúncios. Porém, não foi possível determinar se as outras parteiras que também anunciavam receber pensionistas possuíam uma maternidade em suas casas. Desse modo, como foi dito, levou-se em consideração que o serviço de pensionistas, nas quais a parteira atuava em sua própria residência, não pode ser confundido com o de casa de parto ou maternidade, sendo esses estabelecimentos geralmente especificados nos anúncios. Além disso, para possuir escritórios de parto e casas de parto ou maternidade era preciso uma autorização sem a qual, corria-se o risco de receber multa, sendo talvez esse o motivo pelo qual elas não anunciariam uma possível maternidade. Observou-se ainda, que a maior parte das publicações sobre serviços de maternidade foram encontradas no *Almanaque Laemmert*. Nos demais periódicos, as parteiras apenas ofereciam quartos ou pensão. Infere-se que o tipo de periódico pode ter relação com a clientela que procurava a maternidade, já que foram localizados anúncios no *Almanaque Laemmert*, um periódico dedicado a um público de elite. Isso porque, devido à carência de maternidade ou ainda, pelo costume de se ter filhos em domicílio, as maternidades das casas de saúde e as casas de maternidade promovidas pelas parteiras poderiam representar uma alternativa à hospitalização nas Santas Casas, lugares frequentados por mulheres mais pobres, indigentes, prostitutas e mães solteiras, segundo Mott.²⁰³

7. Casas de Saúde com maternidade

Alguns dos anúncios realizados por médicos ou parteiros eram de casas de saúde, das quais eram proprietários ou dirigiam o setor dedicado ao parto e saúde da mulher. No *Diário do Rio de Janeiro* foram encontradas quatro casas de saúde que contavam com parteiras como

²⁰³ MOTT, M. L. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). Op. Cit., p. 198.

funcionárias: a Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, Casa de Saúde São Sebastião e a Casa de Saúde do Morro de São Lourenço. Todas possuíam salas de parto, nas quais as parteiras atuavam apenas em partos sem complicações. Nessas salas, quem ficava na direção eram os médicos obstetras. Outras Casas de Saúde encontradas no *Almanaque Laemmert* possuíam uma maternidade nas suas dependências, no entanto, o número de parteiras que atuaram foi pequeno, e, além disso, depois de 1863, só duas casas de saúde apresentaram parteiras em sua propaganda uma única vez: A casa de Saúde de São Sebastião, em 1874 e a Casa de Saúde no Morro do São Lourenço. Portanto, a maioria das Casas de Saúde ou não contava com parteiras em seu quadro de funcionários ou não anunciava a participação delas.

Quadro 10: Parteiras atuantes em casas de saúde (1822-1889)

CASA DE SAÚDE	PARTEIRA	ANO
Casa de Saúde Nossa Sra da Ajuda	Durocher	1862
Casa de partos contígua à Casa de Saúde N.S. da Ajuda	Durocher e Tygna	1863
Casa de Saúde N. Sra da Gloria	Felicissima Rosa Pereira Ferreira	1863
Casa de Saúde São Sebastião	Mme Gault	1874
Casa de Saúde no Morro de São Lourenço	Braune	1880

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

De acordo com Magalhães, citado por Mott no artigo *Assistência ao parto: do Domicílio ao hospital*, as Casas de Saúde no Rio de Janeiro se propagaram, sobretudo devido à necessidade dos senhores terem um local para cuidar dos escravos. Nesses estabelecimentos, os quartos eram separados para diferenciar pessoas livres e a clientela escrava.²⁰⁴ De fato, como pode ser observado nos anúncios, as Casas de Saúde, em geral, possuíam quartos para escravos com preço diferenciado, mais barato que para a clientela livre.

Em 1862 a casa de saúde Nossa Senhora da Ajuda publicou o seguinte anúncio:

²⁰⁴ MAGALHES, F. A obstetrícia no Brasil. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1922a, p. 218. *Apud* MOTT, M.L. *Assistência ao parto: do domicílio ao hospital* (1830-1960). *Proj. História*. São Paulo, (25), dez. 2002. pp. 197-219.

Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda

O dr Eiras, diretor e proprietário da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda, tem a honra de participar ao ilustrado público e à digna classe médica, que tem aumentado o seu estabelecimento com a aquisição do prédio contíguo, onde, além de um belo jardim, para distração e higiene dos doentes preparam-se quartos especiais para banhos e cômodos para uma maternidade.

O serviço cirúrgico continua a cargo do Ilmo. sr. dr. Pertence, o médico, além do diretor [dr. Eiras], é dirigido pelo Ilmo. sr. dr. Paulo Costa, e o da maternidade será encarregado à parteira mme Durocher, sob a direção do Ilmo. sr. dr. Feijó, a quem se convidará sempre nos casos de gravidade.²⁰⁵

Como pode ser observado na mensagem passada no anúncio pelo diretor e proprietário dr. Eiras, um anexo seria criado junto ao prédio principal, com jardim, quartos de banho e cômodos para uma maternidade. Esse último ficaria a cargo da parteira Durocher e sob a direção médico Feijó. O médico seria chamado sempre nos casos mais graves, sendo a parteira que atuaria nos partos tranquilos. Ou seja, apesar de a parteira, ainda que com instrução formal e de renome como Durocher, ocupar uma função importante na maternidade da casa de saúde, sempre haveria o médico a substituí-la em momentos em que não se atribuía competência a ela. Delimitando assim, os espaços ocupados por cada um, a despeito dos conhecimentos teóricos e vasta experiência da parteira Durocher.²⁰⁶

Em 1863, na seção do jornal intitulada “publicações a pedido”, a parteira Durocher publicou uma nota com algumas informações a respeito da maternidade da Casa de Saúde de Nossa Senhora da Ajuda. No texto, a parteira escreve para aqueles que “diariamente lhe pedem informações a respeito da maternidade ou enfermaria de partos contígua a casa” (...) que em sua ausência, quem iria assistir aos partos seria a parteira Tygna e que, em casos mais perigosos, o dr. Feijó seria chamado. Durocher afirmou ainda que não havia distinções no tratamento das pacientes, fossem elas livres ou escravas, pois segundo ela “a caridade não conhece posições, nem é distintiva”.²⁰⁷ Provavelmente, a afirmação vinha como forma de acentuar o tratamento adequado ou de qualidade dispensado às escravas como maneira de atrair os proprietários, tornando-os clientes. Além disso, ressalta a boa estrutura da clínica, que contava com comodidade, asseio e preços justos, de acordo com a parteira. Ao final do comunicado, Durocher afirmou que era possível se dirigir à sua residência ou a da parteira Tygna para tratar, caso não quisesse fazê-lo no estabelecimento. Tygna continuou atuando em

²⁰⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de outubro de 1862, edição 00281, p. 3.

²⁰⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de outubro de 1862, edição 00281, p. 3.

²⁰⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de maio de 1863, edição 00136, p.3.

clínica no ano seguinte, em 1864, dividindo-se assim entre o atendimento domiciliar e o trabalho na casa de saúde, bem como faziam as outras parteiras.

A relação próxima entre as duas parteiras pode ser observada a partir dos anúncios individuais de cada uma delas. Tygna publicou que caso não fosse encontrada em sua residência, a parturiente poderia procurar as parteiras Durocher e Ferreira, residentes no mesmo endereço. Isso porque algumas das parteiras dividiam moradia, como é o caso da Durocher, que residiu na mesma casa que a parteira Felicíssima Rosa Pereira Ferreira e, mais tarde, mudou-se para a casa de Tygna. No anúncio de Durocher com menção à Felicíssima Rosa no *Diário do Rio de Janeiro* em 1861 ficou clara a relação existente entre elas:

A parteira Durocher participa às pessoas que costumam honrá-la com sua confiança tanto para o parto como para consultas, que mudou sua residência da rua do Sabão n. 170, 1º andar, onde residiu por espaço de 16 anos, para a rua da Imperatriz, n. 40, casa da parteira Felicíssima Rosa Pereira Ferreira, sua comadre, amiga e colega.²⁰⁸

A parteira Felicíssima foi descrita por Durocher como sua comadre, amiga e colega, o que demonstra não apenas a parceria no trabalho como também a amizade entre elas, indicando laços de solidariedade e ajuda mútua entre as parteiras. Essas relações são apresentadas por Mott, que afirma que morar na mesma casa “revela identidade, solidariedade e confluência de interesses entre profissionais, tais como divisão de despesas e compartilhamento de clientela”.²⁰⁹

A Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, de acordo com anúncio publicado em 1862,²¹⁰ apresentava uma maternidade e contava com quatro médicos parteiros. Na maternidade, os doutores Antonio Marcolino Fragoso, que também era diretor e proprietário da casa, e Domingos José Bernardino de Almeida eram parteiros efetivos. Já o dr. Luiz da Cunha Feijó e o dr. Francisco Ferreira de Abreu eram parteiros consultantes. No anúncio, diz-se que o edifício é bem ventilado, situado em boa localização, de fácil acesso e quartos e salões claros e espaçosos. Destaca que nenhum doente, nem mesmo escravo, é alocado no pavimento térreo, recebe doentes de ambos os sexos, sendo que os homens são separados das mulheres. Na maternidade, afirma-se que há todo o cuidado e que há uma enfermaria para criança, as quais, diz-se “serão tratadas com todo o carinho”.²¹¹ No anúncio citado não há menção às parteiras atuantes na casa. No ano seguinte, em 1863, a maternidade da casa

²⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de fevereiro de 1861, edição 00039, p.4.

²⁰⁹ MOTT, Maria Lucia. *Parteiras: O outro lado da profissão. Op. Cit.*, p. 122.

²¹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de dezembro de 1862, edição 00340, p. 4;

²¹¹ *Idem*, p. 4.

passou a aceitar parteiras atuantes, porém elas atuariam de forma autônoma,²¹² como pode ser observado ao final do anúncio a seguir:

²¹² *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de janeiro de 1863, edição 00002, p. 4, 4 de janeiro de 1863, edição 00004, p. 4.

O anúncio novo apresentou de maneira detalhada as informações da Casa de Saúde, tanto a respeito dos funcionários como as características do espaço e serviços oferecidos. Uma tabela de valores diários foi inserida com preços variáveis de acordo com o número de doentes por quarto: quanto mais pessoas, mais barata a diária. O mais barato era a enfermaria para os escravos, enquanto o de maior valor era o quarto para um único doente. Na maternidade, dividiam-se as pacientes em 1ª classe, que eram livres, que pagavam o valor mais alto e os de 2ª classe que eram escravas, mais barato. Para ambos os tipos de pacientes o valor era referente aos sete dias de diárias incluindo o parto. Ainda que a casa de saúde contasse com médicos parteiros, dentre eles o próprio diretor e proprietário da casa, o dr. Marcolino Fragoso, deixavam como opção para a parturiente o atendimento com uma parteira que, nesse caso, deveria ser paga à parte, pois a mesma não seria uma funcionária da casa, mas estaria prestando um serviço de maneira autônoma. É interessante destacar que, apesar das informações contidas no anúncio, em 1863 a parteira Felicíssima Rosa Pereira Ferreira publica um comunicado no Diário do Rio de Janeiro no qual confirma o seu retorno à maternidade casa de saúde do dr. Fragoso, após regresso de viagem à Europa.

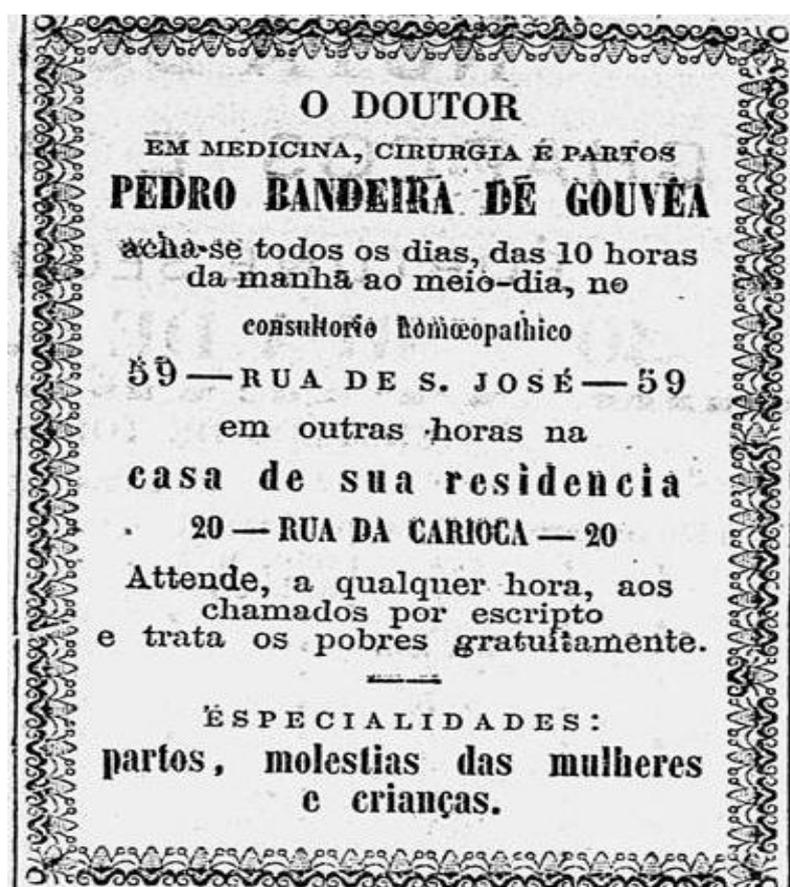
A Casa de Saúde São Sebastião era dirigida por dois médicos, os drs. Hilário de Gouvea e Felício dos Santos. Em anúncio de 1874, apresentou os seus serviços de medicina, cirurgia, partos e moléstia das mulheres, moléstias de olhos, de pele e mentais. Além disso, anunciou seus preços e um panorama das condições da casa, como boa higiene, aposentos vastos e bem arejados, banhos de asseio e medicinais, entre outras características. Também possuía aposentos especiais para alienados e deixava à disposição do paciente, médicos internos que residiam na casa, que podiam prestar auxílio sempre que necessário. Para o serviço de parto e moléstia das mulheres eram responsáveis o dr. Felício dos Santos e a Mme Gault.

Se compararmos os anúncios das maternidades criadas e dirigidas por parteiras com as maternidades das casas de saúde, podemos perceber que a diferença decorre da posição dada à parteira, sendo na casa de saúde, secundária ou inexistente, enquanto na maternidade possui lugar de destaque. Além disso, casas de saúde tiveram seu primeiro anúncio em periódico em 1863, enquanto as maternidades tiveram dez anos depois a sua primeira propaganda. Isso não significa que elas não atuassem antes desse período, mas que poderia haver restrições para a autorização do estabelecimento de maternidades por parteiras. Um indício dessa restrição são as multas impostas às parteiras acusadas de possuírem em sua residência uma casa de partos ou maternidade, o que as levou a ter que recorrer contra o pagamento de multa, como já foi mencionado acima no texto.

8. Homens no parto: médicos obstetras e parteiros

Verificou-se também, a partir da segunda metade do século XIX, um crescente número de homens anunciando serviços de obstetrícia, sendo eles médicos formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Alguns deles atuavam junto às parteiras, chegando a trabalhar num mesmo consultório. Em 1863, o dr. Pedro Bandeira Gouvêa apresentou-se como doutor em medicina, cirurgia e partos. Afirmou possuir um consultório homeopático onde atendia de 10 às 12h e nos outros horários recebia em sua residência. Disse que sua especialidade era em partos, moléstias das mulheres e crianças. Anunciou o atendimento gratuito às pessoas pobres.²¹³ Em publicação anterior no mesmo ano, o dr. Gouvêa apresentou-se como médico homeopata e parteiro e avisou mudança de endereço.²¹⁴

Figura 9: Anúncio do dr. Pedro Bandeira de Gouvea, parteiro, em 1863



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consulta: *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1863, edição 00011, p. 4.

²¹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1863, edição 00011, p. 4.

²¹⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de janeiro de 1863, edição 00004, p. 4.

O dr. Oliveira Araújo, apresentado no jornal *Diário do Rio de Janeiro* como dono de clínica obstétrica, afirmou em publicação de 1861 ter realizado parto prematuro forçado em mulher com eclâmpsia,²¹⁵ do qual participou também a parteira Carolina Meriel, que ajudou a operar a paciente. Apesar dos esforços de médico e parteira, a mulher faleceu.²¹⁶ O texto é apresentado no jornal na seção “noticiário”, que incluía comunicados variados a respeito de política, casos de polícia entre outros assuntos. Não se trata, portanto, de um anúncio, embora a notícia provavelmente tivesse algum papel na publicidade do médico e da sua clínica obstétrica. No mesmo ano, também na seção “noticiário” do jornal, apresenta uma publicação na qual afirma ter recebido o comunicado do dr. Oliveira Araújo a respeito de um parto complicado atendido em sua clínica. Ou seja, o próprio médico encaminhou para o jornal notícias a respeito dos atendimentos realizados por ele e por seus colegas e parteiras. A notícia é sobre uma parturiente de 24 anos, parda, chamada Constança. Descrita como moradora do Rio de Janeiro, constituição forte, temperamento sanguíneo, em sua terceira gestação. Chegando à clínica com muitas dores, afirmando ser uma “dor violenta”, tiveram que chamar a parteira Durocher, que se encarregou de avaliar o estado da mulher. A suspeita da parteira de uma rotura de útero foi confirmada pelo médico parteiro, cuja presença foi exigida por Durocher. A notícia sobre o estado da paciente e as medidas tomadas pela parteira e pelo médico é descrita com termos médicos e na primeira pessoa do singular, a partir do qual se constata ter sido escrito pelo próprio médico dr. Oliveira Araújo. Ao final da notícia o médico afirmou que o estado da paciente era grave, mas que havia salvação para a mesma.²¹⁷

No ano de 1862, uma notícia a respeito do caso de uma parturiente que tinha o que o médico referido chamou de “vício muito pronunciado do estreito superior da bacia”, tendo que realizar uma cefalotripsia, um procedimento cirúrgico.²¹⁸ Menciona-se a participação do dr. Francisco Bonifácio de Abreu e da parteira Vermot. Esse médico, Francisco, de acordo com notícia veiculada no jornal em 1846, na seção “notícias particulares”, embarcou para a França naquele ano a fim de “aperfeiçoar-se no estudo de operações, com especialidade nas de parto”.²¹⁹ O texto da notícia certamente foi enviado ao jornal pelo próprio dr. Oliveira

²¹⁵ No Dicionário de Medicina Popular, de Pedro Napoleão Chernoviz, a palavra “eclâmpsia” é remetida para o termo “Convulsões das parturientes”. É descrita da seguinte forma: “Mostram-se raramente no sexto mês de gravidez, as mais das vezes no oitavo e nono. Podem sobrevir também após o parto, mesmo sete e oito dias depois, mas quase sempre se observam durante o trabalho da parturição, ou imediatamente antes dele.” O texto descreve ainda, ao longo de duas páginas as possíveis causas, sintomas, sendo o principal a convulsão, e formas de tratamento. pp. 695-698.

²¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de abril de 1861, edição 00106, p. 4.

²¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de março de 1861, edição 00068, p.1.

²¹⁸ Não foram encontradas referências de como seria tal procedimento. Sabemos apenas que se tratava de um tipo de cirurgia, como afirmado no anúncio.

²¹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de fevereiro de 1846, edição 07127, p. 4.

Araújo com o objetivo de se despedir de seus amigos, como deixa claro na mensagem, além de divulgar ao público em geral sua futura especialização em parturição.

Francisco Lopes de Oliveira Araújo também foi citado em uma publicação de 1850, na qual um escritor anônimo, usando o pseudônimo de “O Justo”, escreveu uma crítica a uma publicação no *Jornal do Comércio*. Nesse jornal foi feita a afirmação de que havia apenas dois médicos notáveis na arte de partos, o dr. Azambuja e o dr. Barbosa de Almeida, pelo fato desses terem frequentado hospitais especiais em Paris. O escritor anônimo define como injusta essa publicação, na medida em que atuavam na área médicos como o dr. José Maurício, dr. Feijó, dr. Abreu, dr. Oliveira Araújo, entre outros.²²⁰ Apesar da publicidade em torno da carreira e atuação do médico Francisco Lopes de Oliveira Araújo, não foram localizados na pesquisa anúncios de sua clínica, apenas menção a ela, sem maiores detalhes como nome, localização, médicos que atuavam, parteiras outras informações como as encontradas nas propagandas das casas de saúde.

Nem sempre os parteiros atuavam sozinhos, em alguns casos as parteiras poderiam se associar com eles a fim de dividir clientela, algo menos frequente. Foi o que ocorreu com a parteira Durocher, que atuou em conjunto com o médico dr. Paula Menezes, como já mencionado.

9. As parteiras nos folhetins

As parteiras em textos literários aparecem no *Diário do Rio de Janeiro*, nos quais, em alguns deles, pode-se verificar críticas a essas mulheres. Esses textos são chamados de folhetins, e eram publicados nos jornais de forma parcial, sequencial, que poderiam seguir o gênero romance ou suspense. Na maioria deles, a parteira não tem nome, é quase sempre chamada de “curiosa” ou “matrona”, sendo uma personagem secundária, que aparece na história nos momentos específicos ligados ao ofício, ou seja, o parto.

No folhetim intitulado “A ponta da orelha”, de 1852, a parteira aparece como alcoviteira que se associa por dinheiro à personagem antagonista da história. A sua casa se torna cenário para as manipulações, apesar de muito receptiva e simpática, torna-se cúmplice das maldades com a mocinha. Ao final, a parteira se arrepende dos seus pecados, lamentando seus atos.²²¹

²²⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de dezembro de 1850, edição 08574, p. 2.

²²¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de fevereiro de 1852, edição 08908, p. 2, 7 de fevereiro de 1852, edição 08909, p. 1, 10 de fevereiro de 1852, edição 08911, p. 1, 8 de março de 1852, edição 08934, p. 2, 15 de março de 1852,

Em folhetim de 1870, “História para gente Alegre”, Quitéria do Amor Divino é chamada de melhor parteira da freguesia e, de acordo com um dos personagens, a menina doente que estava sob os seus cuidados estava em “boas mãos”. Ao mesmo tempo, em outro momento, a parteira é chamada de “velha e gorda”. A parteira não tem tanto destaque na história, por isso, aparece somente algumas vezes.²²²

No folhetim intitulado “As tragédias de Paris”, com o subtítulo “A parteira”, de 1875, a parteira *madame* Angot recebe pensionistas, oferece cuidados maternos, com discrição e preços moderados. Sua origem é desconhecida, mas sua residência ocupava todo o primeiro andar de um edifício, pagava seu aluguel pontualmente e possuía a consideração do seu senhorio. No andar superior havia quartos mobiliados que se alugavam por semanas, quinzena e por mês.²²³ Apesar dos detalhes em relação à personagem, a parteira é mais uma dos secundários, sem destaque no texto. Esse folhetim foi o mais longo encontrado, pois aparece em 17 edições seguidas.

Esses textos possibilitam uma visão a respeito das parteiras, uma vez que as representa com todos os seus estereótipos, ajudando a compreender como era a parteira no imaginário. Verifica-se que elas são componentes daquela sociedade, estando presentes nas mais diversas situações. Elas são, em geral, pessoas com as quais as mulheres poderiam contar em momentos delicados, na ajuda em um romance, na armação de situações, chamadas aí de alcoviteiras. São, portanto, discretas, sábias, amigas para as mulheres, por um lado, e por outro também podem ser desprezíveis e interesseiras na perspectiva dos romancistas. Nos próprios textos podemos perceber a diferença dada às parteiras populares, chamadas de matronas, com pouca ou nenhuma formação e a parteira “estrangeira”. Enquanto a primeira é apresentada como causadora de problemas, aquela que faz intrigas, a segunda, possui maior refinamento, mora numa casa grande e é muito discreta em relação ao que ocorre a sua volta.

edição 08940, p. 1, 19 de abril de 1852, edição 08966, p. 2, 28 de maio de 1852, edição 08999, p. 2, 4 de junho de 1852, edição 09004, p. 1, 17 de junho de 1852, edição 09014, p. 1, 21 de junho de 1852, edição 09016, p. 1, 5 de julho de 1852, edição 09026, p. 1, 14 de setembro de 1852, edição 09096, p. 2. Referente às edições do folhetim que fazem menção à parteira.

²²² *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de janeiro de 1870, edição 00029, p. 1, 9 de abril de 1870, edição 00098, p. 1.

²²³ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1875, edição 00259, p. 1, 27 de setembro de 1875, edição 00266, p. 1, 28 de setembro de 1875, edição 00267, p. 1, 30 de setembro de 1875, edição 00269, p. 1, 4 de outubro de 1875, edição 00273, p. 1, 5 de outubro de 1875, edição 00274, p. 1, 6 de outubro de 1875, edição 00275, p. 1, 8 de outubro de 1875, edição 00277, p. 1, 19 de outubro de 1875, edição 00288, p. 1, 20 de outubro de 1875, edição 00289, p. 1, 22 de outubro de 1875, edição 00291, p. 1, 25 de outubro de 1875, edição 00294, p. 1, 26 de outubro de 1875, edição 00295, p. 1, 27 de outubro de 1875, edição 00296, p. 1, 17 de dezembro de 1875, edição 00346, p. 1, 19 de fevereiro de 1876, edição 00048, p. 1, 18 de abril de 1876, edição 00102, p. 1, 3 de junho de 1876, edição 00148, p. 1, 5 de junho de 1875, edição 00150, p. 1. Referente às edições do folhetim que fazem menção à parteira.

10. As críticas às parteiras

Das críticas direcionadas à atuação das parteiras, podem-se verificar notícias veiculadas no *Diário do Rio de Janeiro*, não sendo encontradas em outros periódicos. Elas foram localizadas nas seções “notícias” e “correspondências” daquele periódico, podendo ser tanto positivas, como agradecimentos a parteiras, como também negativas, nas quais se denunciou ou se desqualificou a atuação de parteiras, muitas vezes anonimamente.

Entre as publicações que tinham o objetivo de depreciar o ofício de parteira, destacamos uma de 1851, publicada como um texto escrito por um anônimo, identificado apenas pelas iniciais E.Z.O, na seção “Comunicado”, que era uma espécie de carta destinada à Junta de Higiene Pública. No texto, o autor afirma que o órgão deveria tomar medidas de repressão ao que considera abusos. Ele afirmou que, havia muito tempo, mulheres conhecidas como comadres atuavam na arte obstetrícia, um ramo médico segundo ele. Elas o faziam devido a sua baixa condição financeira, muitas vezes agravada pela grande quantidade de filhos que dependiam delas, inclusive aquelas com mais de 40 anos de idade que continuavam a exercer o ofício. Ele afirmou que para constatar a presença delas, bastava caminhar pelas ruas para verificar as cruzes brancas nas portas, indicativo utilizado pelas parteiras para comunicar o ofício. O autor argumentou que as parturientes corriam perigo por serem atendidas por mulheres, segundo ele, ignorantes e que, além disso, prestavam socorro embriagadas, o que poderia ser fatal à vida das mulheres. Para ele, uma medida eficaz para evitar casos desastrosos, seria a Junta estipular um preço ao trabalho das parteiras, que não deveria exceder a quantia de quatro mil réis. Essa é, para ele, uma das causas da procura por matronas, sobretudo daqueles mais pobres. As parteiras, as diplomadas, exigiam quantias elevadas de 10 a 20 mil réis, preços proibitivos aos menos abastados e que o autor considerava abuso.²²⁴

Em 1858, o jornal publicou um texto de autoria desconhecida, no qual criticou não só a atuação das parteiras, como também aqueles que as procuravam. O autor afirmou, baseado no caso de um falecimento de parturiente e seu filho, que as parteiras não habilitadas deveriam ser severamente punidas por ocasionar acidentes devido a sua imperícia e ignorância. E que, mesmo com tantos médicos e parteiras habilitadas, ainda havia famílias que confiavam “nessa classe de mulheres conhecidas vulgarmente como comadres”. Para ele, por ser uma arte difícil, a obstetrícia deve ser praticada por parteiros e parteiras com

²²⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de abril de 1851, edição 08670, p. 2.

conhecimentos especiais, e que, além disso, sejam de “reconhecida honestidade e bastante conscienciosa”. Ele finaliza afirmando que cabe às famílias escolher com cautela os indivíduos que irão atender as parturientes, pois se acham “os mais graves interesses sociais” nesta fase da vida.²²⁵

Também foram encontradas acusações diretas a parteiras, como no caso da Rita de Souza, denunciada por charlatanismo. De acordo com o texto, publicado em 1864, a mulher “desprezando escandalosamente a lei, tinha no portal de sua porta, Rua de S. Pedro, pouco abaixo da junta de higiene, escrito o seguinte: *Rita de Souza, parteira.*” Em sua defesa, alegou-se que a parteira tinha um atestado do dr. Feijó e era protegida da parteira Durocher, que lhe enviava clientes. No entanto, o autor afirmou ser falsa tal afirmação e exigiu que o dr. Feijó e a parteira Durocher declarassem à polícia se havia ou não autorização deles e que, caso a parteira estivesse infringindo a lei, deveria ser multada tanto quanto a acusada, Rita de Souza. O autor, que assinou anonimamente como “um respeitador da lei” exigiu que a polícia atuasse no que ele identificou como charlatanismo.²²⁶

Há também mensagens enviadas ao jornal com o objetivo de agradecer às parteiras. A mestra parteira da Santa Casa de Misericórdia recebeu agradecimento em 1831, devido a sua atuação em um parto. A mulher, percebendo se tratar de um parto laborioso, precisou realizar uma operação, que salvou a vida da parturiente e também da criança, que precisou ser socorrida. Assim, J.H.Falkenbery escreveu que publicar no *Diário* foi o melhor meio de reconhecer e agradecer ao trabalho da professora de partos.²²⁷

No ano de 1875, Joaquim José de Andrade Basto, escreveu um texto em agradecimento aos médicos Feijó e Oliveira de Araújo por terem realizado com sucesso uma operação em sua esposa. Ele também reconhece o trabalho da parteira D. Maria afirmando ser “justo que se declare também a incansável parteira”, uma vez que ela “prestou todos os recursos que a ciência sugere”.²²⁸

Essas notícias possibilitam saber como as parteiras eram vistas ou reconhecidas pela sociedade. É comum a visão de que as parteiras foram desqualificadas a partir da segunda metade do século XIX, o que contribuiu para o desaparecimento, ou escassez, desse ofício nas grandes cidades e a sua substituição por médicos ginecologistas e obstetras e, posteriormente, por grandes maternidades a partir do século XX. De acordo com a historiografia, de maneira geral, os médicos desempenhavam esse papel de criticar as parteiras que não possuíam

²²⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 25 de março de 1858, edição 00081, p. 1.

²²⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de agosto de 1864, edição 00219, p. 3.

²²⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de novembro de 1831, edição 1100022, p. 3.

²²⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de junho de 1875, edição 00170, p. 3.

formação acadêmica, através das suas teses e, em relação às parteiras diplomadas, procuraram delimitar o seu espaço de atuação, garantindo o seu papel na prática da parturição.²²⁹

Observando as críticas, pode-se perceber que muitas delas tinham o intuito de desclassificar parteiras, porém, não todas, apenas as consideradas inaptas, matronas, curiosas, que seriam aquelas que não possuíam diploma ou outra certificação legal para atuar no ofício. Por esse tipo de crítica, pode-se constatar também que mesmo com a presença de um alto número de parteiras diplomadas ou com autorização para atuar, as parteiras tradicionais continuavam sendo procuradas pela população.

Neste capítulo, verificamos que os periódicos analisados em nosso trabalho, quais sejam *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanaque Laemmert*, *O Paquete do Rio*, *Correio Mercantil* e *O Despertador* oferecem um material rico que contribui para a análise de aspectos importantes relacionados às parteiras. Através dessas fontes, juntamente com documentação encontrada no *Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, foi possível responder a algumas questões propostas nesta pesquisa.

Desse modo, vemos que, aproximadamente, a partir da década de 1830 houve um aumento de diferentes tipos de parteiras no Brasil. Tanto a formação das mulheres na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, como a chegada de parteiras estrangeiras contribuíram para que o perfil delas se tornasse mais diversificado. Além disso, as parteiras ofereciam diferentes serviços e, alguns deles, foram se popularizando enquanto prática. No entanto, as parteiras práticas, também chamadas de tradicionais, cuja atuação tinha base no conhecimento empírico se mantiveram presentes, coexistindo com aquelas formadas e estrangeiras, detentoras de um saber acadêmico.

Cabe destacar ainda, a importância da experiência da parteira em seu ofício para a população, que se mostra a partir da declaração em anúncios do tempo de serviço exercido pela parteira. O fato de uma parteira sem diploma, na década de 1880, afirmar ser uma

²²⁹ SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*. *Op. Cit.*; MOTT, Maria Lucia de Barros. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Op. Cit.*, pp. 133-160; *Idem*. Assistência ao parto: Do domicílio ao hospital (1830-1960). *Op. Cit.*, pp. 197-219; *Idem*. “Parteiras: O outro lado da profissão”. *Op. Cit.*, p. 117-140. 2005; BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência*. *Op. Cit.*; *Idem*. História da Parturição no Brasil, século XIX. *Op. Cit.*, pp. 135-149; *Idem*. Um olhar brasileiro sobre o caso de Paris: o conflito parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, século XIX. *Op. Cit.*; BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Op. Cit.*, pp. 219-236; *Idem*. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. *Op. Cit.*; *Idem*. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. *Op. Cit.*; *Idem*. Corpo de mulher: a trajetória do desconhecido na Bahia do século XIX. *Op. Cit.*; pp. 127-156; *Idem*. *Nascer na Bahia do século XIX. Salvador (1832-1889)*. *Op. Cit.*; MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: Visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. *Op. Cit.*; PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX*. *Op. Cit.*; e PIMENTA, *O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. *Op. Cit.*

parteira prática e ressaltar seu tempo de experiência, demonstra que esse último fator tinha um peso muito grande para as clientes. Ademais, a parteira prática se designava como *Madame*, comprovando que essa forma de tratamento não era usada apenas para aquelas europeias formadas, mas algo que se tornou um costume.

Destaca-se também o surgimento de novos locais de atuação das parteiras, tais como consultórios de médicos, Casas de Saúde e Casas de Maternidade. A parteira poderia participar desses locais no caso e terem contato com médicos parteiros que as chamassem para trabalhar. Nesses espaços elas ficavam em posição subalterna, sempre atuando em casos menos graves. Ao contrário, a Casa de Maternidade era o espaço de autonomia da parteira, pois, na maioria delas, não havia médicos homens e elas poderiam atuar tanto sozinhas como em companhia de outras parteiras. Podemos observar com isso a relação de amizade e solidariedade existente entre elas. O que será abordado no capítulo a seguir, a partir do ponto de vista do endereço delas.

CAPÍTULO III

Geografia das parteiras, casas de saúde e maternidades

A diversidade da atuação das parteiras foi demonstrada no capítulo anterior a partir, sobretudo, dos periódicos pesquisados que fazem parte do *corpus* documental deste trabalho. Essas mesmas fontes indicam, além das atividades das parteiras já analisadas, os endereços em que elas moravam e atendiam. Esse aspecto se tornou de interesse para o trabalho, pois podem revelar interações, relações e trocas entre as parteiras. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é apresentar a localização espacial das parteiras, das casas de saúde e maternidades de parteiras no centro da cidade do Rio de Janeiro de forma a compreender os modos de atuação, convívio e circulação pela cidade, buscando relacionar com as diferentes atividades desenvolvidas por elas nos períodos de tempo correspondentes. A partir de plantas do século XIX, foram feitas marcações dos endereços nas quais se indicou onde essas parteiras moravam ou atuavam. Na análise, identificamos aspectos tais como a grande taxa de mobilidade dessas mulheres e o compartilhamento de residências entre algumas parteiras. É possível, ainda, comparar a localização das casas de saúde e as residências das parteiras, verificando-se, assim, quais regiões predominavam e como se dava a concorrência entre eles.

Para o delineamento desses mapas serão utilizados os anúncios de jornais que, em geral, traziam o endereço completo delas. A partir disso será possível compreender a movimentação das parteiras, a região em que atuavam, porque elas se mudavam frequentemente, a disputa por clientela entre as parteiras entre outras questões de interesse para o trabalho. Essas informações serão analisadas à luz da bibliografia já apresentada e trabalhos que debatam o tema da concorrência entre as parteiras e os locais de atuação delas, além daqueles relativos à história do Rio de Janeiro, das ruas e espaço urbano.

As fontes trabalhadas neste capítulo consistem em dois mapas da cidade do Rio de Janeiro, um de 1866 e outro datado de 1808-1812. O primeiro é o mapa publicado por Edward Gotto em *Plan of the city of Rio de Janeiro*, disponível no site da *Biblioteca Nacional Digital*,²³⁰ e digitalizado pelo Centro de Pesquisa em História Social da Cultura

²³⁰ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart326448/gallery/index.htm. Consultado em abril de 2016.

(CECULT),²³¹ da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Essa planta detalhada fornece informações importantes, pois as ruas estão divididas pelos números, onde se observa claramente os espaços ocupados pelos imóveis. A segunda planta é baseada na planta régia de 1808 a 1812, sendo sua escolha se dado pelo fato de apresentar o centro do Rio de Janeiro num panorama completo, sem cortes, tornando possível a comparação das localizações dos endereços. Ela foi utilizada, portanto, para fazer as marcações em cores dos endereços das parteiras.

É importante ressaltar que os endereços demarcados nas plantas são referentes ao centro do Rio de Janeiro. Uma pequena parcela que morava em freguesias mais distantes não foi incluída nessa marcação. No entanto, essas parteiras foram inseridas na análise mais geral e serão mencionadas ao longo do capítulo. Além disso, é possível que o local de residência e o de trabalho fossem distintos, ou seja, a parteira poderia morar em um endereço e atuar em outro, o que será analisado adiante.

A partir da investigação dos anúncios de parteiras encontrados foram verificados, dentre outras informações relacionadas a elas, o seu endereço, tanto residencial como profissional, no caso da parteira que trabalhava em outro local que não sua casa. É possível com isso rastrear as freguesias e ruas em que elas estavam localizadas e ainda há a possibilidade de verificar as relações existentes entre elas, em termos tanto de disputa de clientes como associações. As fontes primárias analisadas consistem em diversos periódicos nos quais se podem encontrar anúncios de parteiras ou artigos relacionados à sua prática. Tratam-se dos periódicos citados no capítulo anterior: *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanaque Laemmert*, *O Pacote do Rio*, *O Despertador* e o *Correio Mercantil*.

A seguir iremos analisar as relações que as parteiras estabeleciam entre si, com os médicos e com as casas de saúde, a questão da sua mobilidade e atuação na cidade. Isso a partir da perspectiva de seus endereços e localização. Primeiramente, destacamos Durocher por se tratar de uma das parteiras mais famosas e por ter conseguido, como veremos, realizar uma rede de contatos e atuar junto com outras. Em seguida, analisaremos as relações entre as parteiras a partir de suas formações e atividades desempenhadas. Assim, procuraremos avaliar como elas, de acordo com o serviço que ofereciam, relacionavam-se e se havia associações entre aquelas com a mesma formação ou titulação e as que atuavam nas mesmas atividades sem ser a de partejar. É, ainda, de interesse, compreender a relação entre as casas de

²³¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/mapasgotto/introgotto.html>. Consultado de março a abril de 2016.

maternidade e as casas de saúde, no que diz respeito à concorrência, como também a investigação da atuação dessas mulheres nesses estabelecimentos.

1. Parteira Durocher

Como foi dito, a parteira Durocher, além de ter reconhecimento na sociedade da época e ainda anos de experiência como parteira, mantinha uma rede de contatos com outras pessoas do ofício, que incluía tanto parteiras quanto médicos. Dessa forma, serão de interesse no trabalho atentar para a atuação desta mulher e estabelecer, a partir dos seus endereços, as conexões que mantinha na cidade.

A parteira, que era francesa de nascimento e naturalizada brasileira, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sobre esse ponto há um debate proposto por Medeiros, no qual o autor aponta não ter encontrado indícios de que a parteira fosse formada pela referida faculdade. Seu estudo, baseado no arquivo da Faculdade de Medicina promoveu um levantamento da entrada e saída de mulheres nos cursos de partos existentes no período de 1832 a 1900. Suas conclusões são de que a parteira não havia entrado, pois não foram localizados relatórios a respeito da mesma.²³² Apesar disso, em tese de doutorado, a historiadora Maria Lucia Mott, que discorreu a respeito da trajetória de Durocher de longos de anos como parteira, afirmou que a mesma se formou naquela instituição.²³³ O que pudemos verificar, a partir da análise dos periódicos é que a parteira Durocher se dizia formada pela Faculdade, chegando a mencionar nomes de médicos que teriam sido seus professores. Trabalharemos com essa possibilidade, uma vez que essas pessoas possuíam conexão com a Durocher, até mesmo atuando com ela. Dessa maneira, concordamos no que diz respeito à formação de Durocher na Faculdade de Medicina, levando em conta que as fontes relacionadas à entrada e saída de alunos não estão completas e, dessa forma, podem ter sido perdidas em algum momento ao longo do tempo em que estiveram guardadas.

Tanto a análise dos anúncios dos jornais como dos artigos escritos por Durocher, permitiram investigar as atividades desenvolvidas por ela e detalhes sobre a sua atuação, que foram expostos no capítulo anterior. Foi possível também localizar sua residência e outros locais de trabalho, elementos de interesse neste capítulo. Ao verificar os anúncios da parteira

²³² MEDEIROS, Helber R. F. de. *Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX. Op. Cit.* pp.246-247.

²³³ MOTT, Maria Lucia. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, Nov. 1999. pp. 133-160; SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

mais famosa no período de 1837 a 1889, constatou-se que ela apresentava uma alta taxa de mobilidade ao longo do tempo e ainda que apresentava relações próximas, de amizade, com outras parteiras, o que a levou durante alguns períodos a dividir residência e, possivelmente, a clientela com elas. Esse aspecto é bastante revelador para compreender de que maneira a parteira interagiu entre seus pares e como isso repercutia no seu trabalho e das suas companheiras.

O primeiro anúncio da parteira Durocher foi encontrado no *Diário do Rio de Janeiro* no ano de 1837, no qual ela afirmou morar na Travessa do Nuncio. Em seguida, o próximo endereço localizado da parteira, no ano de 1840, situava-se na Rua do Hospício, n. 8.²³⁴ Não foi possível saber com precisão por quanto tempo a parteira residiu nesse endereço, pois há um espaço de quatro anos em que não há publicações da parteira. No entanto, outro anúncio em 1844, mostra uma nova residência na Rua das Violas, n. 160, onde permaneceu de 1844 a 1846.²³⁵ Em seguida, no ano de 1847, partiu para a Rua do Sabão, n. 170, 1º andar, onde morou por 16 anos, segundo ela mesma afirmou em anúncio.²³⁶

A planta a seguir se refere a todas as residências de Mme Durocher, com marcações em círculos, no período mencionado. É importante destacar a possibilidade de que alguns desses pontos marcados como endereços fossem apenas locais de atuação e não o local de sua residência, uma vez que no mesmo ano apareceram endereços diferentes da parteira. Em anúncio de 1873 no *Diário do Rio de Janeiro*, Durocher afirmou atuar no consultório do dr Paula Menezes, situado no Largo do Capim, n. 50, onde prestava consultas das 10 horas ao meio dia.²³⁷ Outro documento, uma receita expedida pelo médico citado, que continha a referência a Durocher como sua colaboradora, confirma a atuação em conjunto de Durocher e Paula Menezes.²³⁸

Em 1861, Durocher anunciou a mudança da Rua do Sabão, n. 170, onde residiu por 16 anos, para a casa de outra parteira. Seu novo endereço passou a ser a casa da parteira

²³⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de julho de 1840, edição 00153, p. 4.

²³⁵ A Rua das Violas teve seu nome alterado para Rua Teófilo Otoni, porém a mudança não ocorreu durante o período em que Durocher residiu.

²³⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de fevereiro de 1861, edição 00039, p. 3, 10 de fevereiro de 1861, edição 00041, p.3, 14 de fevereiro de 1861, edição 00044, p. 4, 16 de fevereiro de 1861, edição 00046, p. 3, 17 de fevereiro de 1861, edição 00047, p.3, 18 de fevereiro de 1861, edição 00048, p. 3, 20 de fevereiro de 1861, edição 00050, p. 4, 22 de fevereiro de 1861, edição 00052, p. 3.

²³⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 28 de outubro de 1873, edição 00296, p. 4.

²³⁸ Receituário expedido pelo consultório do Dr Araújo Filho e da Parteira Durocher. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Documentos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Documento 47.1.47, “Parteiras – (1830-1878).”

Felicíssima Roza Pereira Ferreira, sua “comadre, amiga e colega”,²³⁹ como ela própria afirmou. Ela permaneceu neste local, ao que as fontes indicam, até 1864, quando se mudou novamente para a Rua do Sabão, dessa vez no número 113. De acordo com anúncios do *Almanaque Laemmert*, Felicíssima residiu no endereço Rua da Imperatriz, n. 41, entre 1861 e 1871, ou seja, momento em que dividiu casa com Durocher. Após esse período, Felicíssima se mudou para Conde de Bonfim, onde pode ter permanecido até seu falecimento, em 1872.²⁴⁰

Figura 10: Endereços da Parteira Durocher (1837-1889)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1878); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Pacote do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Interessante destacar que, em 1870, a parteira Isabel de Moraes Silva anunciou no *Diário do Rio de Janeiro* seus serviços para esse mesmo endereço, afirmando que “presta-se a qualquer hora para os mistérios de sua profissão: chamados por escrito, na casa de sua

²³⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 8 de fevereiro de 1861, edição 00039, p. 3, 10 de fevereiro de 1861, edição 00041, p.3, 14 de fevereiro de 1861, edição 00044, p. 4, 16 de fevereiro de 1861, edição 00046, p. 3, 17 de fevereiro de 1861, edição 00047, p.3, 18 de fevereiro de 1861, edição 00048, p. 3, 20 de fevereiro de 1861, edição 00050, p. 4, 22 de fevereiro de 1861, edição 00052, p. 3.

²⁴⁰ Informativo sobre enterro da parteira Felicíssima, realizado no Cemitério São Francisco Xavier, saindo o enterro da Rua Imperatriz, n. 41, no dia 19 de setembro, às 10 horas da manhã. Cita alguns nomes de amigos e familiares: Firmino Passos Pereira Ferreira, Juvêncio Pereira Ferreira, D. Luiza Pereira Ferreira e seus filhos, D. Felisberta Faustina Torres, João José Torres, José Martins Torres e a Parteira Durocher. *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de setembro de 1872, edição 00255, p. 4.

residência, à Rua da Imperatriz, n. 41, sobrado, onde residiu a parteira Felicíssima Ferreira e a quem substituiu a anunciante”. Das atividades desenvolvidas, além do parto, Isabel oferecia quartos para pensionistas.²⁴¹ Destaca-se também nessa rede de relações, a parteira Tygna, que apresentou seus serviços ao público pela primeira vez em 1863, em conjunto com Durocher, anunciando endereço Rua Sabão, n. 170, 2º andar, o mesmo no qual morou a famosa parteira por 16 anos. Dessa forma, pode-se verificar uma rede de relações e contatos entre as parteiras, na qual possui destaque a parteira Durocher, uma das que mais anunciou serviços em periódico, além de ter publicizado serviços de suas colegas.

2. Parteiras examinadas

Como mencionado nos capítulos anteriores, as parteiras examinadas eram aquelas que possuíam um conhecimento empírico da arte de partejar e que, com a fiscalização, resolveram buscar um documento que legitimasse sua prática. Entendem-se como examinadas, portanto, aquelas que obtiveram licença para a prática do ofício com a Fisicatura-mor entre os anos 1808 e 1828. Nos periódicos, elas anunciavam seu serviço como “examinadas”, em geral sem detalhes quanto a sua titulação. Assim, não consideramos como examinadas as parteiras formadas no exterior, apesar delas realizarem exames na Faculdade de Medicina, a partir de 1832, para serem autorizadas a trabalhar. Isso porque as parteiras formadas não se identificavam nos anúncios utilizando o termo “examinada”, optando por “aprovada” ou “aprovada pela Faculdade de Medicina”. Dessa forma, a categoria de parteira examinada diz respeito apenas às parteiras licenciadas, sem diploma de Faculdade.

Para investigar as parteiras examinadas e seus endereços, recorreu-se em primeiro lugar às listagens feitas em levantamento inicial a partir da documentação da Fisicatura-mor, além dos anúncios nos periódicos. Na análise dos periódicos *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanaque Laemmert* e *Correio Mercantil*,²⁴² entre os anos 1822 e 1889, foram encontradas parteiras examinadas até o ano de 1869. Pelo menos oito delas foram localizadas: Clementina Roza do Rego, Joana Barbora, Francisca dos Santos Pereira, Izabel Maria do Rosário Santa Anna, Anna Joaquina, Joaquina Batista, Joana Baptista e Gertrudes Maria. No que se refere ao recorte temporal para essa categoria, buscou-se ir além do período trabalhado, pois procuramos comparar com documentos anteriormente pesquisados referentes à Fisicatura-

²⁴¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de abril de 1870, edição 00112, p. 4.

²⁴² No conjunto dos periódicos analisados, composto por *Almanaque Laemmert*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, *O Paquete do Rio* e *O Despertador*, foram localizados anúncios de parteiras examinadas apenas nos três primeiros, citados também no texto.

mor. Assim, em vez de começar em 1832, o ano inicial foi o de 1822, quando apareceu a primeira parteira examinada anunciando em periódico.

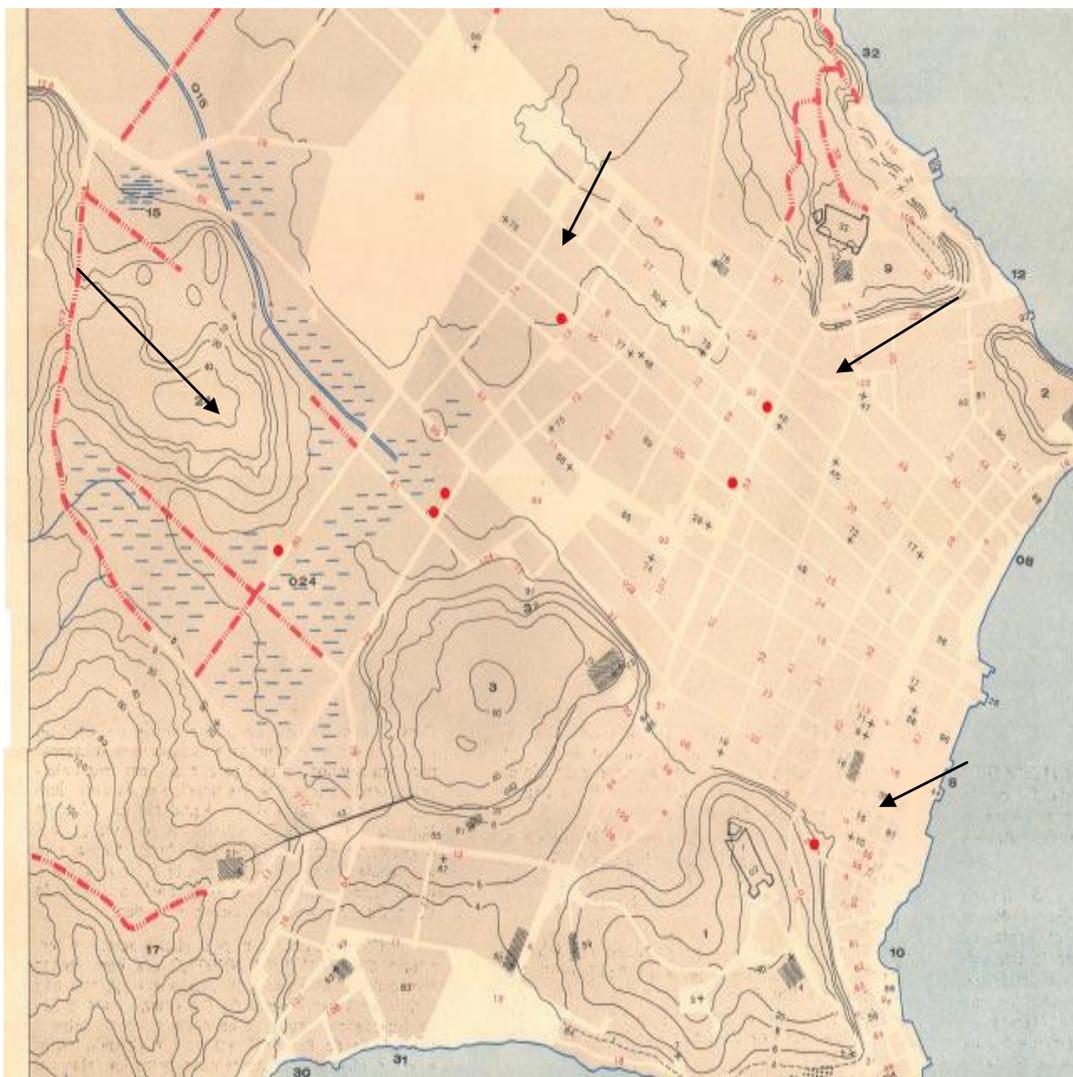
Para a localização do endereço das examinadas na planta, foram feitos quatro plantas com a periodização de 10 anos em cada um. Assim sendo, apresentamos o período 1822 a 1832, de 1832 a 1842, de 1842 a 1852 e, por fim, de 1852 a 1869. Este último se alonga devido ao fato de não haver grande número de anúncios, além de ter sido constatado um intervalo de tempo em que não houve anúncios de examinadas, entre 1854 e 1868.

No que concerne a esse período, de 1822 a 1832, algumas considerações devem ser feitas. Antes de tudo, é preciso ressaltar que alguns dos endereços não foram localizados, ou porque não havia a informação completa, como o anúncio de Clementina Rosa, cuja referência era apenas “defronte do Guarda da Polícia, numas casas que tem na porta uma cruz branca”²⁴³ ou porque as mudanças de nomes de rua e números dos imóveis ao longo do século XIX dificultou a localização deles, como ocorreu com a informação a respeito de Joaquina Batista, residente a Rua do Conde, n. 68,²⁴⁴ sendo esse número inexistente na planta disponível para consulta, não tornando possível, portanto, localizar o mesmo.

²⁴³ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de novembro de 1822, edição 1100014, p. 68.

²⁴⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de abril de 1822, edição 04000009, p. 34.

Figura 11: Endereços das parteiras examinadas (1822-1832)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1832); *O Correio Mercantil* (1832).

Outro ponto a ser destacado é que Jerônima Clara não fez anúncio de seus serviços. O acesso ao seu endereço foi devido a uma cobrança de dívida. Em 1828, em anônimo, noticiou-se que ela “exercita a arte de parteira” e “pedem que a mesma apresente novo endereço, uma vez que se mudou ocultamente” e que “devia aluguéis da casa que morava”. Assim, a Rua Senhor dos Passos, n. 129, foi de onde ela saiu, não sendo possível localizar o seu paradeiro em períodos posteriores. A parteira não fez qualquer anúncio nos periódicos selecionados neste estudo. Sobre sua formação ou autorização, não ficou claro se é examinada ou diplomada.

A parteira examinada Isabel do Rosário Santa Anna fez duas publicações no *Diário do Rio de Janeiro* em 1824. Na primeira, ofereceu seus serviços de parteira, dizendo-se apenas examinada. No segundo, a mesma não anunciou o trabalho, mas a venda “para fora da terra ou

para a roça uma preta de nação Quissaman, que sabe lavar, cozinhar bem e todo o serviço de uma casa”.²⁴⁵ De acordo com documentos da Fisicatura-mor que contém as cartas e licenças de parteiras, Isabel obteve sua carta em 1824 e era preta forra. Posteriormente, ela anunciou apenas mais uma vez, em 1827, em novo endereço, a Primeira Travessa de São Joaquim, n. 20, apenas informando ser aprovada e que mudou de endereço.²⁴⁶

A parteira Anna Joaquina, em 1830, diz-se parteira examinada com longos anos de ofício, “tendo por ele merecido a preferência dos seus fregueses”, anunciando seu endereço. Outros dois anúncios no mesmo ano, indicam mudança de residência, na mesma Rua do Lavradio, porém, em números diferentes. Após um intervalo de quatro anos sem anunciar, a parteira aparece em 1834 anunciando três mudanças de residência sucessivas. Após esse ano, não foram mais encontrados registros dela em periódicos.

Outra parteira que apresentou muitas mudanças de endereços em curto intervalo de tempo foi Francisca dos Santos Pereira, cujos anúncios foram encontrados em 1832.²⁴⁷ A mesma residiu na Rua Detrás do Hospício, Beco do Cotovello e na Rua do Piolho. Cabe mencionar que são logradouros com relativa distância um dos outros. Apesar da parteira não ter sido localizada nas documentações da Fisicatura-mor, a mesma afirmou ter sido examinada em um dos anúncios.

Em outro bloco de anúncios, no período de 1832 a 1842, puderam-se elaborar as demarcações da planta que vem a seguir. Das parteiras dessa seleção, apresentam-se as já citadas Francisca Pereira e Anna Joaquina e mais cinco que não anunciaram no período anterior: Gertrudes Maria, Anna Luiza, Joanna Barbora, Barbora Joaquina²⁴⁸ e Clementina Rosa.

A parteira Gertrudes Maria se mudou pelo menos quatro vezes entre 1833 e 1835. Nos registros das examinadas consta que a parteira conseguiu sua licença para exercer o ofício em 1820, no entanto, seu primeiro anúncio localizado nessa pesquisa foi no ano de 1833. Um aspecto interessante é que a parteira, num anúncio daquele ano, no *Diário do Rio de Janeiro*,

²⁴⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de junho de 1824, edição 0600013, p. 50.

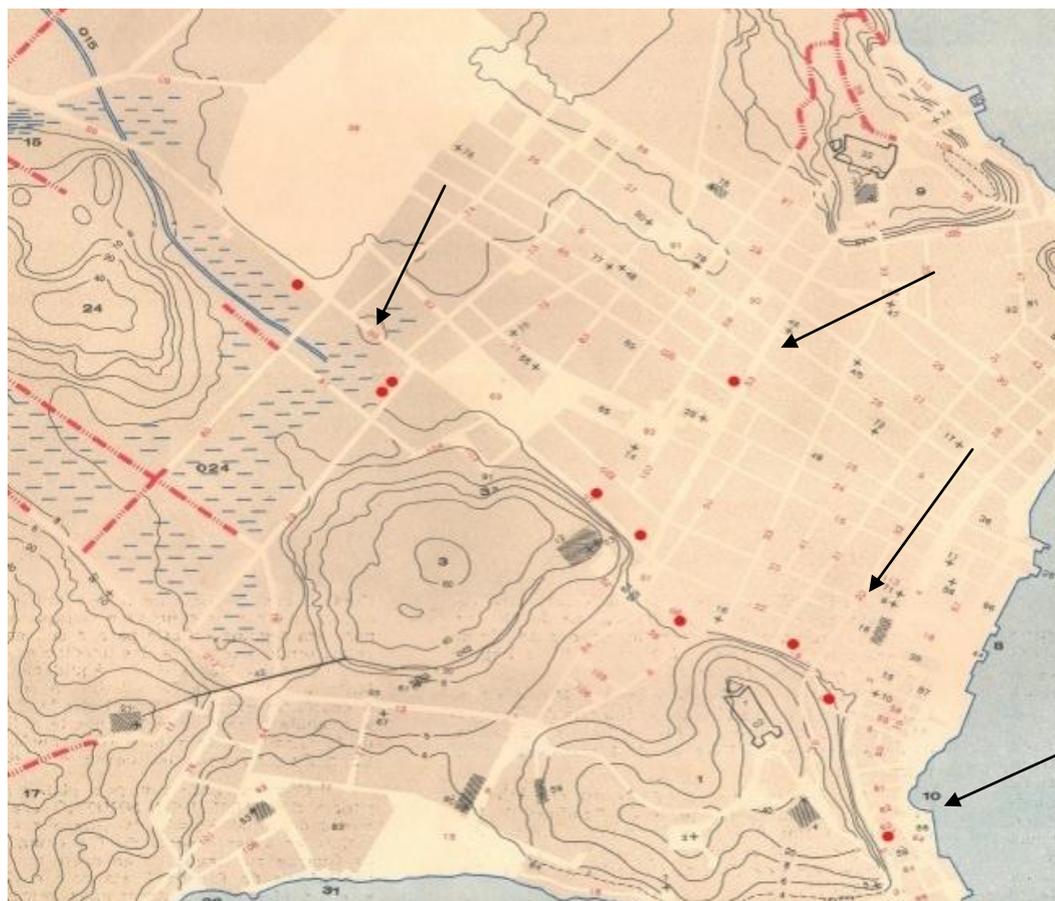
²⁴⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de agosto de 1827, edição 0800003, p.11.

²⁴⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 21 de março de 1832, edição 0300017, p.56, 19 de maio de 1832, edição 0500017, p. 55, 25 de setembro de 1832, edição 0900019, p. 53.

²⁴⁸ As parteiras apresentam o nome “Barbora” na maioria dos anúncios, o que parece não ser um erro de digitação, mas o próprio nome delas. Joanna “Barbora”, em *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de janeiro de 1840, edição 00023, p. 4. No entanto, no *Almanaque Laemmert* seu nome aparece como “Barbara”, deixando em dúvida qual a grafia correta, 1844, p. 213, 1845, p. 226, 1847, p. 290/291, 1848, p. 333, 1849, p. 268, 1850, p. 298, 1851, p. 302, 1852, p. 364/ suplemento 187, 1853, p. 374, 1854, p. 374/375. “Barbora” Joaquina, *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1842, edição 00039, p. 4 e 15 de julho, edição 00151, p. 4.

afirma atender em sua residência à noite e de dia em sua antiga casa.²⁴⁹ O endereço da residência era à Rua do Piolho, n. 58, e o anterior situado ao Largo do Paço. No mesmo ano 1833, a parteira comunica mudança da Rua do Paço para a Rua da Misericórdia, retornando para o Paço em 1835.²⁵⁰

Figura 12: Endereços de examinadas (1832 a 1842)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1832-1842); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836).

As parteiras Anna Luiza e Barbora Joaquina anunciam respectivamente uma e duas vezes, a primeira em 1840 no *Diário do Rio de Janeiro*²⁵¹ e a segunda em 1842 no mesmo jornal.²⁵² As duas comunicaram mudanças de endereço, sem maiores detalhes sobre a formação, prática ou serviços. Opostamente, as parteiras Joanna Barbora e a Clementina Rosa, foram aquelas examinadas que mais anunciaram nos periódicos. Joanna anunciou pela

²⁴⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de julho de 1833, edição 0700025, p. 50. 20 de dezembro de 1833, edição 1200012, sem página. 24 de fevereiro de 1835, edição 0200019, sem página. 1º de setembro de 1835, edição 0900001, sem página.

²⁵⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de fevereiro de 1835, edição 0200019, sem página. E 1º de setembro de 1835, edição 0900001, sem página.

²⁵¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 22 de janeiro de 1840, edição 00016, p. 4.

²⁵² *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de fevereiro de 1842, edição 00039, p. 4 e 15 de julho, edição 00151, p. 4.

primeira e única vez no *Diário do Rio de Janeiro*,²⁵³ no qual afirmou ser portuguesa examinada, e diversas vezes no *Almanaque Laemmert*, constando apenas seu endereço.²⁵⁴ Clementina Rosa do Rego, também portuguesa, anunciou pela primeira vez em 1822 no *Diário do Rio de Janeiro*, e depois em 1824.²⁵⁵ Após esse período, suas propagandas reapareceram no mesmo jornal somente em 1842. Mudou-se diversas vezes entre 1842 e 1845, mas entre 1845 e 1850 permaneceu no mesmo endereço, deslocando-se novamente em 1851, onde se estabeleceu até 1853.²⁵⁶ Em seus últimos anúncios no *Almanaque*, em 1868 e 1869,²⁵⁷ a parteira passou a residir à Rua de São Luiz Gonzaga, localizado fora dos limites do Centro da cidade do Rio de Janeiro, e, portanto, não foi demarcado na planta. Esses deslocamentos e localizações foram inseridos nas plantas a seguir:

Figura 13: Endereços de examinadas (1842-1852)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1842-1852) e *Almanaque Laemmert* (1844-1852).

²⁵³ *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de janeiro de 1840, edição 00023, p. 4.

²⁵⁴ Entre 1847 e 1854, foram contabilizados 10 anúncios. Mudando-se apenas uma vez em todo o período.

²⁵⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de novembro de 1822, edição 1100014, p. 68. E 15 de outubro de 1824, edição 1000013, p. 51.

²⁵⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de agosto de 1842, edição 00188, p. 4. E 7 de setembro de 1842 edição 00197, p. 4. *Almanaque Laemmert*, 1844, p. 213; 1845, p. 226; 1847, p. 290/291; 1848, p. 333; 1849, p. 268; 1850, p. 298; 1851, p. 302; 1852, p. 364/ suplemento 187; 1853, p. 374. *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de fevereiro de 1850 edição 08337, p. 4. E 13 de julho de 1850, edição 08445, p. 4.

²⁵⁷ *Almanaque Laemmert* 1868, p. 472, e 1869, p. 495.

Figura 14: Endereços de 1852 a 1869, ano do último anúncio de parteira examinada encontrado nos periódicos pesquisados



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1852-1869) e *Almanaque Laemmert* (1852-1869).

3. Parteiras formadas

Consideramos pertencentes a esta categoria as parteiras que afirmaram expressamente nos periódicos terem sido formadas em Faculdade de Medicina ou Maternidade no exterior. Além disso, levamos em conta a documentação da Câmara Municipal, presente no AGCRJ, na qual algumas parteiras mencionaram a sua diplomação no ofício de parteira. Assim, em nosso trabalho, as parteiras formadas eram aquelas que possuíam diploma na arte de partejar fornecida por uma instituição de ensino.

Em relação ao número de anúncios dessas parteiras, verificamos que é muito grande se comparado ao de examinadas.²⁵⁸ Elas anunciaram em grande medida no *Diário do Rio de Janeiro* e no *Almanaque Laemmert* e em menor escala em outros periódicos de menor

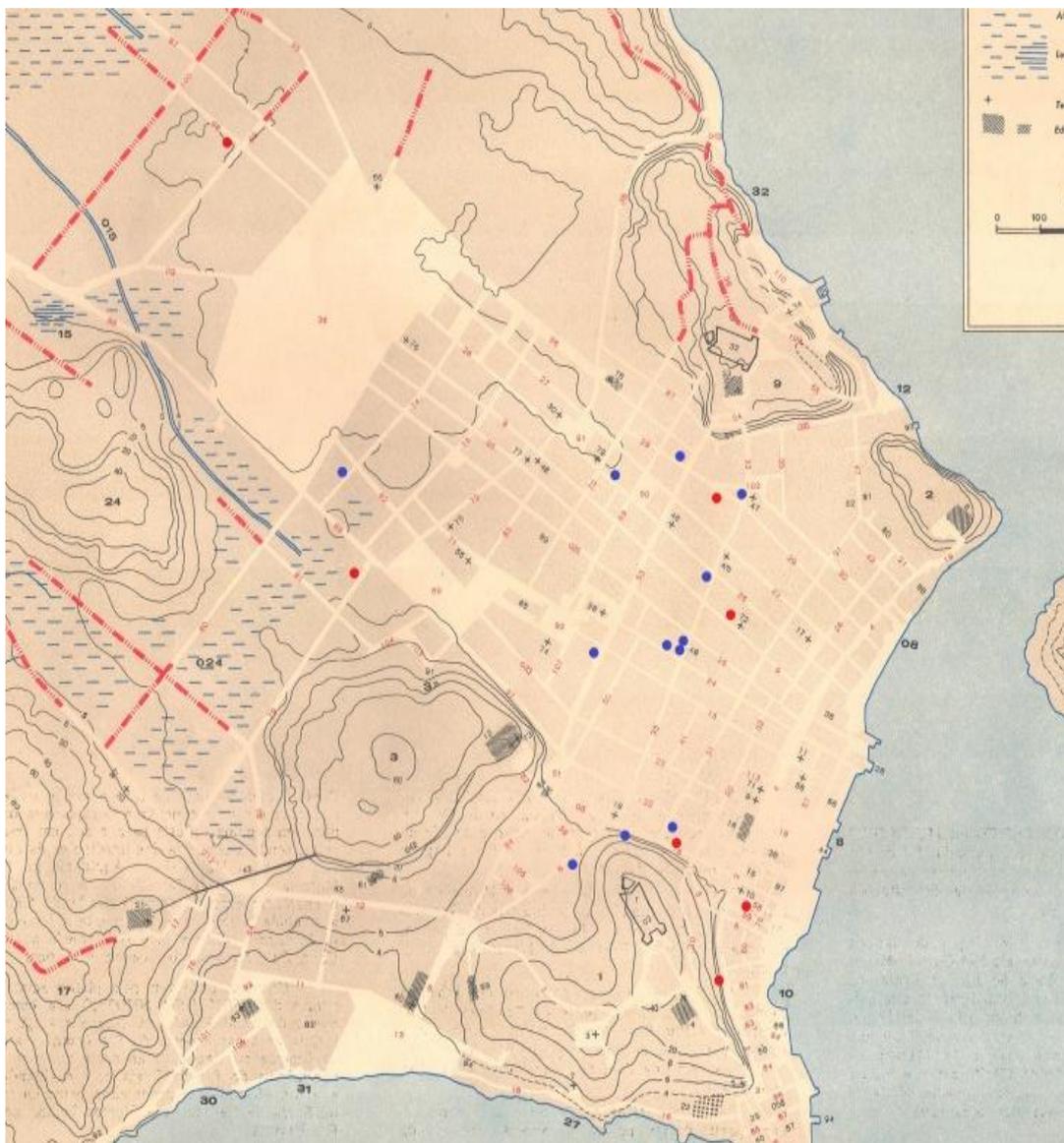
²⁵⁸ Das 93 parteiras encontradas na pesquisa, 11 eram examinadas e realizaram um total de 53 anúncios. As 31 que eram formadas publicaram 295 vezes. Não foi possível determinar a instrução ou titulação das outras 51 parteiras, quanto ao número de anúncios, somaram-se 709.

circulação, no período de 1837 a 1889. De maneira geral, as parteiras formadas eram estrangeiras, sobretudo provenientes da França, com poucas exceções de parteiras brasileiras ou formadas no Brasil. Outro dado de interesse é que as parteiras formadas costumavam usar o pronome de tratamento *madame*²⁵⁹ em sua identificação, ainda que não fossem francesas.

A proposta nesta subseção não será tanto o de se deter em cada parteira, embora algumas sejam apresentadas mais cuidadosamente, mas de levantar algumas questões e, ainda, de comparar os dados dos endereços das parteiras examinadas e formadas com o objetivo de verificar as relações e conexões existentes. Sendo assim, foram demarcados nas plantas os endereços das parteiras dessas duas categorias nos seguintes períodos: de 1837 a 1847, de 1848 a 1858 e por fim, de 1859 a 1869. O período inicial desse recorte se deu por se tratar do ano em que se localizou o primeiro anúncio de parteira diplomada nos periódicos e ano final, 1869, refere-se ao último ano em que aparecem as examinadas e, portanto, sem possibilidade de comparações. Cabe ressaltar que as parteiras formadas continuaram atuando até o período final do recorte da pesquisa, ou seja, até o ano de 1889. Para cumprir o objetivo da seção, que é o de realizar uma análise comparativa as categorias de parteiras examinadas e formadas, o período de 1869 a 1889 não foi incluído.

²⁵⁹ Do Francês, senhora.

Figura 15: Endereços de formadas de 1837 a 1847



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1837-1847); *O Despertador* (1839-1840) e *Almanaque Laemmert* (1844-1847).

Os pontos demarcados em azul simbolizam as residências das formadas e em vermelho das examinadas. Nesse mapa, com recorte temporal de 1837 a 1847, podem-se apontar algumas questões. Primeiramente, entre as parteiras formadas havia maior número de anúncios em comparação com as examinadas, logo, mais endereços levantados e destacados. Outro ponto é que as formadas, em geral, anunciavam não apenas uma vez, mas diversas vezes, inclusive no mesmo ano, quando se refere a periódico diário, como era o *Diário do Rio de Janeiro*. Dessa forma, os pontos não demarcam o número de parteiras, mas os endereços em que elas atuaram dentro dos limites temporais estabelecidos. Ou seja, a mesma parteira pode ter tido seu endereço sinalizado na planta mais de uma vez, pois era comum que se

mudassem em um período curto de tempo. A *Mme* Verônica Pascal, por exemplo, anunciou 11 vezes em um período de 3 anos, enquanto as examinadas anunciaram uma ou duas vezes no ano.

Outro fator a ser destacado é que as parteiras formadas, com frequência, se mudavam para o endereço que antes era habitado por outra parteira formada, o que não foi identificado entre parteiras examinadas, ou seja, entre essas não houve mudanças para endereços semelhantes. Assim, a casa situada à Rua da Ajuda, n. 55 pertenceu à *Mme* Pascal, entre 1840 e 1848,²⁶⁰ e a partir de 1849 passou a residir ali a parteira *Mme* Pourtois até 1857.²⁶¹ Na Rua do Rosário, n. 98, Clementina Somjeam ofereceu serviço de pensão em 1844, no ano seguinte anuncia outro endereço, ainda com o mesmo serviço.²⁶² Em 1853, foi a parteira Felícia Hautefeuille, formada na escola de medicina de Paris, que anunciou serviço de consultas e também afirmou receber pensionistas no mesmo endereço em que antes residiu Somjeam.²⁶³ Além dessas tiveram as já citadas parteira Durocher, Tygna e Isabel de Moraes que moraram em endereços que antes eram de outras parteiras. Todas as parteiras citadas que moraram nas mesmas casas, portanto, eram formadas.

Uma diferença significativa entre as duas categorias é que não foram detectadas quaisquer trocas entre as licenciadas, fossem de clientela ou endereço, ao contrário do que pode ser verificado em relação às formadas. Essas últimas fizeram referência uma à outra como forma de colaboração, o que não foi detectado no caso de parteiras licenciadas através do cruzamento entre as fontes consultadas. Também não foram encontrados indícios de relações entre as formadas e as licenciadas, ainda que morassem perto uma das outras no mesmo período. As residências também não foram as mesmas, ou seja, não houve indício de que uma parteira licenciada tenha morado em casa que antes fosse de parteira formada e nem o oposto.

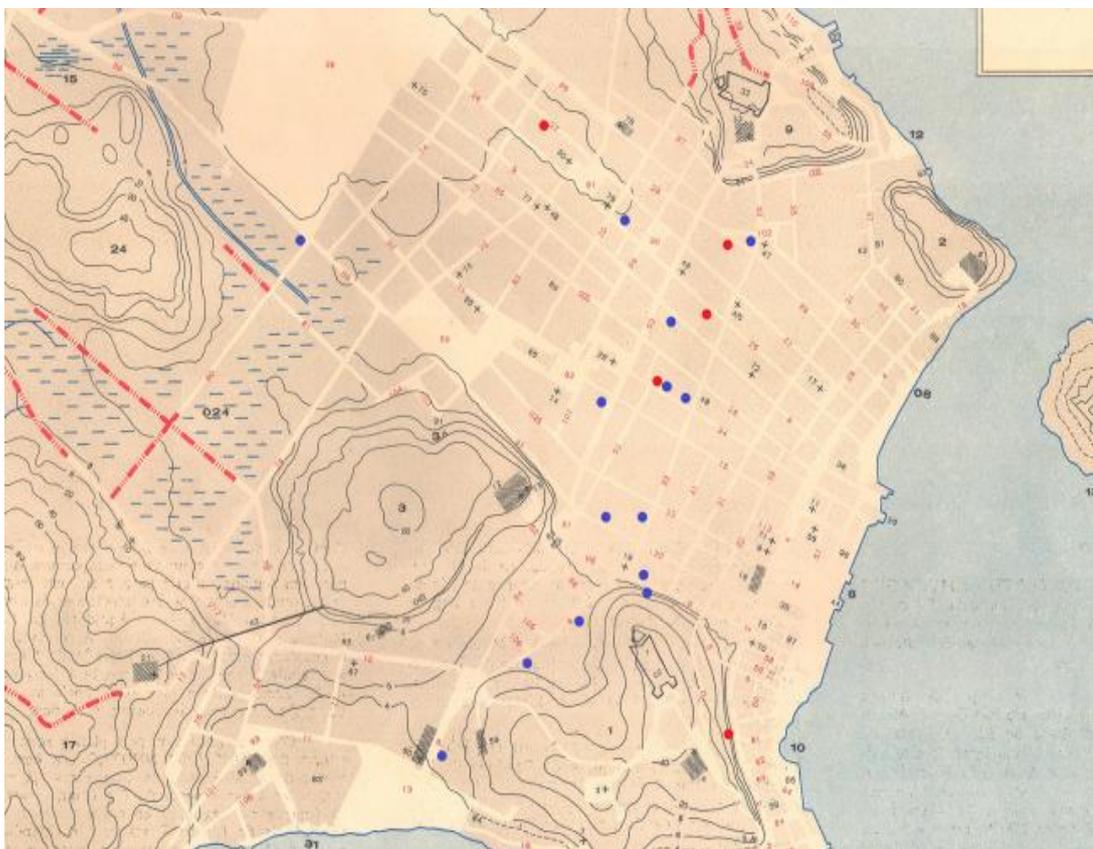
²⁶⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 6 de junho de 1840, edição 00128, p. 4; 13 de julho de 1840 edição 00153, p. 4; 23 de setembro de 1840, edição 00212, p. 4; 30 de abril de 1841, edição 00095, p. 4; 25 de maio de 1841, edição 00115, p. 4; 26 de julho de 1841, edição 00163, p. 4; 5 de outubro de 1841, edição 00223, p. 4; 19 de outubro de 1841, edição 00235, p.4; 26 de novembro de 1841, edição 00267, p. 4; 26 de março de 1842, edição 00067, p.4; 15 de julho de 1842, edição 00153, p. 4; 7 de março de 1845, edição 06860, p. 4; 27 de março de 1845, edição 06873, p. 4; 21 de abril de 1845, edição 06894, p.8;17 de maio de 1845, edição 06915, p.4; 25 de agosto de 1845 edição 06994, p. 4; 15 de setembro de 1845, edição 07011, p. 4; 4 de setembro de 1846, edição 07297, p. 4. E *Almanaque Laemmert*, 1847, p. 290/291 e 1848, p. 333.

²⁶¹ *Almanaque Laemmert* 1849, p. 268; 1850, p. 298, 1851, p. 302, 1852, p. 364/suplemento 187, 1854, p. 374/373, 1855, p. 412/413, 1856, p. 440, 1857, p. 473.

²⁶² *Almanaque Laemmert*, 1844, p. 213, 1845, p. 226, 1847 e p. 290/291.

²⁶³ *Almanaque Laemmert*, 1853, p. 374, 1854, p. 374/375 e 1856, p. 440.

Figura 16: Endereços de formadas e licenciadas de 1848 a 1858



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1848-1858) e *Almanaque Laemmert* (1848-1858).

Observando a planta relativa ao período de 1848 a 1858 com as marcações, pode-se verificar que há uma diminuição de parteiras examinadas em comparação com o anterior. Além disso, com exceção de uma ou duas examinadas, a maior parte morava em regiões mais periféricas do centro, sendo em muitos casos, endereços como travessas, becos ou ruas pequenas. As formadas aparecem em grande número habitando vias importantes, mais próximas à Rua do Ouvidor e ao largo da Carioca. Elas também moravam próximas umas das outras, como as parteiras *Mme Pourtois* e *Maria del Carme Pavia Brioso*, que moraram na Rua da Ajuda, n. 55 e n. 89 no mesmo período.²⁶⁴

Entre as examinadas, nota-se que se localizam mais afastadas umas das outras, sobretudo no período de 1837 a 1847. Essas parteiras moradoras da região mais central na planta de 1848 a 1858 são as examinadas *Joanna Barbora* e *Clementina Rosa*, aquelas que

²⁶⁴ *Madame Brioso* residiu na Rua da Ajuda, n. 89, *Almanaque Laemmert*, 1857, p. 473. E *Madame Pourtois* estabeleceu-se na Rua da Ajuda, n. 55, *Almanaque Laemmert*, 1857, p. 473.

mais publicaram anúncios e as únicas dessa categoria a anunciar no *Almanaque Laemmert*. Nesse período, elas começam residindo em regiões mais afastadas indo, ao longo do tempo, em direção a regiões mais centrais. Em 1848, Joanna mudou-se para a Rua de São Pedro, próximo à Praça da República, chamada de Praça da Aclamação no período,²⁶⁵ e no ano seguinte, passou a morar na Rua do Rosário,²⁶⁶ a mesma em que morou *Mme* Felicia Hautefeuille, parteira formada. Assim como Joanna, Clementina Rosa também apresentou esse movimento em direção ao centro, ao sair da Rua das Violas, na planta, superior direito próximo ao morro, onde ficou de 1844 a 1850, residindo nesse intervalo por um ano na Rua da Alfândega, para a Rua do Sabão.²⁶⁷

Figura 17: Endereços de formadas e examinadas entre 1859 e 1869



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1859-1869) e *Almanaque Laemmert* (1859-1869).

²⁶⁵ Praça da República conhecida popularmente por Campo de Santana, na região da Central.

²⁶⁶ *Almanaque Laemmert*, 1848, p. 333.

²⁶⁷ *Almanaque Laemmert*, 1849, p. 268, 1850, p. 298, 1851, p. 302, 1852, p. 364/ suplemento 187, 1853, p. 374, 1854, p. 374/375.

Na planta referente ao último período selecionado, de 1859 a 1869, pode-se constatar, primeiramente, a ausência de parteiras examinadas. Isso porque, apesar dos últimos anúncios encontrados dessa categoria terem sido nos anos de 1868 e 1869,²⁶⁸ referentes à parteira Clementina Rosa, o endereço, no bairro de São Cristóvão, está fora dos limites da planta utilizada nesse trabalho. Antes disso, entre os anos 1854 e 1868 não foram localizados anúncios das parteiras examinadas. Assim, elas não puderam ser incluídas nessa última planta.

Além dessas parteiras e, ainda dentro da análise em conjunto com as parteiras formadas, encontra-se parteira sem diplomas. A *Mme* Anna Candida de Oliveira Godoy anunciou em 1882 e 1886 que “não é parteira de 1ª classe, nem possui diploma, porém tem 24 anos de prática em cuidar de suas amigas e comadres, sem exigir pagamento”.²⁶⁹ Cabe ressaltar que a própria parteira negou ser diplomada. Algumas questões devem ser destacadas como a longa prática que ela afirmou possuir, inclusive com mais de 20 anos. Apesar disso, não foram encontrados mais do que os 5 anúncios dela no período pesquisado. Dessa forma, podemos concluir que há a possibilidade de a mesma ser conhecida na comunidade não necessitando publicidade. Assim como não foram localizadas referências em outros documentos, como por exemplo, na Câmara Municipal, em relação à sua atividade. De qualquer modo, é interessante o fato de uma parteira destituída de título oficial ter atuado por tantos anos e, ainda, deixado isso público através de um periódico de grande circulação. Podemos constatar também que para a população usuária desses serviços a experiência da parteira continuava a ter um peso muito grande, não necessitando de diplomas ou certificações conferidas por autoridades responsáveis ou médicos. Isto significa que, já no final do século XIX, parteiras experientes, amigas, chamadas comadres, eram queridas e procuradas pelas mulheres tanto quanto parteiras diplomadas.

Outro ponto é o fato de ela se intitular *madame*, o que em geral, poderia ser uma referência à formação e à nacionalidade. Dessa forma, o termo pode indicar nesse caso um *status* ou uma forma de tratamento usual. É interessante notar que a parteira Durocher, a despeito do seu destaque, formação e nacionalidade não se apresentava nos anúncios como *madame*, apenas como parteira Durocher. Portanto, podemos entender que a denominação de *madame* é mais flexível do que se pudesse supostamente pensar. Ele não é um indício da parteira ser formada ou não, apenas indica como a parteira costumava se apresentar na

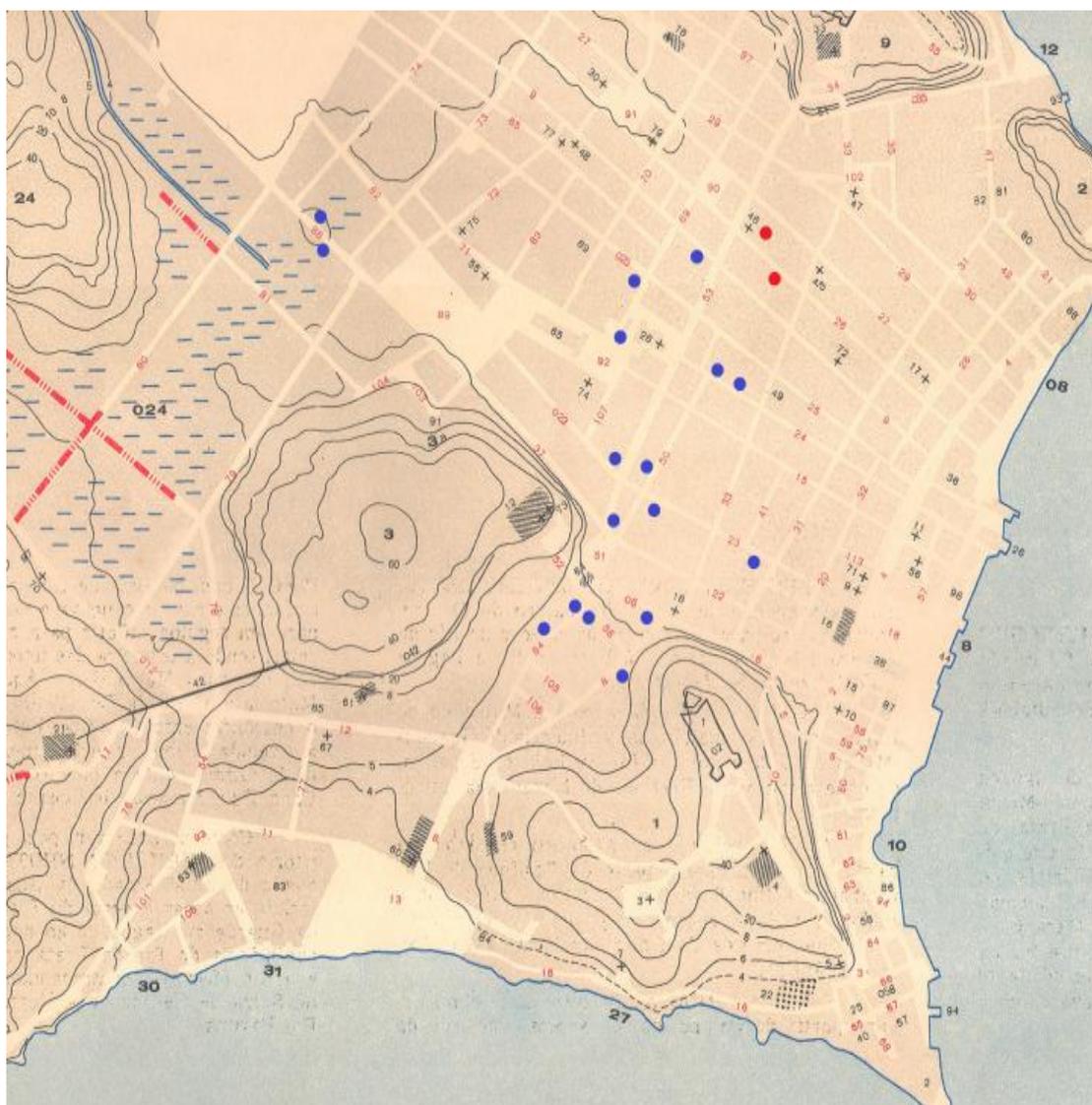
²⁶⁸ *Almanaque Laemmert*, 1868, p. 472, e 1869, p. 495.

²⁶⁹ *Almanaque Laemmert*, 1882, p. 501/502, 1883, p. 750/751 e notabilidades, p. 2071, 1884, p. 818 e notab. 2071, 1885, p. 795 e notab. 2071 e 1886, p. 902/903 e notab. 2071.

sociedade. Dessa forma, as *madames* do parto eram assim conhecidas devido a sua prática, atuação ou experiência, mais do que pela sua educação formal.

A planta a seguir é baseada em uma comparação entre as parteiras que não possuíam diplomas com as parteiras formadas.

Figura 18: Endereços das não diplomadas e das formadas, entre 1885 e 1889



Fontes: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *Almanaque Laemmert* (1885-1889).

Na planta, os pontos em vermelho representam os endereços da parteira sem diploma, enquanto os azuis se referem às parteiras formadas, demarcados para o período de 1885 a 1889. As residências da parteira sem diploma se aproximavam muito das parteiras formadas, numa região mais centralizada, próximas às ruas importantes da cidade. Não houve indício de trocas entre aquela sem diploma e as formadas. Deve-se levar em consideração que não há

tantos anúncios dessa parteira e, sendo assim, existem limitações quanto ao acesso a essas informações, não significando, portanto que essas relações e interações não existissem.

Entre as formadas, essas amizades ou associações ficaram mais evidenciadas. Não foi apenas a parteira Durocher e suas colegas que dividiram clientela ou residência, outras fizeram o mesmo. *Mme Borgé* anunciou em 1874 no *Almanaque Laemmert* uma referência à *Mme Maria Müller*, afirmando que “no mesmo endereço pode-se encontrar a colega de profissão”.²⁷⁰ Em 1875, um anúncio da *Mme Maria Muller*, apresenta o endereço em seguida da frase “casa de *Mme Borgé*”.²⁷¹ Essas informações indicam que elas dividiram residência até pelo menos o ano de 1877, quando Borgé se mudou.²⁷²

A parteira Victorine Borgé residiu na mesma casa de Pauline Gaulier entre os anos 1883 e 1887. Antes disso, Borgé morou na Rua da Assembleia, n. 102 e na Rua de Santo Antonio, n. 34, próximo ao largo da Carioca. Em 1860, a parteira chegou a anunciar 37 vezes no *Diário do Rio de Janeiro*, sendo a que mais publicou. Sabe-se, no entanto, que em 1864, Borgé se mudou da Rua da Assembleia para a Rua da Alfândega, n.92, segundo o anúncio “antiga casa de *Mme Stefhania Berthon*”,²⁷³ o que não significa que fossem colegas. Porém, pode ter havido algum contato entre elas. Essa prática de residir na mesma casa na qual morou outra parteira antes foi encontrada algumas vezes como nos casos já mencionados.

Já Pauline Gaulier, anunciou em 1868 sua volta de viagem a Europa “onde frequentou os hospitais de maternidade” e coloca “a disposição de suas antigas clientes como sempre a qualquer hora do dia ou da noite”²⁷⁴ a Rua Gonçalves Dias. A parteira procurou demonstrar, assim, que possui um conhecimento do ofício ligado a maternidades francesas, como forma de publicidade dos seus serviços. Apesar de ter sido seu primeiro anúncio encontrado, possivelmente a parteira já possuía clientes, pois assim ela afirmou em sua publicação. Interessante notar que a parteira, a partir de 1888, muda sua apresentação de *Madame* para *Veuve*, viúva em francês, indicando ter sido casada.²⁷⁵ Nesse mesmo ano a parteira anuncia um novo endereço e não mais o mesmo que Victorine Borgé. Gaulier anunciou seus serviços até pelo menos 1889, último anúncio encontrado, levando em conta o período final da presente pesquisa.²⁷⁶ Sobre Borgé, não foi possível saber se houve mudança para outro

²⁷⁰ *Almanaque Laemmert*, 1874, p. 586.

²⁷¹ *Almanaque Laemmert*, 1875, p. 644.

²⁷² *Almanaque Laemmert*, 1877, p. 708/709.

²⁷³ *Madame Borgé* morou na Rua da Uruguaiana, n. 2, nos mesmos anos em que *Madame Gaulier* anunciou neste endereço. *Almanaque Laemmert*, 1883, p. 750/751, 1884, p. 818, 1885, p. 795, 1886, p. 902/903, 1887, p. 907.

²⁷⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de janeiro de 1868, edição 00028, p. 3, e 30 de janeiro de 1868, edição 00029, p. 4.

²⁷⁵ *Almanaque Laemmert*, 1888, p. 920 e 1889, p. 931.

²⁷⁶ *Almanaque Laemmert*, 1889, p. 931.

endereço, pois o seu último anúncio encontrado se deu em 1887, ainda na Uruguaiana, n. 2.²⁷⁷ Apesar do aparente compartilhamento de endereços, não foram encontradas referências de uma a outra nos anúncios, como aconteceu com outras parteiras de dividiram casa e clientes.

Outra associação encontrada foi a da *Mme Borgé* com a *Mme Maria Hildenwirth* em 1882. As duas atuaram juntas numa casa de maternidade, na qual essa última foi mencionada como sendo a diretora do estabelecimento.²⁷⁸ Que será analisado adiante na sessão a respeito das casas de maternidade.

4. Atividades diversas

Nessa seção se buscará estabelecer uma comparação entre as diversas atividades realizadas pelas parteiras. Tratam-se das práticas que iam além da parturição, já analisadas no capítulo anterior: aluguel de ama de leite, aplicação de ventosas, sangria, aulas de partos e aluguel de quartos para pensionistas. Eles foram divididos dentro dos recortes de 1822 a 1842 e de 1842 a 1862. No primeiro período, o ano de 1822 se refere ao do primeiro anúncio encontrado relativo a uma dessas atividades. Apesar de terem sido divididos num espaço grande de 20 anos, não houve grandes mudanças dessas parteiras que justificassem um recorte menor, sendo esse período suficiente para demarcar o momento em que as parteiras conviviam num mesmo espaço/ tempo. O ano de 1862, último do recorte, deve-se ao fato de não terem sido mais localizados nos periódicos anúncios que abrangessem essas atividades, apenas os ligados a partos e pensionistas. Dessa forma, os endereços das parteiras que ofereceram o serviço de aluguel de quartos para pensionistas foram selecionados e demarcados em uma planta também em outro período, de 1833 a 1889 e será discutido mais adiante.

A seguir, encontra-se a planta com as marcações relativas aos endereços no primeiro período 1822 a 1842:

²⁷⁷ Almanaque Laemmert, 1887, p. 907.

²⁷⁸ Almanaque Laemmert, 1882, p. 501/502.

Figura 19: Endereços diversas atividades, entre 1822 e 1842



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1822-1842); *O Despertador* (1839-1840); *O Correio Mercantil* (1832); *O Paquete do Rio* (1836);

Os pontos em laranja representam as que recebiam pensionistas, em azul é a que sangrava e em vermelho se refere ao aluguel de ama de leite. Para esse período não foram localizados anúncios das que aplicavam ventosas e das que ofereciam aula de partos. A única parteira encontrada que oferecia serviço de criação de criança teve seu endereço demarcado num ponto aproximado, em roxo, pois o mesmo não pode ser localizado de maneira precisa na planta.²⁷⁹

Das parteiras que ofereciam serviço de quartos para pensionistas (ponto em laranja), encontra-se *Mme Berthon*, que anunciou em cinco edições do *Paquete do Rio* em 1836²⁸⁰ e

²⁷⁹ A parteira Joaquina Batista realizou apenas um anúncio em 1822 no qual dizia oferecer para “criar uma criança de leite”. O endereço apresentado, Rua do Conde, n. 68, não teve seu número localizado nas plantas disponíveis para esse trabalho. As numerações saltam de 67 para 69, de acordo com a planta de Giotto, 1866. Dessa maneira, demarcamos um ponto aproximado do endereço da parteira. *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de abril de 1822, edição 0400009, p. 34.

²⁸⁰ *O Paquete do Rio*, 30 de maio de 1836, edição 00119, p. 775, 4 de julho de 1836, edição 00144, p. 4, 16 de julho de 1836, edição 00155, p.4, 18 de julho de 1836, edição 00156, p. 3, 27 de setembro de 1836, edição 00213, p.3.

três vezes no *Diário do Rio de Janeiro* em 1833.²⁸¹ A parteira, que atuava na Santa Casa de Misericórdia, morou na Rua da Alfândega, n. 158. Essa parteira anunciou outras vezes no *Almanaque Laemmert*, no entanto, não oferecendo mais o serviço, apenas informando ser mestra parteira da Santa Casa de Misericórdia.²⁸² É possível que a parteira tenha continuado a oferecer quartos para pensionistas, porém, na pesquisa, consideraram-se apenas os anúncios em que estivesse explícito o serviço. A partir do *Almanaque Laemmert*, pode-se saber que a parteira deixou sua residência na Rua da Alfândega, n.92, e que outra parteira, Victorine Borgé, como foi mencionado na seção anterior, se mudou para esse mesmo endereço.

O ponto em azul, da parteira que sangrava, corresponde ao endereço de *Mme Gault*, que anunciou o serviço duas vezes no *Diário do Rio de Janeiro* em 1842.²⁸³ Na primeira publicação a parteira afirmou ser mestra e discípula da maternidade de Paris, além de sangrar. Na segunda, ela informou oferecer “seu préstimo nesta corte, onde já deu provas de aptidão” e ainda que “as pessoas que se dignarem a honra-la com a sua confiança, encontrarão no modo de operar da anunciante, todas as garantias, e os mais extremosos cuidados, bem como sangra com perfeição”.²⁸⁴ Assim, a parteira realizava uma atividade geralmente ligada aos escravos ou um grupo específico dos sangradores, apesar de se afirmar como mestra parteira. Em anúncios posteriores no *Almanaque Laemmert*, a parteira não menciona essa prática, apenas dava o indicativo de sua residência. No primeiro, estava situada na Rua da Ajuda, n. 64, loja, sendo uma das poucas parteiras a referenciar seu endereço como “loja”. Apesar disso, não parece haver um local de moradia e outro de atuação em separado, pois em outros anúncios a parteira se refere ao mesmo endereço sem o uso do termo.

A respeito do ponto em vermelho, das que ofereciam o aluguel de amas de leite, tem-se as publicações Joana Baptista em 1830²⁸⁵ e *Mme Meunier* em 1840.²⁸⁶ O endereço da primeira não foi divulgado no jornal, impossibilitando sua marcação na planta. Sabe-se que a parteira anunciou aluguel de mulher parda como ama de leite, conforme informação contida no jornal, e que a mesma era examinada, de acordo com as documentações da Fisicatura-mor. A respeito de *Mme Meunier*,²⁸⁷ foi anunciado que “aluga ama de leite e recebe qualquer em

²⁸¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 1º de maio de 1833, edição 0500001, sem página, 21 de maio de 1833, edição 0500017, sem página, 16 de agosto de 1833, edição 0800013, sem página.

²⁸² *Almanaque Laemmert*, 1844, p. 213, 1845, p. 226, 1847, p. 290/291, 1848, p. 333, 1849, p. 268, 1850, p. 298, 1851, p. 302, 1852, p.364/suplemento p. 187, 1857, p.473, 1858, p. 482, 1859, p.512, 1860, p.521, 1861, p. 458, 1862, p.471, 1863, p.475, 1864, p.489.

²⁸³ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de outubro de 1842, edição 00236, p. 3, 28 de outubro de 1842, edição 00240, p. 4, 29 de outubro de 1842, edição 00241, p. 4.

²⁸⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de outubro de 1842, edição 00241, 4.

²⁸⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 29 de novembro de 1830, edição 1100024, p. 84.

²⁸⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1840, edição 00150, p. 4.

²⁸⁷ A parteira aparece com seu nome escrito de duas formas: Meunier e Meonier.

sua casa para ter cria para depois alugar ou vender”.²⁸⁸ No ano seguinte, a parteira divulga que “o parto de escravas sai ao preço de 480 por dia e (\$?) pelo trabalho de parto.”²⁸⁹ Em 1846, afirma na publicação do *Diário do Rio de Janeiro* ser a “parteira de S.M Imperatriz”²⁹⁰ e no *Almanaque Laemmert*, a partir de 1847 até 1873, último anúncio encontrado, faz a mesma referência.²⁹¹ Assim, a prática da parteira se deu em torno do parto em escravas como um negócio, no qual recebia pelo parto e pelo leite gerado pela parturiente. Porém, não é possível afirmar que essa tenha sido uma atividade feita ao longo de todo o período de atividade de Mme Meunier.

No período que vai de 1842 a 1862, foram encontrados alguns outros serviços oferecidos pelas parteiras, enquanto outros desapareceram. A planta abaixo demonstra as demarcações dos endereços e atividades desempenhadas pelas parteiras.

²⁸⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 9 de julho de 1840, edição 00150, p. 4.

²⁸⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 15 de janeiro de 1841, edição 00011, p. 7, 23 de janeiro de 1841, edição 00017, p. 4, 26 de janeiro de 1841, edição 00019, p. 4.

²⁹⁰ *Diário do Rio de Janeiro*, 4 de setembro de 1846, edição 07297, p. 4.

²⁹¹ *Almanaque Laemmert*, 1847, p. 290/291, 1848, p. 333, 1849, p. 268, 1850, p. 298, 1851, p. 302, 1852, p.364 e suplemento 187, 1853, p. 374, 1854, p. 374/375, 1855, p. 412/413, 1856, p. 440, 1857, p. 473, 1858, p. 482, 1859, p. 512, 1860, p. 521, 1861, p. 458, 1862, p. 471, 1863, p. 475, 1864, p. 489, 1865, p. 474, 1866, p.456/457, 1867, p.454/455, 1868, p. 472, 1869, p. 495, 1870, p. 480/481, 1871, p. 467, 1872, p. 498, 1873, p. 533.

Figura 20: Endereços de diversas atividades entre 1842 e 1862



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1842-1862) e *Almanaque Laemmert* (1844-1889).

Nesse levantamento, as marcações em laranja correspondem às que recebiam pensionistas, em vermelho estão os endereços das que ofereciam aluguel de ama de leite, os pontos em azul simbolizam aquelas que ofereciam aula de partos, o demarcado em verde é a que praticava sangria e em roxo representam as residências das parteiras que faziam aplicação de ventosas.

Sobre as que recebiam pensionistas em sua residência, foram encontradas as parteiras *Mme Felicia Hosxe*, *Clementina Somjeam*, *Mme Victorine Borgé* e *Mme Louiza Vedova Paradiso*. Em alguns anúncios não foi possível encontrar seus endereços para demarcar na planta. Isso ocorreu com a *Mme Louiza Paradiso* nas publicações em que afirma receber pensionista.²⁹² A parteira *Felicia Hosxe*, em anúncio de 1844 afirmou que se formou em

²⁹² *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de setembro de 1858, edição 00254, sem página; 22 de setembro de 1858, edição 00256, sem página; 26 de setembro de 1858, edição 00260, em página; 28 de setembro de 1858, edição

Montpellier e alcançou prêmios em 1837. Ela também aceitava pensionistas em sua casa.²⁹³ São três anúncios no total no *Diário do Rio de Janeiro* naquele ano, e, em 1845 a parteira começou a publicar com regularidade até 1889 no *Almanaque Laemmert*, porém sem referências em relação à sua habilidade e formação. Sabe-se que de 1876 a 1886, a parteira passou a publicar seu nome como *Mme* Viuva Felícia Hosxe, sugerindo o seu estado civil naquele momento e anteriormente.²⁹⁴

Clementina Somjeam realizou publicações nas quais afirmou receber pensionistas, porém, depois de 1849, a parteira não mencionou mais esse tipo de serviço.²⁹⁵ A parteira *Mme* Berthon só anunciou aluguel de quartos para senhoras em 1833 no *Diário do Rio de Janeiro* e, também a parteira Louiza V. Paradiso, só divulgou em 1858 esse tipo de atividade. A parteira Felicia Hautefeuille publicou diversas vezes no *Almanaque Laemmert* desde 1845, mas somente nas edições de 1854 e 1856 anunciou receber pensionistas em sua residência.²⁹⁶

Aquela que mais realizou publicações voltadas para essa atividade foi a *Mme* Victorine Borgé. No *Diário do Rio de Janeiro* foram feitas uma em 1858,²⁹⁷ 72 somente em 1860,²⁹⁸ 44 em 1864,²⁹⁹ e, por fim, uma no *Almanaque* em 1880, na qual é anunciada a maternidade da *Mme* Borgé.³⁰⁰

00262, sem página; 29 de setembro de 1858, edição 00263, sem página; 1º de outubro de 1858, edição 00265, sem página; 3 de outubro de 1858, edição 00267, sem página; 4 de outubro de 1858, edição 00268, sem página.

²⁹³ *Diário do Rio de Janeiro*, 18 de maio de 1844, edição 06623, p. 4; 20 de maio de 1844, edição 06624, p. 4; 20 de julho de 1844, edição 06671, p. 4; 23 de julho de 1844, edição 06673, p. 4; 26 de julho de 1844, edição 006675, p. 4.

²⁹⁴ *Almanaque Laemmert*, 1876, p. 693; 1877, p.708/709; 1878, p.645/646/647; 1879, p.666/667; 1880, p.700/701; 1881, p.717/718; 1882, p.501/502; 1883, p.750/751; 1884, p.818; 1885, p.795; 1886, p. 902/903; 1886, p. 902/903;

²⁹⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de agosto de 1857, edição 00225, p.3; *Almanaque Laemmert*, 1847, p.290/291; 1848, p.333; 1849, p. 268; 1850, p. 298; 1851, p. 302; 1852, p.364/suplemento.187; 1853, p. 374; 1854, p.374/375; 1855, p.412/413; 1856, p. 440; 1857, p.473; 1858, p. 482; 1859, p. 512; 1860, p. 521; 1861, p. 458; 1862, p. 471; 1863, p. 475; 1864, p. 489; 1865, p. 474; 1866, p.456/457; 1867, p.454/455; 1868, p. 472; 1869, p. 495; 1870, p. 480/481;

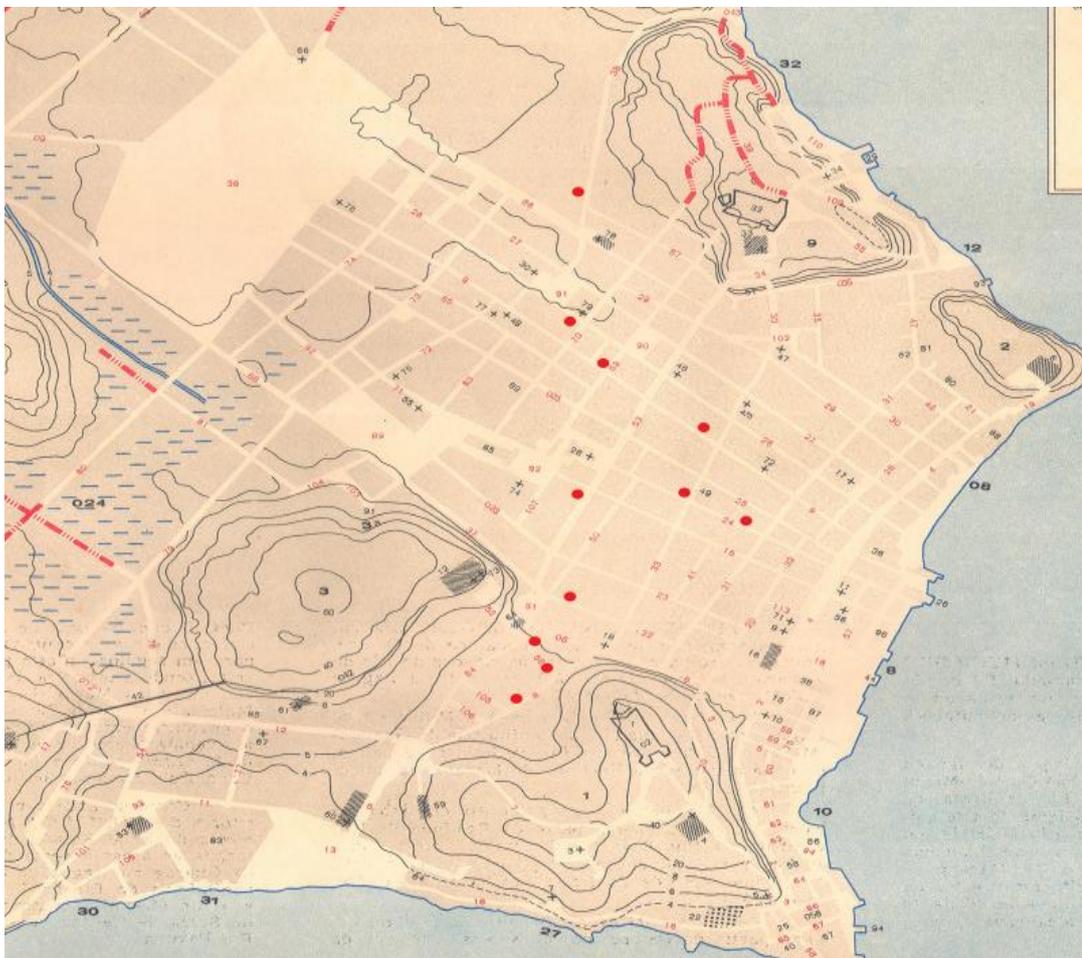
²⁹⁶ *Almanaque Laemmert*, 1854, pág.374/375; 1856, pág.440.

²⁹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 1858, edição 00158.

²⁹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de outubro de 1860, edição 00188, p. 4, 6 de outubro de 1860, edição 00193, p.3, 9 de outubro de 1860, edição 00196, p. 3, 10 de outubro de 1860, edição 00197, p. 4, 11 de outubro de 1860, edição 00198, p.4, 16 de outubro de 1860, edição 00203, p. 4, 18 de outubro de 1860, edição 00205, p. 4, 20 de outubro de 1860, edição 00207, p. 4, 23 de outubro de 1860, edição 00210, p. 4, 25 de outubro de 1860, edição 00212, p.4, 27 de outubro de 1860, edição 00214, p. 4, 30 de outubro de 1860, edição 00217, p. 4, 6 de novembro de 1860, edição B00222, p. 4, 8 de novembro de 1860, edição 00224, p. 4, 11 de novembro de 1860, edição 00227, p. 4, 13 de novembro de 1860, edição 00229, p. 4, 15 de novembro de 1860, edição 00231, p.3, 18 de novembro de 1860, edição 00234, p. 3, 20 de novembro de 1860, edição 00236, p. 4, 22 de novembro de 1860, edição 00238, p. 3, 25 de novembro de 1860, edição 00241, p.4, 27 de novembro de 1860, edição 00243, p. 4, 29 de novembro de 1860, edição 00245, p. 4, 2 de dezembro de 1860, edição 00248, p. 4, 4 de dezembro de 1860, edição 00250, p. 4, 6 de dezembro de 1860, edição 00252, p. 4, 8 de dezembro de 1860, edição 00254, p. 4, 10 de dezembro de 1860, edição 00256, p. 4, 12 de dezembro de 1860, edição 00258, 17 de dezembro de 1860, edição 00262, p.4, 18 de dezembro de 1860, edição 00263, p. 4, 20 de dezembro de 1860, edição 00265, p. 4, 23 de dezembro de 1860, edição 00268, p. 4, 25 de dezembro de 1860, edição 00270, p. 4, 26 de dezembro de 1860, edição 00271, p. 4, 30 de dezembro de 1860, edição 00275, p. 4.

A seguir, encontra-se a planta referente à apenas às parteiras que ofereciam o serviço de aluguel de quartos para pensionistas em sua residência:

Figura 21: Endereços de parteiras que ofereciam aluguel de quartos entre 1833 e 1889



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1833-1878); *O Despertador* (1833-1840); *O Paquete do Rio* (1836) e *Almanaque Laemmert* (1833-1889).

²⁹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 2 de junho de 1864, edição 00152, p.4, 3 de junho de 1864, edição 00153, p.4, 4 de junho de 1864, 00154, p. 4, 5 de junho de 1864, edição 00155, p. 4, 6 de junho de 1864, edição 00156, p. 4, 7 de junho de 1864, edição 00157, p. 4, 9 de junho de 1864, edição 00159, p. 3, 12 de junho de 1864, edição 00162, p. 4, 13 de junho de 1864, edição 00163, p. 4, 14 de junho de 1864, edição, 00164, 15 de junho de 1864, edição 00165, 16 de junho de 1864, edição 00166, p.3, 19 de junho de 1864, edição 00169, p.3, 20 de junho de 1864, edição 00170, 22 de junho de 1864, edição 00172, 23 de junho de 1864, edição 00173, 25 de junho de 1864, edição 00175, 27 de junho de 1864, edição 00177, 28 de junho de 1864, edição 00178, 1º de julho de 1864, edição 00180, p.3, 3 de julho de 1864, edição 00182, p. 4, 5 de julho de 1864, edição 00184, p.4, 6 de julho de 1864, edição 00185, p.4, 7 de julho de 1864, edição 00186, p.3, 8 de julho de 1864, edição 00187, p.3, 9 de julho de 1864, edição 00188, p. 3, 12 de julho de 1864, edição 00191, p.3, 13 de julho de 1864, edição 00192, p. 3, 14 de julho de 1864, edição 00193, p.3, 15 de julho de 1864, edição 00194, p. 3, 16 de julho de 1864, edição 00195, p. 4, 17 de julho de 1864, edição 00196, p. 4, 18 de julho de 1864, edição 00197, p. 4, 19 de julho de 1864, edição 00198, p.4, 20 de julho de 1864, edição 00199, p. 3, 22 de julho de 1864, edição 00201, p. 3, 23 de julho de 1864, edição 00202, p. 3, 25 de julho de 1864, edição 00204, p. 3, 26 de julho de 1864, edição 00205, p. 3, 27 de julho de 1864, edição 00206, p. 4, 29 de julho de 1864, edição 00208, p. 3, 30 de julho de 1864, edição 00209, p. 3, 1º de agosto de 1864, edição 00211, p. 3 e 2 de agosto de 1864, edição 00212, p.3.

³⁰⁰ *Almanaque Laemmert*, 1880, p.700/701.

Esses pontos em vermelho são relativos aos endereços encontrados entre os anos 1833 e 1889, englobando, portanto, as parteiras já mencionadas. A escolha de se fazer um mapa específico para esse grupo se deve ao fato de esta atividade ter sido a que mais perdurou ao longo do tempo, enquanto as outras já citadas, não apareceram mais nos anúncios depois de 1858. O serviço de aluguel de quartos foi aquele que mais durou e que mais se destacou por ter maior número de parteiras atuando. Como apontado no capítulo 2, o serviço de aluguel de quartos para pensionistas era oferecido às mulheres grávidas, para darem à luz na residência da parteira, não sendo entendido, portanto, como aberto às pessoas em geral. Nos anúncios, as parteiras deixaram claro que seu público alvo eram as mulheres.

De forma geral, são madames oriundas de outros países, sobretudo França e Itália, com exceção de Isabel de Moraes Silva, autointitulada “parteira brasileira”. Essa anunciou apenas em 1870 no *Diário* o recebimento de pensionistas em sua residência, assim como também afirmou residir na mesma casa onde morara a parteira Felicíssima Ferreira.³⁰¹

Verificou-se, ainda, uma pausa nesses tipos de anúncios após 1864. Houve retorno em 1870 com a *Mme Beranger* e Isabel de M. Silva,³⁰² a maternidade de *Mme Borgé* em 1880³⁰³ e *Mme Murillo* em 1887, 1888 e 1889.³⁰⁴ Ou seja, pode-se notar um grande espaçamento de tempo entre um anúncio e outro até 1887. Constata-se, assim, a possível diminuição de ofertas desse serviço nos periódicos, podendo esse fato não significar, no entanto, o fim da atividade.

Os anúncios também ocorreram com mais frequência no *Diário do Rio de Janeiro* do que no *Almanaque Laemmert*. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta a periodização de cada um, sendo um diário e o outro anuário. Segundo, observa-se que era menos comum anunciar mais do que nome e endereço no almanaque, sendo, de modo geral, poucas vezes em que contam muitas informações a respeito do anunciante. Ao contrário, no *Diário do Rio de Janeiro*, os anúncios eram, com frequência, mais detalhistas, contendo informações a respeito de atividades, formação e outras informações a respeito da anunciante. De qualquer modo, por ser um jornal popular, é possível que a atividade fosse de maior interesse do público mais popular e donos de escravos, já que a maioria das mulheres davam à luz em sua própria casa. Além disso, instalar-se na casa de uma parteira pode estar ligado à procura de discrição em relação à gravidez, seja para a realização de um parto ou a um possível aborto.

³⁰¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de abril de 1870, edição 00112, p.4.

³⁰² *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de abril de 1870, edição 00112, p.4. E 10 de abril de 1870, edição 00099, p.4.

³⁰³ *Almanaque Laemmert*, 1880, p. 700/701

³⁰⁴ *Almanaque Laemmert*, 1887, p. 907; 1888, p. 920; 1889. p. 931.

Notou-se, pela observação dos pontos na planta, pouca mobilidade dessas parteiras.³⁰⁵ Em geral, as parteiras se mantinham no mesmo endereço durante o período em que ofereciam o serviço. Assim, em outros anúncios das mesmas parteiras em outros anos, quando deixavam de anunciar a atividade, constavam outro endereço. Ou seja, há a possibilidade desse tipo de serviço estar relacionado ao tipo de residência no qual a parteira estava no momento, provavelmente com quartos extras para o recebimento de clientes. Além disso, notou-se que algumas parteiras moravam em casas que já foram de outras parteiras, como mencionado anteriormente. Foi o que ocorreu com as *madames* Clementina Somjean e Felicia Hautefeuille. Em 1844, Clementina residia na Rua do Rosário, n. 98, onde alugava quartos, tendo se mudado no ano seguinte.³⁰⁶ Em 1854, Felicia surgiu anunciando receber pensionistas naquele mesmo endereço.³⁰⁷ Outra situação é a de Isabel de Moraes Silva, que anunciou no mesmo endereço que já tinha sido de Felicíssima e da parteira Durocher.³⁰⁸ Podemos pensar que essa mudança para o endereço de outra parteira poderia ser útil, uma vez que isso possibilitaria o aproveitamento de um ponto já estabelecido por outra e permitiria a elas receberem as freguesas das proximidades. Além disso, se mudar para a residência de uma parteira conhecida como Durocher ou Felicíssima, pode ter significado uma forma de propaganda e promoção do seu trabalho, pois, não por acaso, as parteiras mencionaram tal fato nos seus anúncios. Ao fazer isso, ela poderia aproveitar tanto a clientela já conquistada do local, assim como o contato de uma parteira famosa como se ela tivesse recebido uma recomendação, fazendo parte, assim, de uma rede de contatos de parteiras.

5. Maternidades e Casas de Saúde

No levantamento dos endereços, levou-se em consideração não apenas as casas de parteiras, mas estabelecimentos em que atuassem as parteiras ou que tivessem maternidade como uma de suas atividades. Desse modo foram encontrados anúncios entre os anos 1859 e 1889 entre casas de saúde e maternidades de parteiras. Por se tratar de um período extenso, optou-se por dividir o estudo a partir dos tipos de estabelecimentos, em primeiro lugar, e, seguidamente fazer uma comparação entre esses dois tipos de atividades de acordo com o período em que os mesmos coexistiram de acordo com as fontes.

³⁰⁵ No que se refere aos anúncios em que estava clara a oferta do serviço de aluguel de quartos.

³⁰⁶ *Almanaque Laemmert*, 1844, p. 213.

³⁰⁷ *Almanaque Laemmert*, 1854, p.374/375.

³⁰⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 24 de abril de 1870, edição 00112, p. 4.

Como foi analisado no capítulo anterior, algumas parteiras abriram casas de maternidade. De modo geral, eram anúncios que vinham após os referentes às parteiras, com uma formatação diferente, maior e com maiores detalhes. Os endereços desses estabelecimentos foram dispostos na planta a seguir:

Figura 22: Endereços de maternidades ou casas de maternidades no período de 1874 a 1882



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *Almanaque Laemmert* (1874-1882).

Essas marcações correspondem a todo o período em que foram encontradas casas de maternidade, ou seja, de 1874 a 1882. Conforme a análise das informações dadas, podem-se levantar algumas questões. Em primeiro lugar, os endereços das maternidades correspondem ao das parteiras proprietárias, no que se refere aos que foi possível comparar. Isso porque aquelas que anunciavam maternidade, por vezes, continuavam anunciando seu serviço como parteira. Em outras situações, a maternidade possuía um nome como a Maternidade São Vicente de Paula, pertencente à *Mme* Daure, antes anunciada apenas como “Maternidade de

Mme Daure”.³⁰⁹ A maternidade de *Mme Dunugon* também tinha um nome, chamava-se Maternidade Saint Marie.³¹⁰ No entanto, os anúncios dessas parteiras continuaram sendo publicados, sem que as suas maternidades fossem mencionadas. Constatou-se que era possível que o estabelecimento tivesse lugar na residência da parteira ou, ainda, que a parteira morasse no estabelecimento, ou seja, um imóvel comercial com algum espaço para a parteira residir. De todo modo, os endereços eram os mesmos, o que significa que quem procurasse a parteira, estava também a procura da maternidade e vice-versa.

A segunda questão é que, assim como as parteiras de modo geral mudavam com frequência de endereço, as casas de maternidade também tiveram seus endereços modificados, em conformidade com a residência da parteira proprietária ou diretora. Entretanto, essas mudanças não apareceram com a mesma frequência no periódico. Os anúncios de maternidade não eram tão numerosos quanto os das parteiras. Assim, são poucas as informações a respeito dessas casas. De qualquer forma, os anúncios encontrados demonstram que cada maternidade se deslocou pelo menos uma vez e, ao que se sabe, de acordo com o próprio endereço da parteira proprietária.

Um terceiro ponto a ser destacado na análise são as associações feitas pelas parteiras nas maternidades, dados já levantados no capítulo anterior, e a comparação dos seus respectivos endereços. Sobre essa questão, têm-se as associações entre a *Mme Borgé* e *Mme Maria Müller* e entre a mesma de *Mme Maria Hildenwirth*. Como já exposto no presente capítulo, na sessão anterior, a parteira Borgé manteve ao longo do tempo acordos, associações ou amizades com outras parteiras que, por vezes, resultaram na divisão de residência. No caso da casa de maternidade, ocorreu com a *Mme Maria Müller* e *Maria Hildenwirth* em momentos diferentes.

A parteira Maria Müller, como foi afirmado nesse capítulo, morou na mesma residência que Borgé, possivelmente entre os anos de 1874 e 1876. A respeito da maternidade, Borgé anuncia com seu próprio nome, afirmando na descrição que “continua com sua casa à ladeira de Santo Antonio n.2, esquina da Rua da Guarda Velha, onde a qualquer hora é sempre encontrada para os misteres de sua profissão, ou sua colega *Mme Maria Müller*”, e segue afirmando que “Continua a receber pensionistas pelos preços mais moderados possíveis.”³¹¹ Assim, pode-se perceber que a casa de maternidade e a atividade de receber pensionistas se confundem, podendo ser maternidade um outro nome dado ao serviço de

³⁰⁹ *Almanaque Laemmert*, 1873, p. 533; 1874, p. 586; 1875, p. 644; 1876, p. 693; 1877, p. 708/709; 1878, p. 645/646/647; 1880, p. 700/701; 1881, p. 717/718.

³¹⁰ *Almanaque Laemmert*, 1877, p. 708/70.

³¹¹ *Almanaque Laemmert*, 1874, p.586; 1875, p. 644; 1876, p. 693.

aluguel de quartos. Ou, ainda, que em vez de as parturientes terem seus filhos em suas próprias casas, tivessem passado a preferir tê-los nas casas das parteiras, não necessariamente pagando pelo aluguel como pensionista, mas apenas pelo trabalho de parto na maternidade.

A respeito da associação com Maria Müller, em 1877, já não fica clara a sua permanência. A partir desse ano, Borgé apresenta outro endereço e Maria Müller não anuncia mais. Em 1879 Mme Borgé anunciou em outro endereço, dessa vez para apresentar maternidade com associação de *Mme* Maria Hildenwirth.³¹² A mesma se manteve nos anos 1880, 1881 e 1882, data do último anúncio.³¹³ A parteira Hildenwirth em dois anúncios foi mencionada como diretora da maternidade, sendo o nome principal mantido como Maternidade de Mme Borgé. Não foi possível saber se a maternidade ou a associação permaneceu após esse período, entretanto, sabe-se que as duas parteiras apresentaram mesmo endereço de residência em 1883,³¹⁴ indicando que ainda dividiam casa e clientela. Interessante destacar que Borgé recebeu pensionistas em residência durante anos, sendo esse um dos principais serviços prestado por ela.

A seguir, para a análise de Casas de Saúde que possuíam maternidade com parteiras atuantes, estabeleceu-se o período de 1862 a 1880 por se tratar dos anos em que foram localizadas parteiras trabalhando em maternidade de Casa de Saúde.³¹⁵ No entanto, esses estabelecimentos tiveram um período de atuação mais extenso, sendo o primeiro anúncio em 1859 e o último em 1889, dentro do recorte pesquisado.

Tendo em vista que a ênfase dada nesse trabalho é o da atuação das parteiras, as Casas de Saúde que possuíam maternidade, que eram a maior parte, até 1889, não serão levadas em conta se não tivessem incluídas as parteiras. Assim, a última data na qual foi encontrada parteira atuando em uma dessas instituições foi em 1880.

A seguir, encontra-se a planta com os endereços localizados das Casas de Saúde com maternidade e parteiras presente.

³¹² *Almanaque Laemmert*, 1879, p. 666/667.

³¹³ *Almanaque Laemmert*, 1880, p.700/701; 1881, p. 717/718; 1881, p. 717/718.

³¹⁴ *Almanaque Laemmert*, 1883, p. 750/751.

³¹⁵ Verificar Tabela do Capítulo 2, p. X

Figura 23: Endereços de Casas de Saúde com parteiras trabalhando, de 1862 a 1880



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *O Diário do Rio de Janeiro* (1862-1878) e *Almanaque Laemmert* (1862-1880).

Apesar de o recorte ser grande, com mais de 20 anos de espaço, não foi encontrado um número de mudança suficiente que justificasse a apresentação em mais de um espaço temporal. Isso porque as Casas de Saúde pouco se deslocaram durante seu funcionamento, diferente das parteiras, que se mudavam frequentemente. Nota-se pela planta com as marcações em vermelho que havia relativa distância entre elas, não se concentrando numa única região, mas nas bordas do centro do Rio de Janeiro. Cabe salientar que só foi possível demarcar no mapa os endereços até 1874, pois após esse período só surge em 1880 um anúncio com parteira atuando, não sendo localizado na planta o endereço fornecido.

A Casa de Saúde Nossa Senhora da Ajuda, situada à Rua da Ajuda, n. 68, contava com a participação da parteira Durocher em 1862, sua primeira publicação encontrada na

pesquisa.³¹⁶ No anúncio, afirmou-se que a maternidade ficava “a cargo da Mme Durocher e sob a direção do dr. Feijó, a quem se convidará sempre nos casos de gravidade.” Ou seja, a parteira, ainda que fosse a Durocher, formada e renomada não substituiria o médico em casos de partos difíceis. No ano seguinte, a própria Durocher, no *Diário do Rio de Janeiro*, escreveu “para tirar as dúvidas das pessoas que a perguntam diariamente a respeito da maternidade ou enfermaria de partos contígua à Casa de Saúde N. Sra da Ajuda” a qual a mesma afirmou que “em sua ausência, quem assiste às parturientes é a parteira Tygna. Além disso, ao aparecer algum caso perigoso é chamado o dr Feijó”. O comunicado fornece alguns detalhes da Casa de Saúde em tom de propaganda, afirmando que “as pessoas que mandarem suas escravas para esta enfermaria podem certificar-se do tratamento, desvelos e atenções”. Completa ao final que as mesmas serão tratadas com dedicação e atenção, da mesma forma como são tratadas as parturientes livres, pois “a caridade não conhece posições, nem é distintiva para o livre ou escravo.” A parteira afirmou ainda que “o estabelecimento tem salas para pessoas livres que não estando no caso de fazerem grandes despesas como costureiras, floristas, modistas ou qualquer outra artista nacional ou estrangeira para não recorrerem, entretanto, à Santa Casa de Misericórdia.” Nessa mesma publicação feita por Durocher, a parteira afirmou que quem não quisesse tratar no escritório do estabelecimento, poderia fazê-lo em sua residência ou da parteira Tygna.³¹⁷ Em 1863, deu-se o último anúncio encontrado em que se menciona Durocher como a parteira principal do estabelecimento, entretanto, as propagandas da Casa de Saúde continuam até pelo menos 1885, ainda com enfermaria de partos, porém citam-se médicos parteiros e obstetras.

A Casa de Saúde de Nossa Senhora da Glória anunciou em 1863 seus serviços nos quais constavam “quartos para banhos e cômodos para maternidade”. A respeito desses cômodos, foi afirmado que “a maternidade fica a cargo da *Mme* Durocher e sob a direção do dr Feijó, a quem se convidará sempre nos casos de gravidade”³¹⁸ da mesma forma que o estabelecimento acima mencionado. Na publicação anterior, de 1862 foi afirmado que o estabelecimento possuía parteiros efetivos e parteiros consultantes e que o dr. Antonio Fragoso era um deles, sendo proprietário e diretor da casa. O texto apresenta a observação de que “se a parturiente quiser ser tratada por parteira poderá fazer, chamando a quem quiser, porém terá que pagar a gratificação da mesma.”³¹⁹ Até esse momento, supõe-se, não havia

³¹⁶ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de outubro de 1862, edição 00281, p.3.

³¹⁷ *Diário do Rio de Janeiro*, 19 de maio de 1863, edição 00136, p.3.

³¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 11 de janeiro de 1863, edição 00011, p.4.

³¹⁹ *Diário do Rio de Janeiro*, 13 de dezembro de 1862, edição 00340, sem página, 2 de janeiro de 1863, edição 00002, p. 4, 4 de janeiro de 1863, edição 00004, p. 4.

uma parteira ligada à Casa de Saúde. Durante o período em que houve anúncios o estabelecimento manteve-se localizado próximo ao Paço, num local chamado de Caes Pharoux, próximo à Baía de Guanabara. A partir de 1874, os drs. Catta Preta, Marinho e Werneck assumiram o negócio, mantendo-o no mesmo local, porém com outro nome. Após esse período não foram encontradas referências a parteiras atuando no estabelecimento, ficando a sessão de partos e doenças das mulheres ao cargo do dr. Furquim Werneck.³²⁰

A parteira Felicissima foi responsável por um anúncio, em 1863, no qual comunicou seu retorno à maternidade e Casa de Saúde do dr. Frágoso, após seu regresso de uma viagem à Europa.³²¹ A Casa de Saúde em que o referido médico estava atuando naquele momento era a de Nossa Senhora da Glória. No mesmo ano, e antes de ser passado a outros proprietários, foi assinalado somente que havia maternidade no estabelecimento, sem menção a parteiras.³²²

Outra parteira que teve participação em Casa de Saúde foi a Mme Gault. Ela estava entre os nomes dos responsáveis pela função de partos e moléstias de mulheres, junto ao dr. Felício dos Santos na Casa de Saúde São Sebastião. Nos anos seguintes, somente o médico é citado nos anúncios do estabelecimento, tornando-se o principal médico da maternidade.³²³

A respeito da Casa de Saúde no Morro de São Lourenço em que trabalhou a Mme Braune, em 1876, propaganda na qual se afirmou apenas possuir alojamentos especiais para maternidade. Somente em 1880 é que se mencionou a participação da parteira, junto com outro médico, o dr. Nabuco de Freitas.³²⁴

Sendo assim, são poucos os registros de que se tenham atuado parteiras nessas Casas de Saúde, embora elas tenham sido citadas em alguns e, de acordo com o que se pode verificar das fontes, até reconhecidas pelo seu trabalho. Ao longo do tempo, não surgiram mais em anúncios desses estabelecimentos, apesar dele manterem uma maternidade ou salas especiais para partos e contarem com médicos especialistas. É importante destacar que algumas parteiras que trabalharam nesses estabelecimentos possuíam algum tipo relação ou contato prévio com médicos das Casas de Saúde. Isso pode ser verificado com a parteira Tygna e o dr. Feijó, diretor na Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória, quando a mesma citou ter sido sua aluna.³²⁵

³²⁰ *Almanaque Laemmert*, 1874, notab. 13; 1875, notab. 15; 1876, notab. 15; 1877, notab. 14; 1878, notab. 11; 1879, notab. 11; 1880, notab. 11; 1881, notab. 13; 1882, notab. 2208; 1883, notab. 2005; 1884, notab. 2005; 1885, notab. 2005; 1886, notab. 2005; 1887, notab. 2005; 1888, notab. 2005; 1889 notab. 2005.

³²¹ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de outubro de 1863, edição 00274, p.1.

³²² *Almanaque Laemmert*, 1863, notabilidade, p. 7.

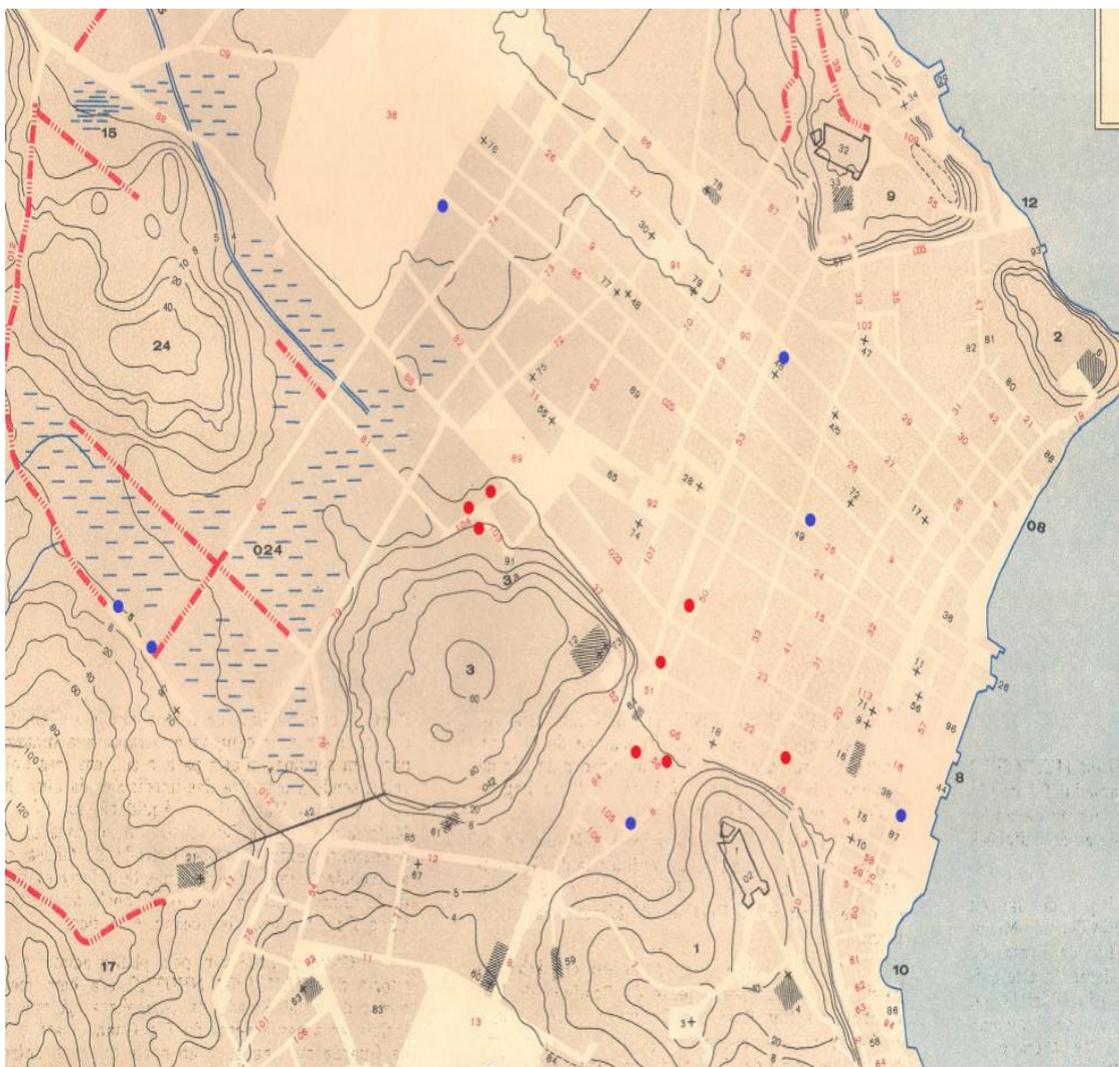
³²³ *Diário do Rio de Janeiro*, 26 de setembro de 1874, edição 00266, p.4.

³²⁴ *Almanaque Laemmert*, 1880, notab. 9.

³²⁵ *Diário do Rio de Janeiro*, 7 de junho de 1864 edição 00157, p.4; 12 de junho de 1864, edição 00162, p.4; 19 de junho de 1864, edição 00169, p.4; 26 de junho de 1864, edição 00175, p.4.

Uma comparação realizada entre os locais em que atendiam as parteiras e em que estavam estabelecidas as Casas de Saúde, no período em que funcionavam concomitantemente, podem-se verificar alguns aspectos a partir do exposto na planta a seguir.

Figura 24: Endereços de Casas de maternidade e Casas de Saúde, entre 1874 e 1882



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultas: *Almanaque Laemmert* (1874-1882).

Assim, os pontos em vermelho representam as Casas de Maternidade gerenciadas pelas parteiras e os em azul as Casas de Saúde. O recorte escolhido se refere ao período entre 1874 e 1882, como dito, referente ao primeiro anúncio de Casa de Maternidade de parteira e o último, já que as Casas de Saúde continuaram anunciando até 1889.

A primeira observação a ser feita é que as Casas de Saúde, conforme mencionado, mantiveram-se nos endereços, havendo, portanto, pouca mobilidade. Ao contrário das parteiras que se mudavam com maior frequência, já que o estabelecimento se confunde com a

sua própria residência. No entanto, ainda que se mudassem, as parteiras procuraram se manter próximas ao seu antigo endereço. São exemplos a *Mme Borgé*, que mudou de casa três vezes³²⁶ na mesma rua,³²⁷ bem como a *Mme Daure*, que se mudou de casa na mesma rua e depois se mudou para uma rua próxima daquela, mantendo-se nas redondezas.³²⁸ Cabe destacar, que ainda que essas parteiras tivessem se mudado para lugares pouco mais distantes em outros momentos, demonstrado em outros anúncios, quando se tratou de propaganda da Casa de maternidade, isso não ocorreu, ou seja, sua casa enquanto casa de maternidade, manteve-se num endereço fixo ou nas proximidades do mesmo.

Outro ponto que pode ser chamado atenção é a distância entre uma Casa de Saúde e outra na planta e, ainda, o afastamento das mesmas da parte mais central do bairro. Já as parteiras, embora também não estivessem em uma região central da cidade, estavam numa parte mais próxima a ela, além de estarem perto também umas das outras. Podemos pensar sobre esse ponto, se havia concorrência entre as casas de maternidade e as casas de saúde, uma vez que se situavam em pontos diferentes da cidade. Verificamos que, por mais que as casas de saúde representassem uma alternativa à população no que se refere à maternidade ou hospitalização do parto, as parteiras continuavam sendo populares, tendo em vista o crescimento elevado dos seus anúncios. No entanto, entre 1882 e 1889, não houve mais anúncios dessas casas pela cidade, o que pode sugerir a sua diminuição. O que deve ser levado em consideração nesse aspecto é a legislação no que concerne à permissão para a abertura de casas de maternidade, tornando-se mais rígida, menos parteiras poderiam apresentar esse tipo de serviço às suas clientes.

Neste capítulo, observamos alguns aspectos relativos ao endereço das parteiras encontrados nos periódicos. A partir dessa informação, foi possível verificar não apenas o posicionamento dessas mulheres na cidade do Rio de Janeiro, mas também as relações estabelecidas entre elas na cidade. As Casas de Maternidade e as Casas de Saúde, como espaços destinados ao atendimento à parturiente também foram objeto de investigação no sentido de compreender a relação entre eles e as parteiras.

Verificamos, assim, que as parteiras mantinham relações de amizade e companheirismo, com a possibilidade de divisão de clientela e também da própria residência.

³²⁶ Há a possibilidade de essas mudanças apenas de numeração, mantendo-se na mesma rua, fossem não mudança de residência, mas determinações e rearranjos feitos por autoridades do município. No entanto, a frequência e o pequeno intervalo de tempo em que elas ocorreram nos indica uma maior chance de ter sido mudança de residência e não apenas do número da casa.

³²⁷ *Almanaque Laemmert*, 1871, p. 467; 1874, p. 586; 1879, p. 666.

³²⁸ *Almanaque Laemmert*, 1874, p. 586 e 1877, p. 709.

Nesse aspecto, destacamos a atuação da parteira Durocher, que em seus anúncios fez referência às suas amigas parteiras, entre elas Felicíssima Rosa Pereira Ferreira, com quem dividiu residência. Houve ainda, casos em que uma parteira passou a residir na mesma casa que outra, fazendo com que recebesse a clientela ao redor e aproveitando o ponto de trabalho.

Entre as parteiras que mais se ajudavam estavam as que eram formadas e estrangeiras, não tendo sido encontrados indícios de relações de amizade entre parteiras examinadas. Além disso, foram as formadas que abriram Casas de maternidade e nelas pode-se verificar o trabalho em conjunto. Algumas parteiras proprietárias dessas casas chamavam outras para serem diretoras ou atuarem nesses estabelecimentos. Já em relação às Casas de Saúde, verificamos que houve poucas parteiras atuantes, algumas delas fizeram propaganda desses locais, como Durocher, que mantinha amizade com alguns médicos.

Dessa forma, a pesquisa feita através dos anúncios foi de grande importância para a compreensão das atividades das parteiras no período estudado. A análise dos endereços e dos locais de atuação das parteiras permitiu um aprofundamento dos conhecimentos sobre as relações estabelecidas entre elas e suas trocas, contribuindo com o entendimento de suas práticas. Com isso, foi possível analisar as práticas dessas mulheres num sentido amplo, tanto das relações interpessoais e de trabalho como das atividades em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos apresentar e analisar aspectos sobre a prática das parteiras na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, concentrando-nos nos anos 1822 a 1889. Nesse período houve uma crescente circulação de anúncios em periódicos feitos por parteiras, que promoviam seus serviços por este veículo. Essas mulheres, como verificado através da historiografia e das fontes, exerceram atividades variadas, indo além do parto. No entanto, não havia um perfil específico e único de parteiras, mas diferentes práticas e perfis conviviam no mesmo espaço, tanto como concorrente como quanto aliadas e amigas.

Podemos verificar que houve mudanças na atuação de parteiras na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo com a criação do curso de partos, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e com a chegada de estrangeiras na cidade, provenientes majoritariamente da França, a partir de 1832. A parteira tradicional, que até esse período era a que prevalecia na cidade, obteve seu espaço dividido com outras, provenientes de grandes cidades da Europa, com outros tipos de conhecimento e com experiência em maternidades, algo que não existia no Brasil.

Nos países latinos, como Brasil, México e Peru, houve um aumento do controle e tentativa de impor quais requisitos necessários para atuar como parteira. Nesse sentido, a parteira popular, tradicional, tornou-se pouco aceita, em oposição à parteira diplomada, que era a que os médicos aprovavam como a mais capacitada. Apesar disso, elas também sofriam limitações como a de serem proibidas de fazer partos difíceis ou utilizarem equipamentos médicos. Ou seja, as parteiras poderiam exercer sua atividade desde que os espaços de atuação dela e do médico estivessem delimitados, favorecendo, portanto, uma divisão do trabalho.

Além disso, os modelos de ensino do ofício de parteira desenvolvidos na Europa, sobretudo na França, podem ter sido ponto de partida para o ensino executado no Brasil. Ressalta-se, no entanto, que o número de mulheres formadas nas Faculdades de Medicina no Brasil era muito pequeno, sendo a maior parte das parteiras formadas de origem estrangeira. Essas mulheres contribuíram com a propagação de diferentes práticas no ofício. Cabe destacar que as parteiras tradicionais também ofereciam outros serviços, como foi possível verificar pelo estudo da história das artes de curar. Elas também tinham por característica atuar para além do parto, receitando medicamentos à base de ervas, aconselhando e cuidando da mulher no período do puerpério.

Há que se considerar que as parteiras tradicionais, embora não aceitas pelo grupo formado por médicos, e, por vezes, rejeitadas por parteiras diplomadas, mantiveram-se presente na sociedade. Sua atuação permaneceu ao longo dos anos, disputando clientela com as demais praticantes. Assim, podemos afirmar a existência de perfis diferentes de parteiras, sendo, portanto, um ofício múltiplo.

Através dos anúncios dos periódicos *Diário do Rio de Janeiro*, *Almanaque Laemmert*, *O Pacote do Rio*, *O Correio Mercantil* e *O Despertador* pudemos constatar a pluralidade dos serviços que as parteiras se disponibilizavam a fazer. Elas ofereciam para cuidar de crianças, alugar amas de leite, aula de partos, tratamentos com ventosas e sangria, maternidades e aluguel de quartos pelo que foi possível saber através da pesquisa. Grande parte dessas mulheres era de origem estrangeira, diplomadas ou com experiência em maternidade em outros países. Isso indica a possibilidade de elas terem trazido esses conhecimentos para sua aplicação prática no Brasil e, ainda, trocado experiências com outras parteiras.

Além disso, as Casas de maternidade eram estabelecimentos pouco usuais no Brasil, apresentando um possível crescimento a partir da década de 1840, quando apareceram denúncias contra parteiras. Apesar disso, os primeiros anúncios se deram a partir de 1860 por parteiras estrangeiras, proprietárias desses locais. As maternidades favoreceram o deslocamento do local do parto, passando do domicílio da parturiente para um estabelecimento ligado à saúde. Da mesma maneira, as Casas de Saúde ofereciam um novo local para mulheres grávidas, porém nem sempre com disponibilização de parteiras, mas, em geral, com a prevalência de médicos.

Tanto parteiras autônomas, quanto as que atuavam em maternidades e Casas de Saúde disputavam clientela pela cidade, porém, às vezes se ajudavam. Algumas parteiras mantinham relações de amizade, ajudando umas às outras através de recomendação dos serviços ou dividindo o mesmo ponto de trabalho. Havia aquelas que mantinham amizade com médicos, a exemplo de Durocher e a Tygna, e, dessa maneira, trabalhavam em com eles e divulgavam seus serviços. A pesquisa a partir dos endereços dos estabelecimentos permitiu verificar essas relações de troca e amizade, mais do que de concorrência, embora, possamos pensar que essa última existiu também.

Dessa forma, a pesquisa com as fontes e o material bibliográfico permitiu a análise acerca da prática das parteiras. Ainda como uma amostra das atividades que elas desempenhavam, entendendo que há complexidade e multiplicidade em suas ações, buscamos aqui alguma contribuição na escrita da história dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

1. Referências Documentais:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras (1830-1878). Fundo: Câmara Municipal. Série ofícios e profissões, notação 47.1.47.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras, 1831: Requerimento pedindo licença para o exercício da profissão de parteira. Fundo: Câmara Municipal. Série Ofícios e profissões, notação 47.1.48. Consulta em agosto de 2015.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Parteiras: Requerimento de Mme Cavenal, ou Cocural, declarando não ter casa de maternidade (1879). Notação 47.1.51. Fundo: Câmara Municipal. Série: ofícios e profissões.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Registro do Edital de 13 de dezembro de 1844. Fundo: Câmara Municipal, série Legislativo municipal – editais da Câmara; posturas (1842-1858). Notação 16.4.27.

Decreto de 25 de janeiro de 1809 – Cria uma cadeira para o ensino da medicina operatória e arte obstetrícia. *Coleção das Leis do Brasil*. 1808-1811. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

CHERNOVIZ, P. L. N. *Dicionário de Medicina Popular*. Paris: Casa do Autor. 1862.

Lei de 3 de outubro de 1832. Dá nova organização às atuais Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia. *Coleção das leis do Império*, 1832, parte I.

2. Referências Eletrônicas:

Anuário Almanaque Laemmert:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

3. Referências Bibliográficas

BARRETO, Maria Renilda Nery. A ciência do parto nos manuais portugueses de obstetrícia. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 219-236. 2007.

_____. A ciência do parto e a atuação de Joaquim da Rocha Mazarém (século XIX). *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 219-236, 1. sem. 2007.

_____. Assistência do nascimento na Bahia oitocentista. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out-dez. 2008.

_____. *A medicina luso-brasileira: instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa (1808-1851)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Corpo de mulher: a trajetória do desconhecido na Bahia do século XIX. *História: Questões & Debates*, Editora da UFPR: Curitiba, n. 34, 2001. pp. 127-156.

_____. *Nascer na Bahia do século XIX. Salvador (1832-1889)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

BARROS, José d'Assunção. *O projeto de pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEAUVALET-BOUTOUYRIE, Scarlet. As parteiras-chefes da maternidade Port-Royal de Paris no século XIX: obstetras antes do tempo? *Estudos Feministas*: Florianópolis, 2002. v 2, p. 403-413.

BRASIL, Bruno. "Jornal do Commercio (Rio de Janeiro)". Hemeroteca digital, 17 de agosto de 2015. Link. Link: <http://bndigital.bn.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>

BRENES, Anayansi Correa. *Bruxas, comadres ou parteiras: a obscura história das mulheres e a ciência*. COOPMED (Pelicano): Belo Horizonte, 2005

_____. História da Parturição no Brasil, século XIX. *Análise, Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 7 (2):135-149, abr/jun, 1991.

_____. Um olhar brasileiro sobre o caso de Paris: o conflito parteiras-parteiros e seus desdobramentos no Rio de Janeiro, século XIX. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1996.

CARNEIRO, Marinha. *Ajudar a nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV-XX)*. Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2003.

_____. Ordenamento sanitário, profissões em saúde e cursos de parteiras no século XIX. *Revista da Faculdade de Letras. HISTÓRIA*. Porto, III série, v. 8, 2007. pp. 317-354.

CARRILLO, Ana Maria. Nascimento y muerte de uma profesión. Las Parteras tituladas em México. *DYNAMIS. Acta Hisp. Med. Sci. Hist. Illus.* 1999, 19, 167-190.

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em a *Mãe de Família. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, pp. 197-214.

CARVALHO, I; CHACHAM, A.S; VIANA, P. Parteiras tradicionais e suas práticas na área rural de Pernambuco – 1996. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, UFMG, 1998. pp. 873-888.

COSTA, J. F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

DANTAS, Rodrigo Aragão. *Barbeiros-sangradores: as transformações no ofício de sangrar no Rio de Janeiro (1844-1889)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz: Casa de Oswaldo Cruz, 2013.

EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclépio Revista de Historia de La Medicina y de La Ciencia, Espanha*, v. L, n. 2, 1998, p.170.

_____. *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro 1854-1884*. Dissertação de mestrado, FFLCH-USP, Departamento de Pós-graduação em História: São Paulo, 1992.

FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular: Ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In CHALHOUB, Sidney *et al.* (Org.). *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. pp. 101-123.

_____. *O Nascimento de uma instituição científica: os periódicos médicos brasileiros da primeira metade do século XIX*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, Dep. de História, São Paulo.

FIGUEIREDO, Betânia. *A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Vício da Leitura, 2002.

LOUREIRO, A; LUZ, R; MACHADO, R. e MURICY, K. *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARLAND, Hilary e RAFFERTY, Anne Marie. *Midwives, society and childbirth – debates and controversies in the modern period*. Nova Iorque: Routledge, 1997.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *A medicina da mulher: Visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

MEDEIROS, Helber Renato Feydit de. *Parteiras e médicos: A disputa por espaços na arte de partejar e a formação de obstetrizes na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro do século XIX*. Tese de doutorado em Saúde Coletiva: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MOTT, Maria Lúcia. Assistência ao parto: Do domicílio ao hospital (1830-1960). *Proj. História*. São Paulo, (25), dez. 2002. pp. 197-219.

_____. Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil (1972-2002). *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, Fev. 2002. pp. 493-507.

_____. Parteiras: O outro lado da profissão. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Niterói, v. 6, n. 1, 2005. pp. 117-140.

_____. O curso de partos: deve ou não haver parteiras? *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, Nov. 1999. pp. 133-160.

ORTIZ, Teresa e MARTINEZ PADILLA, Clara. “How to be a midwife in late nineteenth century Spain”. In: MARLAND, Hilary e RAFFERTY, Anne Marie. *Midwives, society and childbirth – debates and controversies in the modern period*. Nova Iorque: Routledge, 1997 p. 61-80.

PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Unicamp, v. 4, 1995. pp. 9-28.

PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de curar. Um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX*. Dissertação de mestrado, UNICAMP: 1997.

_____. Entre Sangradores e doutores: Práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 59, abril. 2003, pp. 91-102,

_____. *O Exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2003.

QUIROZ, Lissell. La comadrona a la obstetrix: nacimiento y apogeo de la profesión de partera titulada em el Peru del siglo XIX. *Dynamis*, 2012. v. 32 (2), p. 415-437.

RIESCO, Maria Luiza G; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrixes e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Estudos Feministas*: São Paulo, 2002. pp. 449-459.

ROBLES, L. C.D e SANDOVAL, L. O. Las parteras de Guadalajara (México) en el siglo XIX: el despojo de su arte. *Dynamis*: 2007. v. 27, p. 237-261.

SÁ, Isabel dos Guimarães. “As crianças e as idades da vida.” In Mattoso, José (Dir.). *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo dos leitores e temas e debates, 2011, v.3: A idade moderna, pp. 71-96.

SAMPAIO, Gabriela Reis. “História e cultura”. In ALVES, Paulo César. (Org.). *Cultura: múltiplas leituras*. Bauru, SP e Salvador, BA: Edusc e EDUFBA, 2010, v. 11, p. 141-16.

SANGLARD, G; GIL, C. Assistência à infância filantropia e combate à mortalidade infantil no Rio de Janeiro (1889-1929). *Revista da ABPN*, América do Norte, 6, out. 2014. pp. 63-90.

SANTOS FILHO, Licurgo. *História geral da medicina brasileira*. Hacitec/ Edusp: São Paulo, 1977. V. I e II.

SOUZA, Maria Lucia de Barros Mott de Melo. *Parto, parteiras e parturientes: Mme Durocher e sua época*. Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

SCOTT, Joan. “História das mulheres.” In BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SOARES, Marcio de Souza. *A doença e a cura – saberes médicos e cultura popular na corte imperial*, Dissertação de Mestrado, Niterói, RJ, UFF, 1999.

_____. Médicos e mezinheiros na corte imperial: uma herança colonial. *História Ciências Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2001. V.8 . n.2. pp. 407-438.

THÉBAUD, Françoise. *A medicalização do parto e suas consequências: o exemplo da França no período entre guerras (1919-1939)*. *Estudos Feministas*: Florianópolis, 2002, v.2, pp. 415-427.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: THOMPSON, E.P. *Tradicion, revuelta y consciência de clase*. Barcelona, Editorial Crítica, p.13-61.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. São Paulo: Unesp, 2013.

WITTER, Nikelen Acosta. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura. *Tempo*: Rio de Janeiro, n.19, abril. 2005. pp. 13-25.